

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Fabiana Nunes da Silva

**CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL
DE PORTO ALEGRE**

**Porto Alegre
2018.**

FABIANA NUNES DA SILVA

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Monografia apresentada à Faculdade São Francisco de Assis (FSFA) como parte de requisitos para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Arq. Paulo Roberto Abbud

Porto Alegre, 2018.

FABIANA NUNES DA SILVA

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Trabalho apresentado à Faculdade São Francisco de Assis – FSFA
e aprovado pela Comissão Avaliadora em ___ de _____ de 2018.

*Àqueles que amo e que me amam.
Compreenderam minha ausência,
proporcionaram o suporte necessário
para que meu sonho se tornasse realidade.
César, Nicholas, Maria, Adão (in memoriam)
Luciana, Alexandre, Lucas, Matheus e Arthur.*

Agradeço a Deus, que deu forças para nunca desistir dos meus sonhos, e saúde e paciência, para realizá-los.

Agradeço aos meus Professores, fontes de inspirações. Obrigada por todo conhecimento transmitido e aprendizagem recebidas durante minha formação profissional. Obrigada por toda competência e dedicação.

Às colegas Morgana Mendes e Luiza Litran, obrigada pela parceria e cumplicidade; e aos colegas que fizeram parte da minha formação acadêmica que com certeza continuarão a fazer parte da minha vida.

Um agradecimento especial ao meu Orientador, Professor Paulo Abbud, sempre incansável ao almejar a perfeição, muito obrigada por acreditar em mim e no meu projeto, obrigada por toda paciência e orientação, por todo empenho e dedicação.

Agradeço à minha família, meu Pai Adão, por ele a Arquitetura. À minha mãe Maria, pela excelente educação que recebi. Obrigada por me dar os melhores exemplos que alguém poderia ter; meu muito obrigada por todo tempo dedicado e pelo amor recebido.

Ao meu filho Nicholas, luz da minha vida, razão e maior motivação para lutar e tornar-me uma pessoa melhor. Obrigada por me escolher como tua mãe.

Agradeço e dedico esse trabalho especialmente para meu amor, meu marido Antônio César, pois nada disso seria possível sem teu apoio e carinho. Acreditou em mim. Investiu tempo, dinheiro (e muita paciência) para me apoiar nesses últimos cinco anos, que não foram nada fáceis. Consolou no choro, acudiu no cansaço, vibrou a cada conquista, motivou e apoiou absolutamente tudo que decidi fazer, sempre com muito amor e carinho nunca serei grata o suficiente a Deus por nos encontrarmos.

RESUMO

Este trabalho analisa e expõe a situação atual da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e propõe a construção de um Centro Administrativo Municipal para a cidade. Com o objetivo de unificar a sede da prefeitura e suas secretarias que hoje estão completamente descentralizadas, divididas em mais de 20 distintos endereços pela Capital, tendo em vista que a centralização dos órgãos resultaria em mais fluidez no trânsito e em economia aos cofres públicos, observados os altos valores pagos com aluguéis para a abrigar as secretarias e nos deslocamentos de servidores; promovendo assim a integração das secretarias, a qualificação e adequação dos espaços, visando o conforto e segurança aos espaços destinados aos servidores e usuários e buscando assim a otimização de recursos públicos municipais.

Palavras-chave: Prefeitura. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Centro Administrativo. Centro Administrativo Municipal.

ABSTRACT

This paper analyzes and exposes the current state of the Prefeitura Municipal de Porto Alegre and proposes the construction of a Municipal administrative center for the city. With the goal of unifying the City headquarters and its secretariats that are completely decentralized divided into more than 20 different addresses for the Capital, with a view to centralizing the bodies would result in more fluidity with a view to centralizing the bodies would result in more fluidity in traffic and in economics to public coffers, Noting the high amounts paid for the rental house the secretariats the rents of cars used in offsets of servers; thus promoting the integration of the secretariats, the qualification and suitability of spaces, for the comfort and safety of spaces intended for servers and users and seeking thus municipal public resource optimization.

Keywords: Town hall. City Hall of Porto Alegre. Administrative center. Municipal Administrative Center.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percurso entre as diversas Secretarias em Porto Alegre.....	19
Figura 2 - Paço Municipal.....	26
Figura 3 - Projeto de 1943 para a Nova Prefeitura de Porto Alegre	28
Figura 4 - Implantação.....	32
Figura 5 - Perspectiva noturna	39
Figura 6 - Planta baixa Pavimentos tipo	39
Figura10- Perspectiva Interna.....	33
Figura 11 - Átrio.....	40
Figura 12- Perspectia01	35
Figura 13 – Perspectiva 02	41
Figura 14 – Implantação.....	35
Figura 15 – Planta Baixa	42
Figura 16 – Perspectiva.....	36
Figura 17 - Maquete	42
Figura 18 - Diagrama de concepção projetual e setorização	43
Figura 19 - Vista da praça pública	37
Figura 20 - Vista da Câmara para a cidade.....	43
Figura 21 - Clarabóias.....	22
Figura 22 - Pátios internos	44
Figura 23 - Corte com indicação das claraboias e pátios internos	44
Figura 24 - Volumes elevados.....	38
Figura 25 - Restaurante público no terraço	45
Figura 26 - Pátios internos 1	39
Figura 27 - Pátios internos 2	45
Figura 28 - Restaurante no terraço.....	39
Figura 29 - Vista da praça	45
Figura 30 - Fachada	46

Figura 31 - Implantação	41
Figura 32 - Planta baixa térreo	47
Figura 33 - Perspectivas	47
Figura 34 - Timmerhuis (Foto: Sebastian van Damme).....	48
Figura 35 - Office for Metropolitan Architecture.....	43
Figura 36 - Módulos residenciais.....	49
Figura 37 - Diagrama Estrutural	50
Figura 38 - Átrio.....	45
Figura 39 - Fachada com vidro triplo	51
Figura 40 - Setorização	51
Figura 42 – Circulação.....	45
Figura 43 - Interiores 2	52
Figura 44 - Interiores 3.....	46
Figura 45 - Interiores 4	53
Figura 46 - Interiores 5.....	47
Figura 47 - Interiores 6	53
Figura 48 - Localização dos terrenos analisados	54
Figura 49 - Terreno.....	49
Figura 50 - Entorno	55
Figura 51 - Pórtico Câmara	51
Figura 52 - Palácio Aloísio Filho.....	57
Figura 53 - Proposta vencedora	58
Figura 54 - Elevação	52
Figura 55 - Implantação	59
Figura 56 - Cortes	60
Figura 57 - Figura Fundo.....	55
Figura 58 - Fundo Figura.....	61
Figura 59 - Volumetria.....	62
Figura 60 - Usos.....	62
Figura 61 - Hierarquia Viária	63
Figura 62 - Vias com circulação de ônibus.....	64
Figura 63 - Rota Catamarã.....	64
Figura 64 - Estações Trensurb.....	59
Figura 65 - Ciclovias.....	65

Figura 66 - Vegetação no Entorno	66
Figura 67 - Insolação e Ventilação	67
Figura 68 - Carta Solar de Porto Alegre	68
Figura 70 - Gráfico das temperaturas.....	69
Figura 71 - Rosa dos Ventos.....	63
Figura 72 - Equinócio de Outono.....	70
Figura 73 - Equinócio de Primavera.....	64
Figura 74 - Solstício de inverno.....	70
Figura 75 - Solstício de verão.....	73
Figura 76 - Afastamentos	73
Figura 77 - Largura mínima corredores.....	70
Figura 78 – Largura corredores.....	76
Figura 79 - Estacionamento	76
Figura 80 - Escada Enclausurada	82
Figura 81 - Dimensões do Módulo de referência.....	76
Figura 82 - Transposição de obstáculos isolados	83
Figura 83 - Alcance manual pessoa em pé	84
Figura 84 - Alcance manual frontal.....	85
Figura 85 - Alcance lateral.....	80
Figura 86 - Superfície de trabalho	85
Figura 87 - Cone visual pessoa em pé.....	81
Figura 88 - Cone visual pessoa cadeira de roda.....	86
Figura 89 - Rampas.....	87
Figura 90 - Patamares de rampas.....	88
Figura 91 - Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis	88
Figura 92 - Guarda corpo.....	83
Figura 93 - Corrimão	89
Figura 94 - Sinalização horizontal de vagas.....	91
Figura 95 - Transferências nos sanitários	92
Figura 96 - Faria Lima, 3500	94
Figura 97 - Telhado verde.....	91
Figura 98 - Acesso principal	95
Figura 99 – Perspectiva.....	91
Figura 100 - Cobogós.....	96

Figura 101 - Divisórias leves.....	92
Figura 102 - Divisórias adaptáveis	96
Figura 103 - Praça de alimentação	97
Figura 104 - Iluminação Zenital – Átrio 1.....	93
Figura 105 - Iluminação Zenital – Átrio 2.....	97
Figura 106 - Escritório Sede do Nordea.....	93
Figura 107 - Planta 6º Pavimento.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das Secretarias de Porto Alegre	29
Tabela 2 - Regime urbanístico aplicado a área	71
Tabela 3 - Resumo dos Parâmetros legais	72
Tabela 4 - Padrões para guarda de veículos.....	77
Tabela 5 - Cálculo tráfego dos elevadores (Conforme NBR 5665:1993)	78
Tabela 6 - Classificação das áreas de risco	80
Tabela 7 - Dimensionamento das saídas	81
Tabela 8 - Vagas em estacionamento.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BIG - Bjarke Ingels Group

BR – Brasil

CAE – Centro Administrativo Estadual

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CC'S – Cargos em Comissão

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação

DEP: Departamento de Esgotos Pluviais

DMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos

EDIFICAPOA – Escritório de Licenciamento

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

FSFA – Faculdade São Francisco de Assis

GPA&A - Gustavo Penna Arquiteto & Associados

h - Horas

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica

INOVAPOA - Gabinetes de inovação

ISO - Organização Internacional de Padronização

LC – Lei Complementar

m - Metros

m² - Metros quadrados

MASP - Museu de Arte de São Paulo

MP – Ministério Público

NBR – Norma Brasileira

NR- Norma Regulamentadora

OMA - *Office for Metropolitan Architecture*
OSPA: Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
PGM - Procuradoria-geral do Município
PMBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
POA – Porto Alegre
PPP – Parceria Público Privada
PREVIMPA- Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos
PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre
RS – Rio Grande do Sul
SMAM -Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMAMS - Secretaria Municipal do meio ambiente e da sustentabilidade
SMC - Secretaria municipal da cultura
SMDE - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SMDSE - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte
SMF - Secretaria Municipal da Fazenda
SMED - Secretaria Municipal de Educação
SMIM - Secretaria Municipal de Infraestrutura e mobilidade urbana
SMPE - Secretaria Municipal de parcerias estratégicas
SMPG - Secretaria Municipal de planejamento e gestão
SMS - Secretaria Municipal de saúde
SMSEG - Secretaria Municipal de segurança
SMSURB - Secretaria Municipal de serviços urbanos
TRE-RS - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
UCLA - Universidade da Califórnia em Los Angeles

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. DEFINIÇÃO DO TEMA	18
2.1 Justificativa	19
2.2 Objetivos	21
2.3 Metodologia e estrutura do trabalho.....	21
2.4 Público-alvo	22
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	22
3.1 Administração pública direta	24
3.2 Administração pública indireta	24
4. PORTO ALEGRE	24
4.2 Breve histórico	25
5. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	25
5.1 A edificação	26
5.2 A Prefeitura Nova.....	27
5.3 A Prefeitura na atualidade.....	28
5.3.1 Distribuição das Secretarias.....	29
5.3.1.1 Secretaria Municipal da Cultura (SMC).....	31
5.3.1.2 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE).	31
5.3.1.3 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE)	31
5.3.1.4 Secretaria Municipal da Fazenda (SMF).....	32
5.3.1.5 Secretaria Municipal de Educação (SMED)	32
5.3.1.6 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM).....	32
5.3.1.7 Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS) .	33
5.3.1.8 Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas (SMPE)	33
5.3.1.9 Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG)	34
5.3.1.10 Procuradoria-Geral (PGM)	34
5.3.1.11 Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Articulação Política (SMRI).....	34
5.3.1.12 Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	35

5.3.1.13 Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG)	35
5.3.1.14 Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb).....	35
5.3.1.15 Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTTC)	36
5.3.1.16 – Gabinete do Prefeito (GP).....	36
6. ESTUDOS DE CASOS	37
6.1 Centro Administrativo Municipal de Belo Horizonte	38
6.2 Centro Administrativo de <i>Tallin</i> – Estônia	41
6.3 Centro Administrativo do Maranhão.....	46
6.4 <i>Timmerhuis</i> Roterdã.....	48
7. SÍTIO.....	54
7.1 Opções de terrenos.....	55
7.2 – O terreno escolhido.....	55
7.3 Bairro Praia de Belas	56
7.4 Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre	57
7.4.1 O projeto do anexo.....	58
7.6 O entorno	61
.....	62
7.7 Vegetação	66
7.8 Condicionantes Físicos	67
7.8.1 Temperaturas.....	68
7.8.2 Ventilação	69
8 CONDICIONANTES LEGAIS	71
8.1 Definições	71
8.2 Recuos.....	72
8.3 Código de Obras de Porto Alegre - Lei Complementar (LC 284/92)	74
8.3.1 Portas.....	74
8.3.2 Rampas.....	74
8.3.3 Largura dos acessos.....	75
8.3.4 Instalações de Elevadores	77
8.3.5 Hall dos elevadores.....	78
8.3.6 Disposição dos elevadores	79
8.3.7 Escadas	79
8.3.8 Larguras mínimas a serem adotadas.....	79
8.3.9 Acessos	80
8.4 Classificação das edificações quanto à ocupação	80

8.5 Cálculo da população e dimensionamento das saídas	81
8.6 Escadas enclausuradas à prova de fumaça (PF).....	81
9. ACESSIBILIDADE – NBR 9050:2004	82
9.1 Locais para fixação de sinalização.....	83
9.2 Parâmetros antropométricos	83
9.2.1 Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento	84
9.2.2 Área de aproximação	84
9.2.3 Alcance manual.....	84
9.2.4 Aplicação das dimensões referenciais para alcance lateral de pessoa em cadeira de rodas	85
9.2.5 Superfície de trabalho	85
9.3 Parâmetros visuais.....	86
9.4 Alcance auditivo	86
9.5 Comunicação e sinalização	87
9.6 Acessos e circulações acessíveis	87
9.6.1 Rampas.....	87
9.6.2 Escadas	88
9.7 Escada rolante	90
9.8 Corredores	90
9.9 Vagas para veículos.....	90
9.10 Previsão de vagas.....	91
9.11 Sanitários acessíveis	92
9.12 Atendimento ao público.....	93
10 ERGONOMIA NO TRABALHO	93
11. REPERTÓRIO.....	93
12. REFERÊNCIAS.....	99
13 APÊNDICES	Erro! Indicador não definido.
14 ANEXOS	117

1. INTRODUÇÃO

A grande maioria da população brasileira vive atualmente em cidades. São nelas que os indivíduos desempenham as suas atividades, desenvolvem as suas necessidades básicas e se inter-relacionam. Para garantir o desenvolvimento ordenado das atividades as nossas cidades são administradas sob o regime de leis (ZMITROWICZ, apud ABIKO 2013, p.07).

Conforme citado no Manual do Prefeito, “ao Município foi atribuída competência para legislar sobre assuntos de interesse local, para suplementar a legislação federal e estadual no que couber e a competência dita comum, exercida pelos diversos entes federativos, representada por longo rol de temas que devem ser objeto de ação por essas esferas “(IBAM, 2009).

A prefeitura é órgão pelo qual se manifesta o poder executivo municipal. Órgão independente, central, composto e unipessoal. Nele se concentra todas as atribuições do poder executivo, para serem distribuídas para seus órgãos subordinados; unipessoal ou singular por que atua e decide através de um único agente que o chefia e o representa, o prefeito (OLIVEIRA, 2014).

O termo Prefeitura – do Latim, *praefectura* – surgiu na Roma Antiga, para designar uma vila governada por um prefeito, em oposição aos municípios ou colônias, que gozavam de mais direitos. No Brasil, a Prefeitura é a sede do poder executivo do município. Esta é comandada por um prefeito e dividida em secretarias de governo, como educação, saúde ou meio ambiente, entre outras. O termo prefeitura também pode designar o prédio onde está instalada a sede do governo municipal, também chamado de paço municipal onde geralmente se localiza o gabinete do prefeito (ABIKO, 2013).

Abiko, (1995, p.8e9) afirma que é atribuído ao Executivo Municipal, a competência genérica de organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, entendidos como aqueles que sejam de interesse predominantemente municipal, em relação ao Estado e à União. De acordo com o conceito apresentado, define-se como obras e serviços da alçada municipal todos aqueles que se enquadrarem nas atividades reconhecidas do município, segundo o critério da predominância de seu interesse, tais como, limpeza pública, fornecimento de água, extensão de redes de esgotos iluminação pública, prestação de serviços de saúde, educação fundamental, transporte coletivo, assistência social, execução de obras de infraestrutura urbana

em geral e todas as demais realizações municipais cuja demanda acaba exigindo cada vez mais constantes e novas atuações.

Além desses órgãos que formam a Administração Direta (centralizada), existem outros que podem ser criados com uma maior definição de autonomia. São aqueles órgãos da Administração Indireta (descentralizada), que é composta por entidades ajustadas aos objetivos governamentais, mas com independência administrativa e financeira – autarquias (de direito público) e parastatais (de direito privado - empresas públicas e de economia mista).

Depois de eleito, o Prefeito torna-se o Chefe Executivo do Município e, em função disso, irá desempenhar três funções principais: política, executiva e administrativa.

Então, como descrito, o Prefeito funciona como um “gerente municipal”, e para tanto, subdivide a Administração pública em secretarias.

Desta forma, cabe também ao Prefeito Municipal, a tarefa de distribuir e organizar as Secretarias Municipais de acordo com os interesses públicos (ESTATUTO DA CIDADE, 2008).

Neste âmbito, a prefeitura se subdivide em secretarias municipais que exercem a função de organizar e atender as necessidades e anseios da população da cidade.

Porto Alegre, na atual gestão, está dividida em 15 Secretarias, 05 Autarquias e 4 Empresas Públicas (PMPA, 2018).

2. DEFINIÇÃO DO TEMA

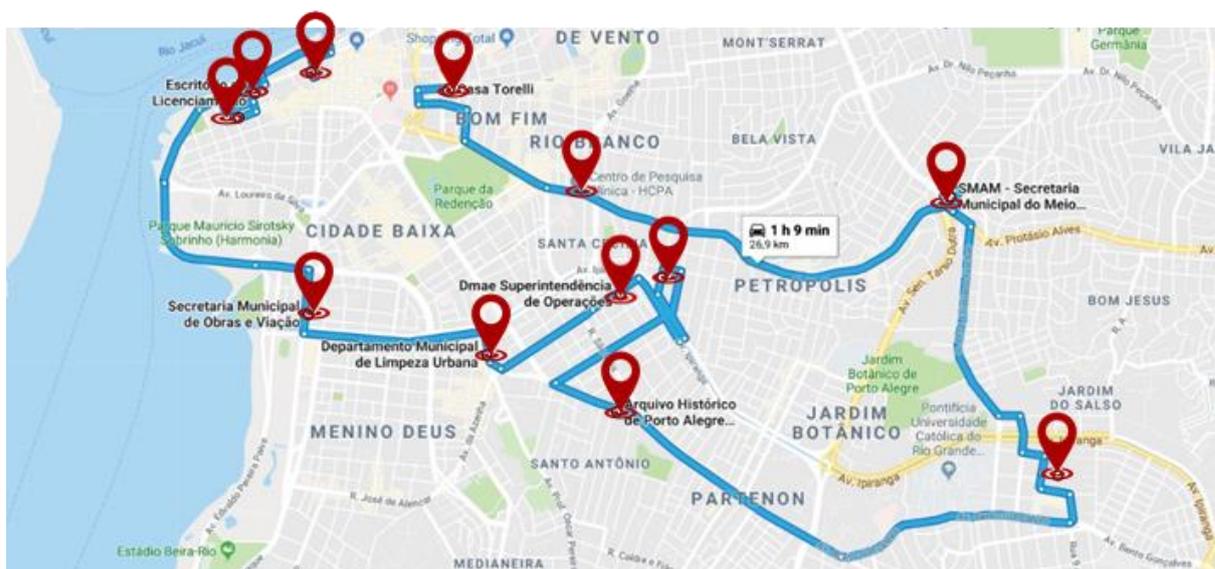
O tema escolhido para este trabalho de conclusão de curso é o Projeto do Centro Administrativo Municipal de Porto Alegre. Este tema foi definido a partir da constatação de uma necessidade real, visto que, atualmente, as secretarias Municipais encontram-se pulverizadas na malha urbana da cidade, apontando assim para a necessidade de aproximação dos departamentos municipais de Porto Alegre. A proposta deste projeto é centralizar a administração municipal em um Centro Administrativo, promovendo a consolidação de um Centro Cívico Municipal, com a unificação das atividades, a integração das secretarias, a qualificação dos espaços destinados a servidores e aos cidadãos, visando economia aos cofres públicos e conforto aos usuários.

2.1 Justificativa

Conforme exposto anteriormente, a atual estrutura organizacional da Prefeitura de Porto Alegre está distribuída em 15 Secretarias mais o Gabinete do Prefeito, e também as Autarquias, as Fundações e as Empresas Públicas.

Atualmente a prefeitura está completamente descentralizada, conforme apresentado na Figura 01, dividida em mais de 20 distintos endereços (Apêndice A) e o cidadão que necessita de atendimentos em diversas secretarias municipais precisa percorrer distâncias consideráveis.

Figura 1 - Percurso entre as diversas Secretarias em Porto Alegre.



Fonte: Google Maps, alterado pela autora

No trajeto, realizado no dia 13.09.2018, partiu às 13:20h do Paço Municipal, onde foram percorridos cerca de 25 km em 1h e 20 minutos, numa tarde de trânsito tranquilo, visitou-se 09 secretarias, com retorno às 14:43h ao Paço.

Nesse percurso, constata-se que entidades afins estão distantes uma das outras, separadas por quilômetros de distância, o que afeta toda população.

Os cidadãos são atingidos diretamente, pois aqueles que necessitam de atendimentos em diversas secretarias, precisam deslocar-se frequentemente nesses longos trajetos, o que gera muita insatisfação.

Os servidores também são prejudicados, pois as distâncias geram dificuldade de comunicação entre as secretarias municipais, o que ocasiona desperdício de efetividade do tempo de trabalho.

O município também sofre as consequências dessas distâncias tendo em vista que é onerado com esses deslocamentos, com o custo de aluguéis de carros ou combustível em carros próprios, além da contratação de motoristas (Apêndice B).

A centralização das secretarias resultaria não só para atender de forma mais eficiente os usuários dos serviços municipais e dar condições dignas e seguras aos servidores como também geraria economia aos cofres públicos, pois, em consulta ao Portal da Transparência Municipal (Apêndice C), constata-se que o valor gasto com aluguéis de imóveis ao mês chega ao montante de R\$ 1.001.065,93, totalizando R\$ 12.012.791,16 ao ano.

Exemplo disso foi a notícia publicada no Jornal Zero Hora de 19/06/2018 (Anexo A), onde informa que a Prefeitura de Porto Alegre vai pagar R\$ 97 mil mensais por aluguel de imóveis para Escritório de Licenciamento. O contrato de três anos custará R\$3,5 milhões aos cofres do município.

Ainda na reportagem a prefeitura afirma que o EdificaPoa, um dos órgãos responsáveis pelos licenciamentos atualmente, fica em local alugado, que teria sido requisitado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). E que a Smurb está num prédio próprio, mas em condições precárias.

"O processo de licenciamento atualmente funciona de forma desintegrada em sete endereços diferentes. Cabe destacar que o endereço onde funciona o EdificaPoa, localizado na Avenida Siqueira Campos, 805, é locado, e foi requisitado pelo TRE-RS. Já o prédio da Smurb, localizado na Avenida Borges de Medeiros, 2.244, encontra-se em condições precárias inclusive com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério do Trabalho, cujo o cumprimento de condicionantes monta em um investimento de aproximadamente R\$20 milhões de reais em obras e reformas", diz a nota.

E esta reportagem refere-se apenas a uma secretaria, outros prédios próprios que abrigam secretarias apresentam precário estado de conservação, sem falar no custo dos aluguéis que está em constante correção monetária.

Constata-se então a real necessidade de a Prefeitura investir em um imóvel próprio, acredito que essa proposta poderá, de maneira significativa, promover maior agilidade aos serviços públicos, facilitar o acesso às secretarias, melhorar a qualidade de vida e trabalho dos usuários e servidores, além de contribuir positivamente com a imagem do poder executivo junto a população local.

Os recursos destinados poderão provir de uma Parceria Público Privada(PPP), conforme previsto no art. 175 da Constituição Federal e normatizado pela Legislação (LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 – que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, Lei das Concessões de Serviços Públicos; Lei de Concessões; Lei Geral das Concessões; entre outras Legislações específicas para este fim).

No portal da transparência (Apêndice D) é listada a quantidade de imóveis públicos municipais, os quais diversos terrenos e imóveis desativados ou sem uso, que poderiam ser utilizados na já mencionada PPP, desonerando os cofres públicos.

2.2 Objetivos

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolver um partido arquitetônico para a nova sede do Centro Administrativo Municipal da cidade de Porto Alegre, tendo em vista que as secretarias municipais se encontram pulverizadas na malha urbana da cidade, separadas por quilômetros de distância. A proposta deste Trabalho é proporcionar à cidade uma sede unificada da prefeitura, estimular a integração das secretarias, qualificar e adequar os ambientes destinados aos servidores e usuários, visando a otimização dos recursos públicos municipais e também impulsionar a consolidação de um Centro Cívico Municipal, com a pretensão de aproximar e diminuir as fronteiras entre o serviço público e o cidadão Porto Alegrense.

2.3 Metodologia e estrutura do trabalho

A metodologia deste Trabalho de Conclusão de Curso é qualitativa e se divide em três etapas.

Na primeira etapa são realizados pesquisas e levantamentos para obter as análises necessárias.

Na segunda etapa, com os resultados apurados nas pesquisas, realizam-se as análises essenciais para o Projeto. Na análise do caso, é necessário estabelecer a compreensão atual das atividades da Prefeitura, do funcionamento do atual fluxograma das secretarias e a população de cada entidade. Levantar também as

carências e necessidades para poder assim prever o programa de necessidades mais adequado a cada setor.

Nesta etapa são realizadas também as análises do terreno, que são indispensáveis para utilizar a melhor implantação da edificação. Envolve o registro dos fatores que irão influenciar o progresso do projeto. São avaliados os condicionantes físicos e legais, que servem para identificar as limitações e oportunidades do terreno, juntamente com as análises do entorno, parte fundamental para o entendimento do contexto urbano. São identificados os acessos, vias, pré-existências, construções próximas, levantamento histórico da região, avaliando assim o impacto da edificação no entorno imediato. Do mesmo modo são realizadas análises de casos similares, que formam os estudos essenciais utilizados como referências, selecionados por utilizarem experiências inovadoras interessantes, comuns às intenções de uso no projeto.

Com base nessas análises, obtém-se o retrato da situação atual da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a efetiva necessidade de cada Secretaria, definindo conceitos e suas aplicações.

A terceira parte é a aplicação dos conceitos estudados e analisados na concepção do anteprojeto e do detalhamento final.

2.4 Público-alvo

A Prefeitura Municipal é a sede do Poder Executivo, democraticamente eleito pelo povo. Portanto, o Centro Administrativo Municipal destina-se a toda população de Porto Alegre.

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Desde os tempos mais remotos, a humanidade sempre se organizou em grupos, os quais, liderados por um indivíduo, em um espaço determinado onde liderava e ditava leis. Historicamente, o poder sempre se iniciou nos centros das cidades.

A Grécia Antiga, berço de diversos conceitos que influenciam na forma de como conhecemos e percebemos a Arte, a sociedade e a política, influenciou também na administração pública. *Ágora*, era o nome que os Gregos davam às praças públicas na Grécia Antiga. Nestas praças ocorriam reuniões onde os gregos discutiam assuntos ligados à vida da cidade (CARVALHO, 2015).

A *Ágora* – mercado aberto no centro da Cidade, foco da vida social e do comércio – era formada por edifícios como soas (galerias cobertas) *bouleuterions* (salões de reunião do conselho) *prytaneions* (escritórios administrativos) e *balaneia* (banhos) (COLE, 2013, p.120).

Desde então, a sociedade costuma se organizar em lugares específicos para discutir e planejar a vida nas cidades, elegendo líderes, criando órgãos públicos para legitimar e melhorar a vida da população. Da mesma forma que as cidades cresciam, crescia também a necessidade de organização.

O Estado, identificado como instituição política, possui uma atuação que produz efeitos externos e internos, e não pode deixar de estar a serviço da coletividade. A evolução do Estado demonstra que um dos principais motivos inspiradores de sua existência é justamente a necessidade de disciplinar as relações sociais, seja propiciando segurança aos indivíduos, seja preservando a ordem pública, ou mesmo praticando atividades que tragam benefício à sociedade (CARVALHO, 2015).

No Brasil, a organização de Centros Administrativos Municipais é recente, o poder das intendências se fundia com os poderes da câmara municipal. Exerciam funções públicas e tinham poderes muitos mais amplos do que hoje em dia, contudo, com a Proclamação da República, as câmaras foram dissolvidas e essa autonomia da intendência foi reduzida, com seus poderes alterados. A própria instituição da prefeitura e de seu encarregado maior, o prefeito, é algo praticamente novo na história do Brasil. O poder hoje exercido pela prefeitura era antes exercido pela câmara municipal, pelo conselho de intendência e pela intendência municipal (TENÓRIO 2011).

O abrigo das atividades governamentais é uma questão recorrente da arquitetura e do urbanismo, pois à medida que se aumenta a burocracia e as relações entre diferentes órgãos ou secretarias, exige-se articulações cada vez mais complexas, seja nos âmbitos municipal, estadual ou federal, a espacialização destas atividades em um núcleo político-administrativo centralizado surge como reação à pulverização de repartições no desenho das cidades tradicionais, atuando igualmente no sentido de espacializar a ambição de poder da nação e sobre a nação, cuja expressão máxima no Brasil se deu com a construção de Brasília (SEGAWA, 1998).

A Administração Pública no Brasil diz respeito à estrutura administrativa pública em si, e é o que coloca a máquina pública no seu papel de servir a sociedade.

3.1 Administração pública direta

A administração direta é aquela que recebe o repasse dos recursos financeiros públicos e a administra e distribui conforme a necessidade das secretarias e autarquias. O conjunto formado pela somatória de todos os órgãos públicos recebe o nome de Administração Pública Direta ou Centralizada. Pertencem à Administração Direta todas as entidades federativas, ou seja, União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios” (MAZZA, Ob. Cit., p. 132).

3.2 Administração pública indireta

A administração indireta é aquela oriunda da descentralização, criadas para atender e desempenhar funções nas mais diversas áreas. Dessa administração indireta fazem parte as autarquias, que são aquelas entidades que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) individual, sede independente, por vezes próprias. Existem também as Fundações, que são aquelas entidades direcionadas a desenvolver ações principalmente nos campos da saúde e educação, entre outras (CUNHA, 2014).

Os funcionários das autarquias e fundações pertencem ao quadro público municipal, são servidores concursados, com algumas exceções.

A administração pública indireta é o fruto da descentralização administrativa, isto é: da criação de novos entes com personalidade jurídica própria com o fito de atribuir a eles uma função administrativa específica para a descentralização das competências, antes localizadas, tão somente, na administração pública direta (EBRADI, 2016).

4. PORTO ALEGRE

Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre é a Capital mais meridional do Brasil. Com uma área de 496,682 km², possui uma população estimada de 1.479.101 pessoas (IBGE, 2018).

4.2 Breve histórico

Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul, teve origem numa pequena colônia de emigrantes açorianos que se estabeleceram na Ponta da Pedra, em 1752, por incentivo do governo de Portugal, foi oficialmente fundada em 26 de março de 1772 como Freguesia de São Francisco do Porto de Casais. A antiga colônia passou a capital de Província quando, em 1763, a cidade do Rio Grande foi invadida pelos espanhóis e para ali se transferiu o Governador. Em 1821 o imperador D. Pedro II conferiu à povoação o estatuto de cidade (PMPA, 2018).

Porto Alegre é conhecida como capital dos gaúchos, nome dado às pessoas ligadas à atividade pecuária no norte da Argentina e sul do Brasil. Graças à sua localização privilegiada, na confluência de cinco rios, Porto Alegre é um dos principais centros industriais e comerciais do Brasil. (UCCLA, 2018).

5. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Conforme informações obtidas no site da Prefeitura Municipal, o edifício do Paço Municipal (Figura 02) foi construído entre 1898 e 1901 para ser a sede da Intendência de Porto Alegre que até então não possuía sede própria, funcionando em prédios alugados no centro da cidade (PMPA, 2018).

Na época o prefeito eleito em 1897, José Montauray de Aguiar Leitão, assumiu o compromisso de construir uma sede própria. Entre as primeiras providências estão o aterro da Doca do Carvão e a venda de terrenos da municipalidade para angariar recursos.

O projeto foi encomendado ao Engenheiro Oscar Muniz Bittencourt, mas não foi aprovado. O arquiteto João Antônio Luiz Carrara Colfosco, italiano de Veneza, foi contratado para desenvolver novo projeto.

5.1 A edificação

Figura 2 Paço Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)

O apreço pela monumentalidade e pela suntuosidade Eclética vigorantes no Rio Grande do Sul no período positivista é evidente. Destacam-se a sobreposição das ordens arquitetônicas; dórica no térreo, simbolizando o Poder e a ordem coríntia no alto, significando a Harmonia e a Justiça. A marcação dos planos horizontais, a relação da edificação com o entorno, a importância de todas as fachadas, o tratamento das aberturas, a utilização de cornijas, arquitraves e platibandas evidenciam as características da arquitetura classicista (PMPA, 2018).

A planta, em forma de “U”, possui pátio voltado para os fundos. A Praça Montevideu compõe uma espécie de uma esplanada livre. O átrio de acesso apresenta duas fileiras de colunas dóricas que dão seguimento às colunas do acesso principal, levando até a escadaria que conduz ao piso principal do edifício.

A fachada principal possui organização simétrica, com o pavilhão central demarcando o acesso principal. O jogo volumétrico é demonstrado pelos planos demarcados por pilastras e colunas nos pavilhões de acesso e pela torre de base quadrangular, seguida de um corpo ortogonal coberto por cúpula (PMPA, 2018).

A arquitetura apresentada foi composta por várias unidades provindas de matrizes clássicas reunidas em um único organismo, uma associação de elementos como a pequena torre da fachada, o corpo central tripartido, os tímpanos triangulares ou em arco das janelas, os corpos centrais e os corpos angulares destacados, bem como o uso da aparência rústica no embasamento, imitando pedra. As formas são reinventadas acoplando, não fundindo, os elementos.

O edifício é carregado de elementos simbólicos tais como os grupos escultóricos colocados na fachada principal. (PMPA, 2018)

Na fachada da Avenida Borges de Medeiros, a figura central representa a Liberdade, a da direita representa a História, o busto de Péricles, a Democracia, a figura da esquerda representa a Ciência.

Próxima à fachada da Rua Uruguai a figura central representando a Agricultura, a da direita representa o Comércio e a da esquerda representa a Indústria.

Além destes dois grupos encontram-se duas figuras isoladas que representam a Justiça e a República.

Na fachada da torre existem dois bustos, o da esquerda é de José Bonifácio e o da direita é do Marechal Deodoro da Fonseca. No centro encontra-se o Brasão da República.

O prédio, dividido em três pavimentos, era ocupado com as seguintes atividades: tesouraria, seções de contabilidade e impostos, inspetoria de veículos, subintendência do primeiro distrito, guarda municipal, serviço de assistência pública e vestibulo, instalados no primeiro pavimento. O salão do Conselho Municipal, diretoria de obras, seção de águas e esgotos, arquivo, salas dos secretários, do conselho e do intendente, seções de estatística e higiene ficavam no térreo, onde funcionava também o 1º Distrito Policial (PMPA, 2018).

5.2 A Prefeitura Nova

Em 1947 foi inaugurada a chamada Prefeitura Nova, obra do arquiteto Christiano de La Paix Gelbert na Rua Siqueira Campos, cujo nome homenageia José Montaury, mas o gabinete do prefeito continuou situado na agora chamada Prefeitura Velha. Mesmo com o desafogo que significou a edificação da Prefeitura Nova, (Figura 3), a antiga Intendência continuou dando sinais de desgaste. Durante as duas décadas seguintes, várias obras de manutenção foram realizadas no prédio (PMPA, 2018).

Figura 3- Projeto de 1943 para a Nova Prefeitura de Porto Alegre



Fonte: PMPA

5.3 A Prefeitura na atualidade

A Prefeitura Nova já não comporta mais a totalidade das secretarias municipais. Dividida no Gabinete do Prefeito e mais 15 Secretarias, 05 Autarquias e 4 Empresas Públicas distribuídas em diversos endereços na Capital, a Prefeitura possui 14.712 servidores públicos (Anexo B) lotados nessas secretarias, excluindo os servidores das 4 empresas. (PMPA - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018)

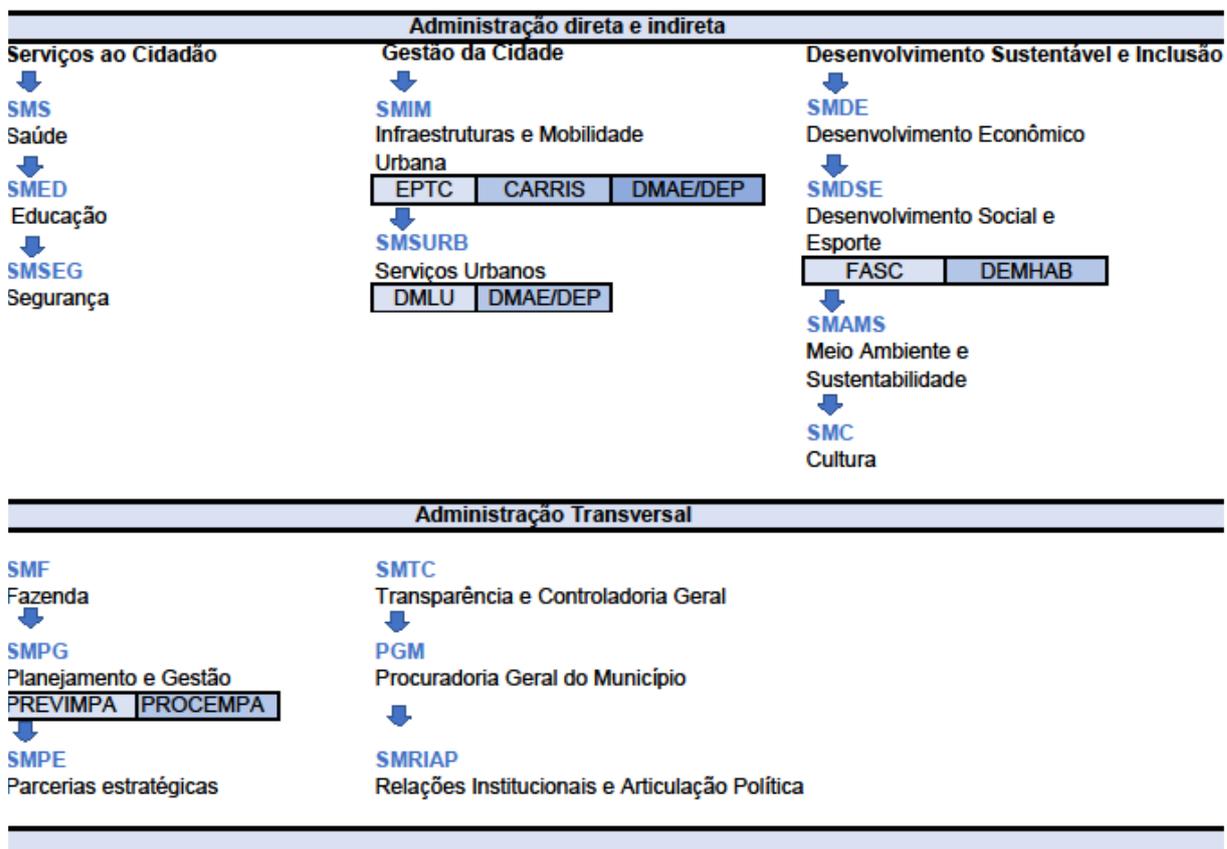
Destes servidores, cerca de 7000 atuam na forma administrativa direta, nas sedes das Secretarias e o restante atua em escolas, hospitais, segurança, etc.

Além dos servidores concursados da Prefeitura, fazem parte do quadro de funcionários, os Estagiários e os “Cargos em Comissão” (CC’s), (Apêndice E) que mesmo exercendo contratos ou mandatos temporários, utilizam as sedes, aumentando ainda mais a necessidade de ampliação dos ambientes.

5.3.1 Distribuição das Secretarias

Essa estrutura está esquematizada na Tabela 01, onde se torna possível ver mais detalhes sobre cada Secretaria, divididas pelo tipo de administração:

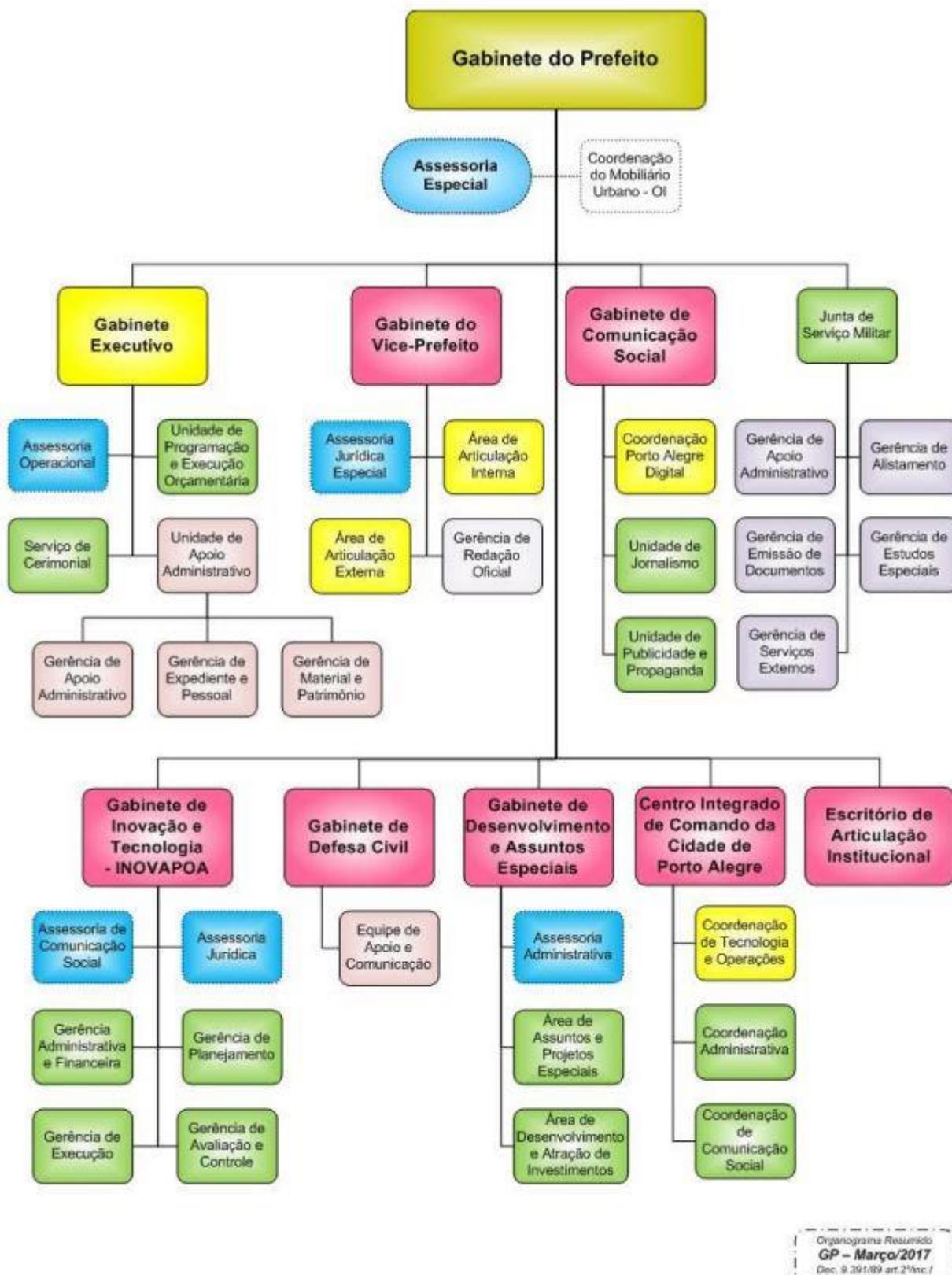
Tabela 1 - Divisão por tipo de Administração



Fonte: PMPA

O Paço Municipal e a sede da Prefeitura Nova, há muito tempo não comportam mais a totalidade dos servidores públicos municipais. Para melhorar a distribuição as sedes das secretarias e autarquias, a Gestão atual subdividiu as Secretarias e as distribuíram conforme o Organograma oficial da Prefeitura.

Figura 4 - Organograma sintético atual



Organograma Resumido
 GP - Março/2017
 Dec. 9.201/09 art.2ºinc.1

5.3.1.1 Secretaria Municipal da Cultura (SMC)

A SMC é responsável pela implementação da política cultural em suas diversas áreas, como música, teatro e artes visuais.

Responsável pela implementação da política cultural em áreas como música, teatro, dança, artes visuais, literatura, e memória cultural, a SMC é o maior agente cultural da cidade de Porto Alegre (PMPA, 2018).

Possui 168 servidores, 70 estagiários e 21 CC's totalizando 259 funcionários e está situada em 11 endereços pela cidade.

5.3.1.2 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE).

A SMDSE busca assegurar o acesso do cidadão às políticas públicas de Direitos Humanos, Assistência Social, Trabalho, Acessibilidade e Esporte.

A SMDSE contribui para o desenvolvimento social da cidade de Porto Alegre e para a redução/superação da pobreza por meio da execução de políticas públicas, garantindo a inclusão social e tendo como base o respeito aos direitos humanos, à acessibilidade, à inclusão social e à cidadania, a partir do trabalho e da renda, fomentando o empreendedorismo no 1º, 2º e 3º setor (PMPA, 2018).

Possui 123 servidores, 124 estagiários e 121 CC's, totalizando 368 funcionários e está localizada em 05 endereços.

5.3.1.3 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE)

A SMDE tem a missão de administrar as demandas relativas à indústria, comércio, produção, turismo, inovação e licenciamentos da cidade.

Criada a partir da fusão das antigas secretarias de indústria e comércio e secretaria de turismo, mais os gabinetes de inovação (Inovapoa) e de licenciamentos Edificapoa, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico administra todas as demandas da cidade relativas a essas áreas de interesse. (PMPA, 2018)

Possui 169 servidores, 12 estagiários e 44 CC's, totalizando 225 funcionários localizados em 04 endereços.

5.3.1.4 Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)

A SMF é responsável pela gestão financeira e tributária e também pela administração patrimonial, material e contábil da prefeitura.

Da cobrança de impostos sobre gados e propriedades exercida ainda antes da constituição formal de Porto Alegre, a atividade fazendária evoluiu para uma ampla estrutura de administração dos recursos financeiros e do patrimônio do município. A tradução dos tributos pagos pelos cidadãos em serviços de qualidade para a comunidade exige uma atuação responsável da Secretaria Municipal da Fazenda. (PMPA, 2018).

Possui 434 servidores, 142 estagiários e 17 CC's, totalizando 593 funcionários distribuídos em 04 endereços.

5.3.1.5 Secretaria Municipal de Educação (SMED)

A SMED tem como principal atribuição elaborar, implantar e coordenar a política educacional do município de Porto Alegre.

A Secretaria Municipal de Educação é uma das mais antigas da prefeitura de Porto Alegre: foi criada em 1955. À SMED cabe elaborar e implantar a política educacional municipal, assim como regular e coordenar a prestação de serviços no ecossistema do ensino infantil e fundamental (PMPA, 2018).

É dividida em 02 endereços e conta com 4.730 servidores, 709 estagiários e 25 CC's, distribuídos nas sedes e em 99 Escola Municipais mais a sede administrativa

5.3.1.6 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM)

A SMIM é responsável pela execução, conservação e fiscalização de obras e sistemas de esgoto, além de estruturar e fiscalizar a mobilidade urbana.

A SMIM é responsável por formular, planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para as atividades relativas à execução, conservação e fiscalização de obras públicas municipais, sistema de esgotos pluviais e cloacais e redes de abastecimento (PMPA, 2018).

Possui 407 servidores, 20 CC's e 39 Estagiários em um endereço.

Compõem a estrutura da SMIM ainda os seguintes órgãos:

- Carris
- Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC)
- Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) – Obras

(Os órgãos acima não terão suas estruturas modificadas, somente a sede administrativa).

5.3.1.7 Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS)

Responsável por promover equilíbrio entre o uso racional dos recursos ambientais e a geração de renda, visando à qualidade de todas as formas de vida.

A SMAMS é oriunda da primeira secretaria municipal do Meio Ambiente do país, criada em 1976. É o órgão executivo responsável pela proteção do sistema natural, pelo controle da qualidade ambiental no município, coordenação do processo de planejamento e desenvolvimento urbano da cidade e responsável pelas políticas públicas em defesa dos direitos dos animais.

Resíduos Sólidos, Licenciamento Ambiental, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Urbano, Ações em Defesa dos Animais, Gestão Ambiental e Gestão de Uso de Praças, Parques e Jardins, são pautas de responsabilidade da SMAMS. (PMPA, 2018)

Possui 582 servidores, 91 estagiários e 44 CC's, totalizando 717 funcionários divididos em dois endereços.

5.3.1.8 Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas (SMPE)

A SMPE tem por objetivo fomentar Parcerias-Público Privadas, concessões, adoções e outras parcerias entre o setor público e o privado.

A SMPE é responsável por formular, planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para a captação de recursos externos, articulação e fomento de parcerias públicas ou privadas; organizações da sociedade civil com interesse público; concessões; e demais parcerias de interesse de outros órgãos municipais (PMPA, 2018).

No Portal da transparência não há nenhum servidor lotado, 07 CC's, em um endereço apenas.

5.3.1.9 Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG)

A SMPG é responsável pelo planejamento estratégico, pelo modelo de gestão e pelas políticas de Recursos Humanos e de modernização administrativa.

A SMPG é o órgão responsável por formular, integrar e acompanhar a execução do planejamento estratégico e do modelo de gestão adotado no Executivo Municipal, além de elaborar as propostas do Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da administração.

Compete também à SMPG a promoção da gestão geral de governo, visando a garantia da eficiência dos serviços públicos municipais prestados à comunidade, e a coordenação e acompanhamento de projetos estruturantes para o Município de Porto Alegre.

A Secretaria possui 314 servidores, 37 estagiários, totalizando 351 funcionários em um único endereço.

5.3.1.10 Procuradoria-Geral (PGM)

A PGM, com status de Secretaria Municipal, tem sua atuação no cenário jurídico-institucional de Porto Alegre.

A PGM, com status de Secretaria Municipal, tem sua atuação no cenário jurídico-institucional de Porto Alegre, sendo responsável pela defesa dos interesses do Município em juízo e fora dele, bem como pelas funções de consultoria jurídica, de forma sistêmica e integrada, dos órgãos da Administração Pública Centralizada, conforme a Lei Orgânica da PGM.

Possui 172 servidores, 105 estagiários e 18 CC's, totalizando 295 funcionários em uma única sede.

5.3.1.11 Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Articulação Política (SMRI)

A SMRI tem a missão de fazer a interlocução e a articulação do governo.

A SMRI foi criada em 2017, com a perspectiva de representar, articular e defender interesses perante os diversos atores da sociedade. Desta forma, é necessário compreender os cenários (monitoramento, análise e diagnóstico) e antecipar tendências; mapear e conhecer a estrutura e o funcionamento das relações

federativas. Possui 132 servidores, 33 estagiários e 58 CC's, totalizando 223 funcionários em um endereço.

5.3.1.12 Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

A SMS de Porto Alegre gerencia um sistema de saúde para uma população em torno de 1.409.351 pessoas (IBGE, 2010).

Estão sob responsabilidade da secretaria os serviços de saúde desde a Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre como Postos de Saúde (Unidades de Saúde), os serviços de emergência como os Pronto Atendimentos e SAMU, os hospitais municipais Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e Hospital de Pronto Socorro, e a contratualização de serviços terceirizados para atendimento à população de Porto Alegre.

A SMS possui 4.131 servidores, 654 estagiários e 32 CC's, totalizando 4.817 funcionários distribuídos em diversos endereços além da sua sede.

5.3.1.13 Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG)

Responsável pelo planejamento e definições de políticas públicas de segurança municipal, executando atividades de prevenção e proteção

A SMSEG ganhou status de uniformidade no início do ano de 2013 com a divisão do segmento de segurança e direitos humanos no Executivo. Esta Secretaria também abriga o Centro Integrado de Comando (CEIC), a Guarda Municipal e a Defesa Civil municipal. (PMPA, 2018)

A secretaria possui 455 servidores, 09 estagiários e 19 CC's, totalizando 483 funcionários, divididos em 02 endereços.

5.3.1.14 Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb)

A SMSUrb atua na coordenação e no controle de ações de limpeza, manutenção e conservação do município.

A SMSUrb tem o objetivo de realizar, de forma integrada, todas as ações relativas à limpeza, manutenção e a conservação do município de Porto Alegre.

Observação: Fazem parte desta Secretaria o Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) e Secretaria de Infraestrutura Mobilidade (SMIM)

Possui 157 servidores, 01 estagiário e 37 CC's em 02 endereços (desses excluem-se os funcionários que não trabalham nas sedes).

5.3.1.15 Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTC)

Na perspectiva da transversalidade, dissemina a política de transparência junto aos órgãos e entidades da administração municipal.

A SMTC foi criada em 2017, pela Lei Complementar nº 810, alterada pela Lei Complementar nº 817, da Reforma Administrativa. Com a reorganização do Executivo Municipal, à SMTC coube o planejamento, coordenação, articulação e controle de políticas voltadas para auditoria preventiva, fiscalização e acompanhamento da gestão de sistemas administrativos e operacionais do município de Porto Alegre. Entre as metas da secretaria, está a potencialização do diálogo entre a sociedade e a administração pública.

No Portal não há nenhum servidor lotado nesta secretaria.

5.3.1.16 – Gabinete do Prefeito (GP)

Situado no Paço Municipal de Porto Alegre, abriga o Gabinete do prefeito e do vice-Prefeito. Não haverá mudança nesta estrutura na proposta apresentada, somente será criado um Gabinete alternativo no novo Centro Administrativo. O GP conta com 57 servidores, 27 estagiários e 67 CC's, totalizando uma população de 151 funcionários.

6. ESTUDOS DE CASOS

Os estudos de casos selecionados foram escolhidos como contribuição e subsídios na composição do projeto arquitetônico para o Centro Administrativo Municipal de Porto Alegre. Estes estudos são análises de obras similares e servem como base projetual.

São obras análogas, que já serviram de referência e inspiração para diversos projetos.

Analisar algo impõe que tenhamos conhecimentos sobre o objeto que está sendo observado. Durante a análise você vai detectar as formas, cores, texturas, luz e sombra, volumetria, estética, possíveis equipamentos utilizados, entre vários outros elementos. (OLIVEIRA, 2008)

A primeira obra, o Centro Administrativo de Belo Horizonte, teve seu projeto escolhido através de um concurso público nacional. A seleção deste projeto como estudo de caso se deu pela semelhança do programa de necessidades e pela solução formal e projetual adotada.

A segunda obra, a Prefeitura de *Tallin* na Estônia, também foi escolhida por um concurso. Colabora pela adoção do conceito de projeto similar ao que pretendo utilizar pela forma que o projeto foi inserido no contexto urbano, e o incentivo a mobilidade sustentável.

A quarta obra, O *TimmerHuis Rotterdam* foi resultado de um concurso de arquitetura internacional para a nova sede da Prefeitura de Roterdã, na Holanda.

Conhecido como o prédio mais sustentável da Europa, recebeu o certificado (*Building Research Establishment Environmental Assessment Methodology*) BREEAM.

Contribui com o uso inovador de tecnologias sustentáveis e com a distribuição dos espaços destinados aos escritórios da Prefeitura.

6.1 Centro Administrativo Municipal de Belo Horizonte

A proposta vencedora do Concurso Nacional de Arquitetura do Centro Administrativo de Belo Horizonte, do escritório Gustavo Penna Arquiteto & Associados (GPA&A) foi escolhida de forma unânime pela comissão julgadora do concurso.

Em um terreno de 10.132 m², (Figura 05) a edificação terá uma área de 101.510m² e poderá abrigar até dez mil pessoas. Materiais predominantes como aço e vidro contribuem para os diferenciais técnicos do projeto: construção econômica, Eficiência Energética, Sustentabilidade e Acessibilidade.

O projeto será construído no terreno que é hoje ocupado pelo estacionamento da estação rodoviária.

Figura 5 - Implantação



Fonte: ArchDaily

Figura 6 - Perspectiva noturna



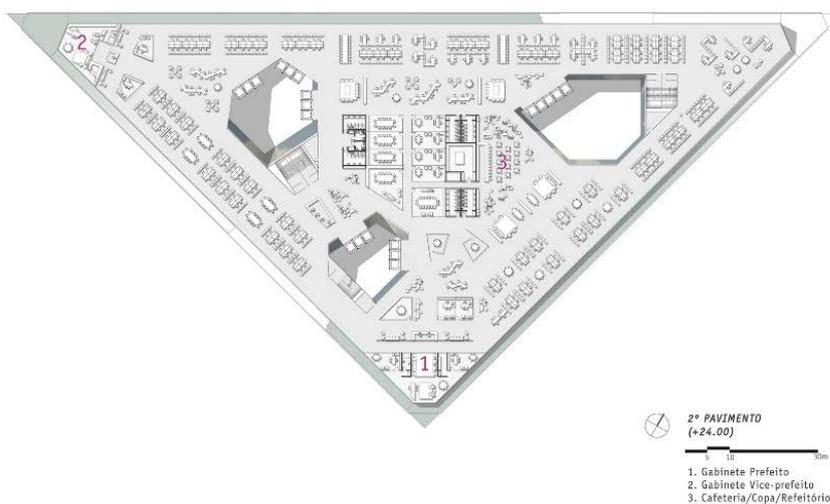
Fonte: Archdaily

Definiu-se uma edificação única (Figura 06), horizontalizada, integradora, em espaços fluidos, adequada ao acolhimento das várias funções para ela previstas, apresentando-se de maneira logicamente acessível à população. Como contraponto à estratificação que interrompe fluxos, artificializando a conexão entre as pessoas, espaços horizontais criam ambientes propícios ao estabelecimento de relações humanizadas. A comunicação se amplia na conformação de um espaço compartilhado. (GP&A, 2014)

Com uma fachada translúcida, o prédio alcançará 80 metros de altura. Serão 13 andares estruturados acima de três pilares, que inauguram um vão livre a ser transformado em praça pública. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH, 2014). Elementos fortemente associados ao estado de Minas Gerais estão presentes na composição do partido, como por exemplo, pedras preciosas, cristais, minério de ferro

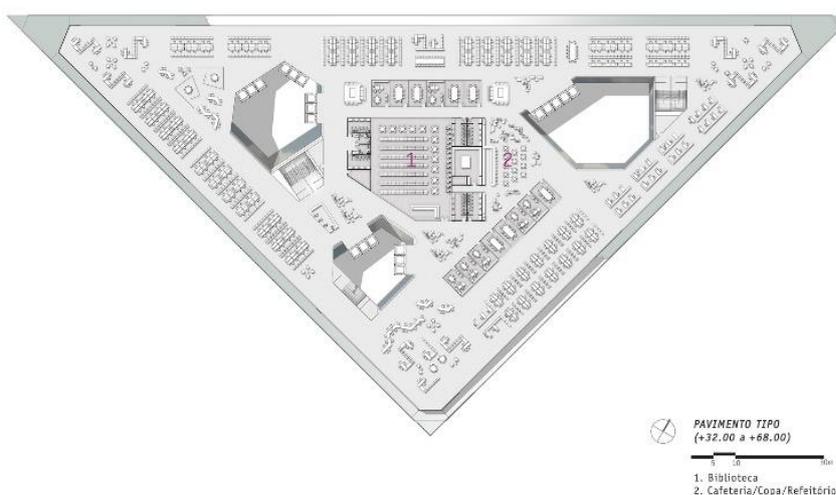
e o triângulo da bandeira mineira. Esses elementos foram explorados e marcados na estrutura metálica do edifício, seja na transparência do revestimento externo, bem como na planta triangular (Figuras 7 e 8) que aponta ao principal eixo articulador da cidade (MARQUEZ, 2014).

Figura 7 - Planta baixa Pavimentos tipo



Fonte: Archdaily

Figura 8 - Planta baixa Pavimentos tipo



Fonte: Archdaily

O edifício proposto pela GPA&A é transparente de linhas horizontais que se ergue sobre um vão de 20 metros, criando uma grande praça pública, integrando os espaços de pedestres e preservando o patrimônio arquitetônico da cidade. “Esse trabalho tem uma dimensão urbana muito maior que arquitetônica, já que ele gera uma praça coberta que tem quatro vezes o tamanho do MASP, em São Paulo, para convivência da população. Além disso, ele tem uma ciclovia na periferia do prédio, o que permite que os ciclistas cheguem de bicicleta até o último andar (GP&A, 2014).

Figura 9 - Ciclovia interna



Fonte: GPA&A

Figura 11 - Perspectiva externa



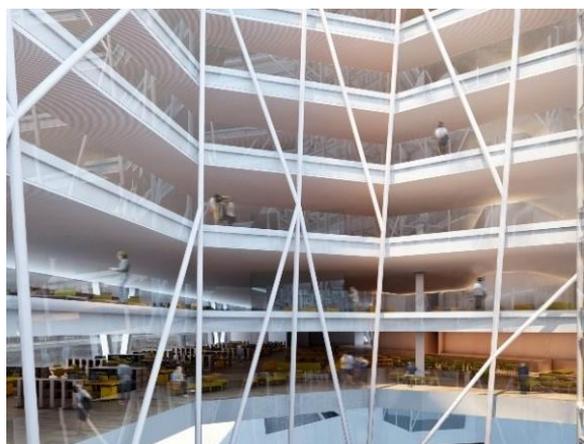
Fonte: GPA&A

Figura 10 - Praça coberta



Fonte: GPA&A

Figura 12 - Átrio



Fonte: GPA&A

O projeto configura-se como um monumento à mobilidade urbana em conexão com o espaço público, com os corredores de transporte e com a ciclovia, conforme a Figura 09. “O contato do público com o edifício do Centro Administrativo acontece inicialmente pela grande praça coberta, demonstrada na Figura 10. A geometria dessa praça se abre livremente para a população, podendo abrigar transeuntes, ambulantes,

performances, manifestações e celebrações, cujos movimentos são refletidos no teto espelhado”, comenta o arquiteto.

A forma que o projeto interage com a cidade, incentivando a aproximação e a apropriação da população dos espaços públicos da Prefeitura através da grande praça coberta, o parque e a ciclovia que circunda a edificação, o incentivo ao uso de diversos modais de transporte, se tornam fonte de inspiração e grande atratividade com suas contribuições imprescindíveis para o projeto do Centro Administrativo de Porto Alegre.

6.2 Centro Administrativo de *Tallin* – Estônia

Selecionado através de um Concurso Internacional de Arquitetura para a construção do novo Centro Administrativo (Prefeitura e Conselho Municipal) de *Tallin* na Estônia o projeto selecionado é de autoria do escritório dinamarquês *Bjarke Ingels Group* (BIG), em conjunto com o escritório de engenharia *Adams Kara Taylor*, da Inglaterra. O centro da administrativo será construído em terreno de aproximadamente 35.000m².

Figura 13 - Perspectiva



Fonte:BIG

Figura 14 – Visão da vizinhança



Fonte: BIG

Segundo Bjarke Ingels, arquiteto responsável pelo projeto, “quando se projeta um espaço público como uma prefeitura, o projeto precisa considerar a visão da vizinhança e dos usuários, (Figura 14) dos cidadãos e dos políticos. Paradoxalmente, nós arquitetos ficamos isolados e distantes desse diálogo – que é crucial no momento de concepção dá uma ideia – em função do anonimato característico dos concursos. Por se tratar de um concurso em duas etapas, tivemos algum retorno do júri, que provocou mudanças importantes no projeto uma função das demandas dos cidadãos.

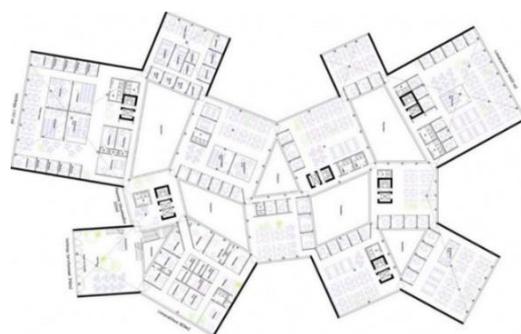
O resultado foi um projeto mais flexível, que é capaz de se adaptar às demandas inesperadas (Figuras 15 e 16). Encaramos essa experiência como um primeiro diálogo, que pretendemos manter no futuro” (SOBREIRA, 2009).

Figura 15 - Implantação



Fonte: BIG

Figura 16 - Planta Baixa



Fonte: BIG

Segundo os autores, o projeto é a resposta a questões sobre a natureza das instituições públicas na democracia do século XXI: como criar um objeto que não seja uma manifestação do papel superior do poder sobre um cidadão; e finalmente - como criar um local de encontro público (Figura 17) em uma cidade cujo centro se espalha em diferentes direções.

Figura 17- Local de encontro público



Fonte: BIG

Figura 18- Maquete



Fonte: BIG

O resultado dessas considerações é o desenho do edifício enfatizando o papel da transparência do poder e a relação com o cidadão na democracia.

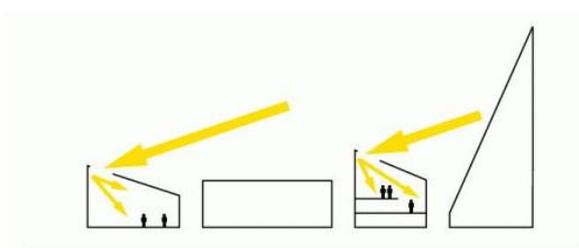
A transformação da forma dinâmica do objeto (Figura 19) foi moldada por uma série de sólidos angulares interligados, que abrigam os vários departamentos da Prefeitura, setorizando enquanto transforma a forma.

Outro elemento do projeto que procura incorporar o conceito de transparência e visibilidade é o “Conselho Municipal”, (Figura 20) cuja cobertura funciona como uma espécie de periscópio, permitindo visibilidade entre o público e os políticos. Dessa forma, “sempre que os políticos, membros do conselho, levantarem a vista, eles verão a cidade. Da mesma forma, no sentido contrário, os cidadãos – seja no momento do protesto ou da vida cotidiana – ao olharem em direção à torre que abriga do “Conselho Municipal”, terão uma visão sobre a atividade política cotidiana”.

Diferenciais do projeto:

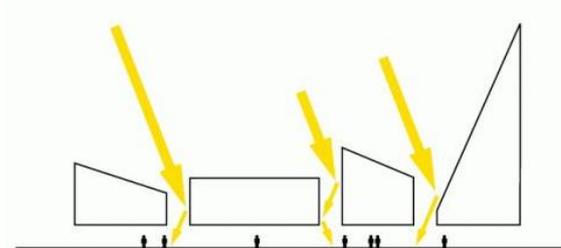
- Claraboias: As janelas no topo de cada departamento captam o sol e refletem a luz difusa nos ambientes. (Figuras 21 e 23)
- Pátios internos: O afastamento entre as edificações permite a entrada da iluminação natural (Figura 22)
- Volumes elevados: Os volumes criam um espaço público sob a prefeitura, criando uma espécie de praça pública (Figura 24)
- Restaurante aberto ao público no terraço (Figura 25)

Figura 21



Fonte: BIG

Figura 22



Fonte: BIG

Figura 23 - Corte com indicação das claraboias e pátios internos



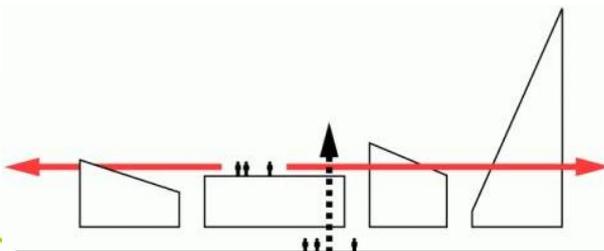
Fonte:BIG.DK, alterado pela autora

Figura 24- Volumes elevados



Fonte: BIG

Figura 25 - Restaurante público no terraço



Fonte: BIG

Figura 26 - Pátios internos



Fonte: BIG

Figura 27 Vista de uma das Claraboias



Fonte: BIG

Figura 28 - Restaurante no terraço.



Fonte: BIG

Figura 29 – Vista da praça



Fonte:BIG

6.3 Centro Administrativo do Maranhão

O resultado do Concurso Público Nacional de Arquitetura do Novo Centro Administrativo do Estado do Maranhão teve como objetivo selecionar o estudo preliminar e posterior contratação de projetos executivos de arquitetura e complementares para Complexo de edifícios do Novo Centro Administrativo. (IAB, 2013).

Segundo a Ata de Julgamento, “o projeto classificado em primeiro lugar destaca-se pela adoção de um partido arquitetônico consistente, que confere ao Complexo Administrativo do Estado do Maranhão grande representatividade e, sobretudo, expressivo valor simbólico. A proposta revela, com propriedade, o caráter institucional público (Figura 30) indispensável à natureza do complexo do CAE. Sugere, ademais, a articulação dos edifícios por meio da criação de uma praça cívica que configura o espaço social delimitado, no seu embasamento, por uma peça arquitetônica que define a concepção arquitetônica do conjunto e presta-se, igualmente, como um elemento de transição entre as áreas interna e externas do CAE” (VITRUVIUS, 2013).

Com o conceito “A concepção de um novo modelo de ocupação do solo”, o Studio Arthur Casas vence concurso nacional e será responsável pelo projeto arquitetônico do novo CAE (VITRUVIUS, 2013).

Figura 30 - Fachada



Fonte: Vitruvius

Figura 31 - Implantação



Fonte: Vitruvius

Figura 32 - Planta baixa térreo



Fonte: Vitruvius

A necessidade de manter as edificações existentes e, conseqüentemente, sua implantação ilógica pautaram, desde o início, a definição do partido arquitetônico. Propor um desenho que ao mesmo tempo conectasse o conjunto edificado e gerasse vazios, em harmonia com as pré-existências (Figuras 31 e 32), foi o desafio apresentado (CASAS, 2013).

Figura 33 – Perspectiva externa.



Fonte: Vitruvius

O elemento estruturador do conjunto, um embasamento de concreto encastrado no terreno, completa a nova geografia construída, duplicando o solo urbano e

estabelecendo ligações com as duas frentes urbanas adjacentes: a Avenida Jerônimo de Albuquerque e a Avenida Euclides Figueiredo

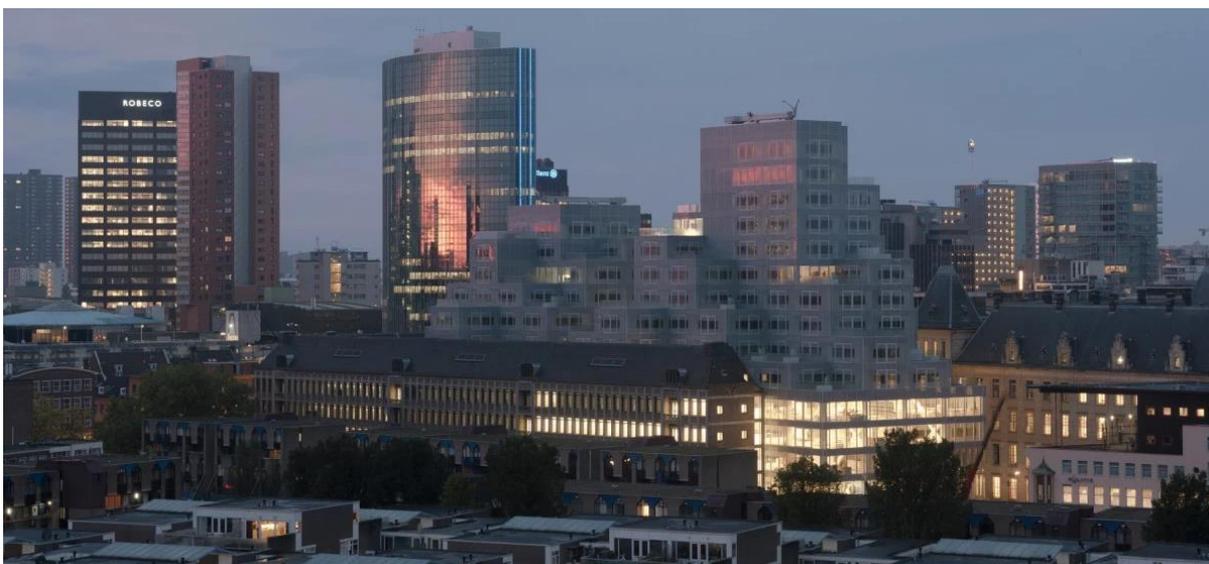
O térreo superior, em continuidade com a rua, amplia e transfere para dentro do lote os passeios públicos. Essa diluição de fronteiras entre o público e privado permite com que o pedestre transite fluidamente entre a escala metropolitana e a escala local.

O térreo inferior, um desdobramento do primeiro, concentra e distribui fluxos, determina acessos e racionaliza o sistema viário. Um estacionamento semienterrado foi projetado no limite do lote aproveitando a diferença de cotas entre as vias e o terreno. Este gesto esconde a presença do carro limitando-o a um percurso periférico e desnivelado, mantendo um acesso direto a qualquer um dos três edifícios existentes. Assume-se este volume arquitetônico como parte do terreno, como uma curva de nível artificial, um elemento de natureza construída (VITRUVIUS, 2013).

6.4 *Timmerhuis* Roterdã

O complexo multiuso *Timmerhuis* (Figura 34) resultou de concurso realizado em 2009 pela Prefeitura de Roterdã, na Holanda. O projeto vencedor, de autoria do escritório *Office for Metropolitan Architecture*, (OMA) do arquiteto Rem Koolhaas, foi concluído em 2015, e além de serviços municipais, inclui unidades residenciais, comerciais e culturais.

Figura 34 - *Timmerhuis*



Timmerhuis (Foto: Sebastian van Damme)

Fonte: OMA

Concluído recentemente, com construção modular e pré-fabricação, sendo constituído por um total de 15 pavimentos ocupados por escritórios e 84 apartamentos de luxo que, no conjunto, totalizam mais de 48 mil metros quadrados de área.

O projeto de 100 milhões de euros foi levado a cabo através de parcerias público-privadas ficando os 5 primeiros pisos ocupados por serviços da Câmara Municipal de Roterdã.

O projeto do OMA foi concebido como um edifício modular constituído de unidades que se repetem e que são recuadas gradualmente em relação à rua e que crescem de forma irregular. A ideia, segundo os arquitetos, é permitir máxima eficiência e versatilidade, tanto na construção quanto no programa: as unidades (Figura 36) podem ser adicionadas ou suprimidas da estrutura em função das mudanças na demanda por espaços, sejam de escritórios ou residências. Além disso, terraços verdes nos níveis mais altos oferecem a possibilidade de apartamentos com jardins, em meio ao núcleo urbano da cidade.

Figura 35 – Vista externa ao acesso principal



Fonte OMA

Figura 36 -Módulos residenciais



Fonte: OMA

Excelência BREEAM

O design do novo Timmerhuis obteve uma certificação de "excelência", de acordo com a metodologia emitido BREEAM reconhecido mundialmente, um dos sistemas de medição mais importantes e o mais famoso de características modernas construções de durabilidade.

Entre os fatores que resultaram em uma menção de "excelência", existe o uso de aço (Figura 37), o qual pode ser totalmente reciclados no final da vida útil da construção, e o fato de que o aço foi transportado por via marítima de Gijón, na Espanha a Vlissingen, na Holanda (OMA, 2015).

Figura 37 - Diagrama Estrutural: uso do aço



Diagrama Estrutural

Fonte: OMA

Ao nível da rua, a estrutura e os vazios criados pela suspensão dos módulos permite a criação de espaços generosos, sugerindo uma relação aberta e ativa entre o edifício e a cidade. O projeto foi também concebido com o objetivo de alcançar os mais altos padrões de eficiência e sustentabilidade.

Uma das estratégias para alcançar tal objetivo foi a flexibilidade e versatilidade dos espaços, além da criação de espaços vazios, (Figura 38) que atuam como “pulmões” para o edifício, uma vez que estão conectados a um sistema de climatização que armazena calor no verão e frio no inverno, convertendo tal energia em calor ou frio, quando necessário. As fachadas receberam vidro triplo translúcido (Figura 39) com sistema de isolamento de alta tecnologia, o que garante, segundo os autores, a eficiência energética da envoltória (OMA, 2015).

Figura 38- Átrio



Fonte: OMA

Figura 39 - Fachada com vidro triplo



Fonte: OMA

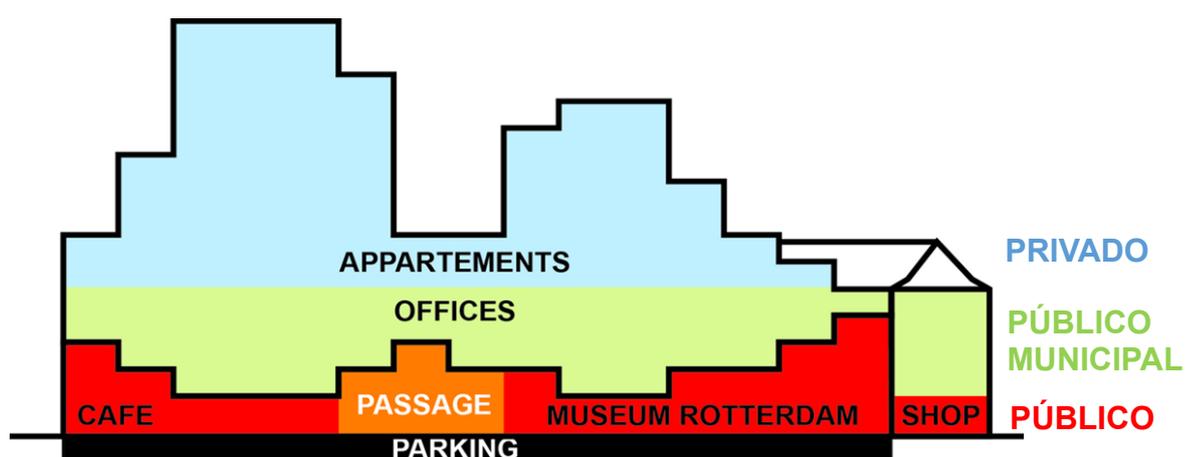
Setorização (Figura 40): No piso térreo encontra-se espaços públicos, lojas, restaurantes e o Museu Rotterdam, que foi inaugurado no início de 2016, e que conta a história da cidade e de seus habitantes.

Do primeiro ao quinto pavimento trabalham cerca de 1.800 funcionários do município de Rotterdam. Do sexto ao décimo quarto estão os 84 apartamentos com terraços grandes, que já foram todas vendidas.

Há uma garagem subterrânea com a partilha de carro elétrico (BMW i3) para os moradores.

Pela primeira vez esta facilidade já está inclusa no projeto da garagem (OMA, 2015).

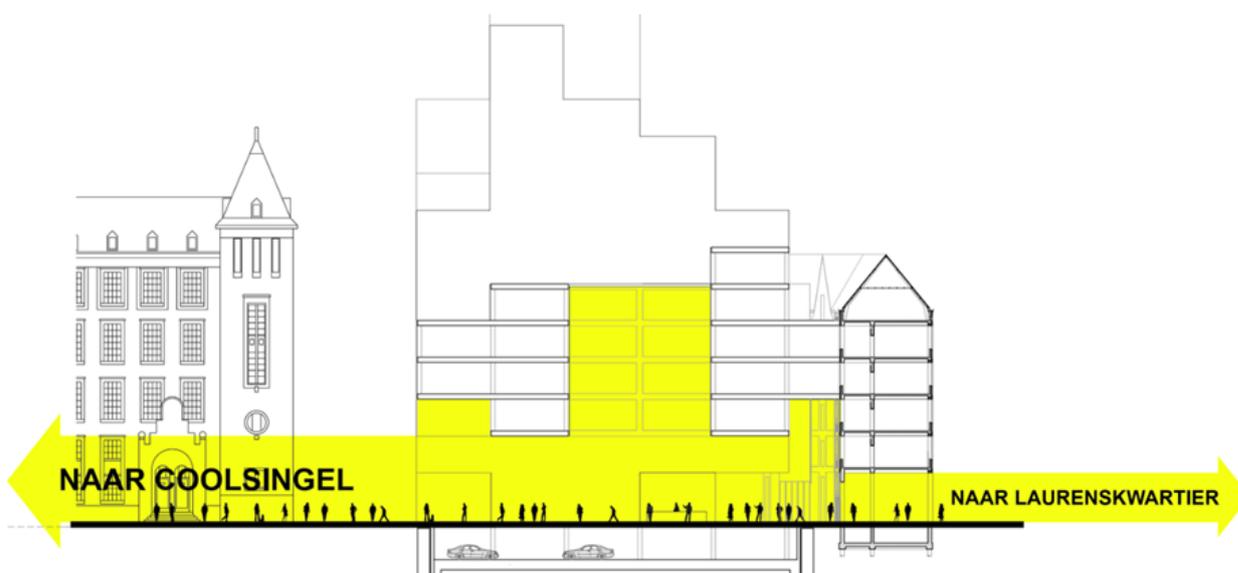
Figura 40- Setorização



Fonte: OMA (Alterado pela autora)

Segundo os arquitetos responsáveis, “Mais do que um edifício, trata-se de uma nova proposta de condição urbana – uma simulação do perfil da cidade, no próprio edifício. (Figura 41). O projeto procura criar uma mediação entre a estrutura existente da Prefeitura atual e os outros edifícios vizinhos. Por meio de uma ambiguidade intencional, o projeto mergulha em meio à diversidade arquitetônica de períodos diversos, incorporando escalas e estilos presentes no entorno imediato” (OMA,2015).

Figura 41 - Circulação



Fonte: OMA

Conforme demonstrados nas Figuras 42 a 47, os pavimentos utilizados pela prefeitura são divididos por várias divisórias leves. Algumas são em vidro, outras em painéis de alumínio escovado, delimitam as áreas públicas, que podem ser facilmente modificadas conforme a necessidade.

Figura 42 – Divisórias leves



Fonte: OMA

Figura 43- Divisórias de vidro



Fonte: OMA

Figura 44 – Salas de reunião , divisórias leves



Fonte: OMA

Figura 45 – Privacidade das salas de reunião



Fonte: OMA

Figura 46- Armários para servidores/divisórias-



Interiores 5

Fonte: OMA

Figura 47 – Divisórias em vidro e aço escovado



Interiores 6

Fonte :OMA

Os 1.800 funcionários têm que se dividir em 1.200 mesas, o que é conseguido através de soluções de empregos em *part-time* e *home office*. OMA interpreta o aparato administrativo urbano como um organismo dinâmico e democrático, respondendo às especificações do cliente. Roterdã é vanguardista em termos de burocracia: tudo é digital, quase não resta papel. (OMA, 2015)

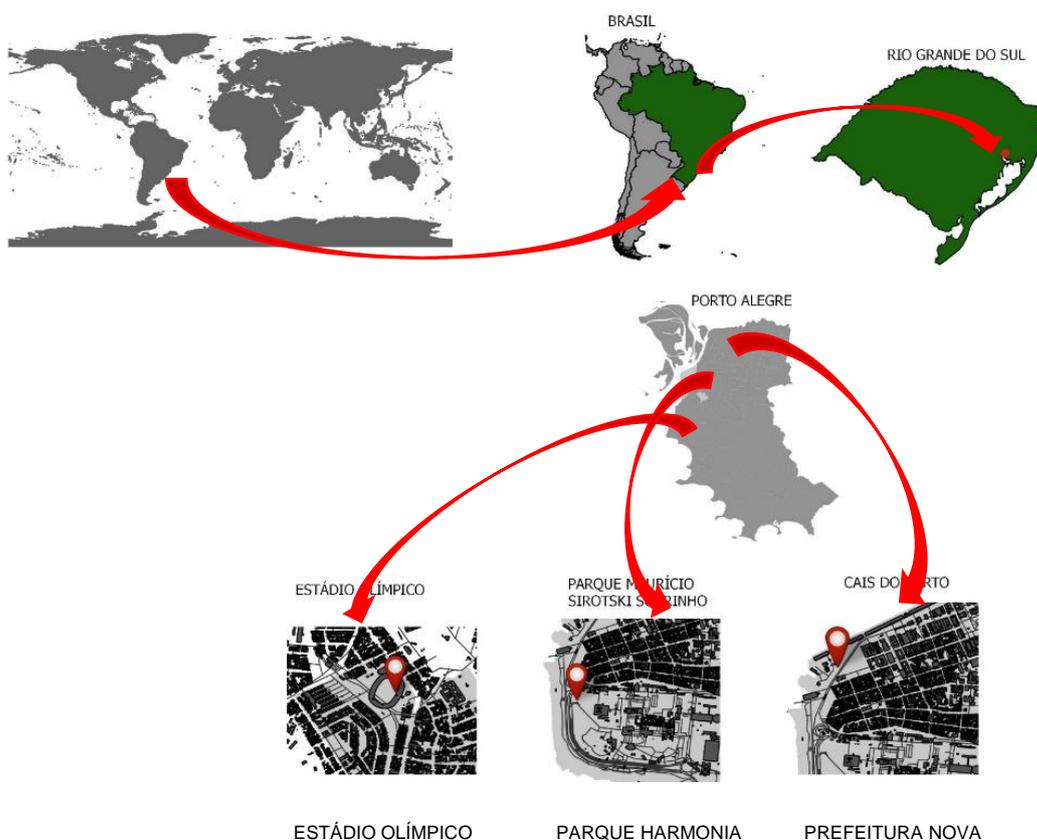
As divisórias garantem a transparência e leveza propostas no conceito da edificação além da praticidade de serem facilmente adaptadas às necessidades de cada setor.

7. SÍTIO

Para a escolha do terreno foram considerados aspectos além das dimensões do terreno. Foram realizadas análises de localização, sistema viário e de mobilidade urbana, itens fundamentais para melhor atender o alto fluxo de funcionários e usuários que frequentarão o espaço. Também foi levado em consideração a distribuição e localização atuais das secretarias.

Todo projeto, para ser bem-sucedido, precisa contextualizar o local de intervenção, realizar um profundo diagnóstico e considerar aspectos socioeconômicos, ambientais e urbanísticos. Como o projeto destina-se a um equipamento público e social, a análise do local de inserção teve uma rigorosa avaliação. Para tanto, foi realizado levantamento de três áreas na Cidade de Porto Alegre, com os critérios acima mencionados:

Figura 48 -Localização dos terrenos analisados



Fonte: QGIS

7.1 Opções de terrenos

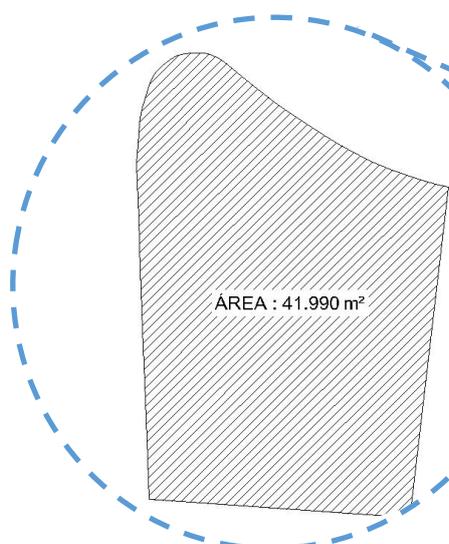
O primeiro terreno a ser analisado foi o do Estádio Olímpico Monumental, localizado na Avenida Dr. Carlos Barbosa, nº 01, Bairro Azenha. O terreno apresenta boa malha viária no entorno e mobilidade, são 35 linhas de ônibus e lotações, além de acessos aos mais diversos bairros da cidade. As dimensões do terreno são amplas, capazes de suportar toda estrutura da Prefeitura, inclusive Empresas e Fundações. A escolha foi descartada levando em consideração o litígio jurídico que a área se encontra e pelo deslocamento das secretarias hoje situadas na sua maioria próximas ao centro.

O segundo terreno analisado, seria uma proposta de ampliação da Prefeitura Nova de Porto Alegre. Trata-se de terreno Municipal, com localização já consolidada e de fácil acesso e ampla mobilidade. Porém, tendo em vista as condições de acesso e viárias, além dos condicionantes legais da edificação, a localização foi descartada.

O terceiro terreno analisado e escolhido(Figura 49) trata-se da área situada ao lado da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, localizada no Parque Maurício Sirotski Sobrinho.

7.2 – O terreno escolhido

Figura 49 - Terreno



Fonte: Autocad

Figura 50- Entorno



Fonte: QGIS

O terreno escolhido para a implantação do Centro Administrativo Municipal fica ao lado da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre (Figuras 50), na Avenida Loureiro da Silva, nº255, no Bairro Praia de Belas.

7.3 Bairro Praia de Belas

No século XIX o bairro era ocupado apenas por chácaras e sítios. Antônio Rodrigues Belas, era proprietário de algumas dessas terras e foi o responsável pela construção de uma estrada que ligava seu sítio ao Centro. Ao longo dos anos, essa via se tornou uma importante rota de comercialização de escravos, prática comum na época e bastante desenvolvida na região (PMPA, 2018).

Em homenagem a este proprietário de terras, o bairro recebeu o nome de “Praia de Belas”. A avenida que deu origem ao bairro, existe desde 1839 e derivado da via, o bairro herdou o nome.

A partir da consolidação desta via a população conheceu as terras que eram banhadas pelo lago Guaíba e assim, despertaram o interesse de fixar residências nas proximidades.

Em 1870, após a construção do cais de pedra, a população que residia nas proximidades da estrada aumentou consideravelmente (PMPA, 2018).

O Praia de Belas foi um bairro planejado na totalidade de suas dimensões e devido a esse planejamento. Abriga vários prédios públicos e residenciais.

O Bairro é referência em lazer. Ao longo de seus limites encontramos o Parque Marinha do Brasil, um parque essencialmente esportivo, que foi inaugurado em 09 de dezembro de 1978, foi erguido sob o aterro, assim como o Estádio Beira-Rio e o Gigantinho, do Sport Club Internacional, datados do ano de 1969.

Mais conhecido como “Estância da Harmonia” e localizado na Avenida José Loureiro da Silva, 255, o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. fica situado entre a Usina do Gasômetro e a margem direita do Arroio Dilúvio. Foi idealizado e construído pelo Engenheiro Agrônomo Curt Alfredo Guilherme Zimmermann. Inaugurado em 04 de setembro de 1982., foi inicialmente chamado de Porto dos Casais e somente depois da Lei 5066, de 1981, recebeu o nome de Parque da Harmonia, onde são realizados os festejos alusivos às comemorações da Semana Farroupilha, reunindo entidades na sua maioria de cunho cultural (PMPA, 2018).

Em março de 1987 teve o seu nome alterado para Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Neste ano foi realizado o 1º Acampamento Farroupilha. Nos anos anteriores não havia acampamento, e sim grupos de amigos ou piquetes que ficavam na área de fazendinha.

O Parque possui 65 hectares, com churrasqueiras ao ar livre e galpão criou, espaços destinados à recreação quadras de futebol de areia e de vôlei, locais para pesca, aéro e nautimodelismo (PMPA.2018).

7.4 Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre

A Câmara de Vereadores de Porto foi criada em 06 de setembro de 1773, seis meses depois da data oficial da fundação da cidade de Porto Alegre, em 26 de março de 1772.

O edifício da Câmara Municipal de Porto Alegre, além da relevância histórica, representa uma das obras mais consideráveis da arquitetura moderna gaúcha.

Projeto do arquiteto Cláudio Luiz Araújo, considerado um mestre do Modernismo brasileiro, o Palácio Aloísio Filho, foi inaugurado em 01 de maio de 1986. Situado na Av. Loureiro da Silva 255, dentro do Parque Maurício Sirotski Sobrinho, abriga a sede do Legislativo Municipal de Porto Alegre em um espaço destinado ao Centro Administrativo Municipal (CAMARAPOA,2018).

Em 2014, foi anunciando um concurso para o anexo da Sede Administrativa da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Figura 51 – Pórtico Câmara



Fonte: CAMAPOA

Figura 52 – Palácio Aloísio Filho



Fonte: IAB-RS

7.4.1 O projeto do anexo

O trabalho foi resultado das atividades da comissão permanente de obras da Câmara Municipal, que, em 2014 foi presidida pelo diretor-geral, Albano Assis. O projeto contou com a consultoria do arquiteto Claudio Araújo, autor do projeto arquitetônico do Palácio Aloísio Filho.

O Programa de necessidades do projeto visou a melhor ocupação do prédio principal e a ampliação dos gabinetes dos vereadores, também foi solicitado melhores condições atendimento ao público e de maior produtividade aos servidores, dispendo de novos recursos tecnológicos que, hoje, devido à superlotação, não são disponibilizados. O anexo vai abrigar as diretorias administrativa e de patrimônio e financeira (CAMARAPOA,2018).

Dos 52 trabalhos apresentados por arquitetos de todo o Brasil, cinco foram selecionados como finalistas. Em primeiro lugar ao arquiteto paulista Daniel Corsi da Silva, responsável pela execução final do projeto (CAMARAPOA,2018).

Figura 53 – Proposta vencedora

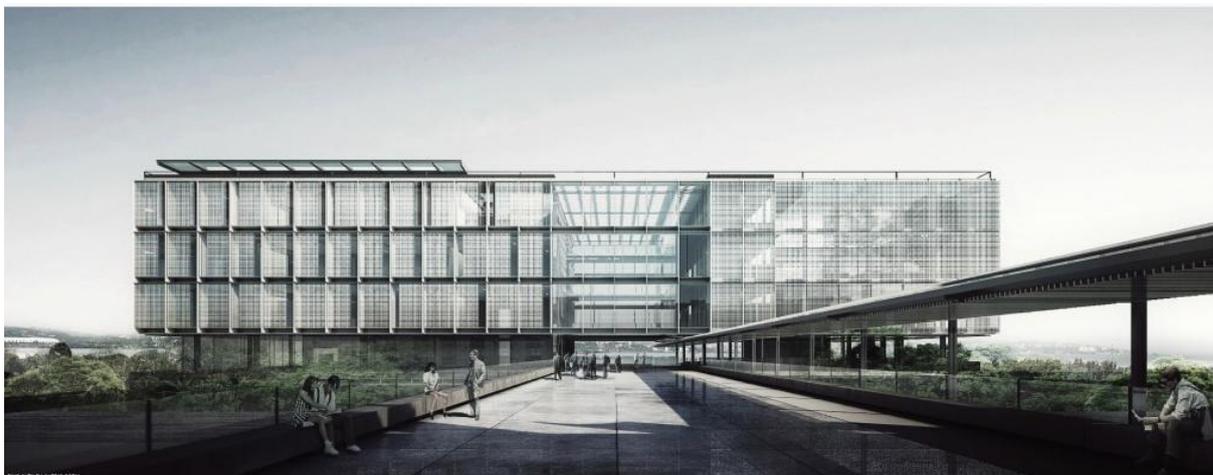


Proposta vencedora

Fonte: CORSI HIRANO Arquitetos

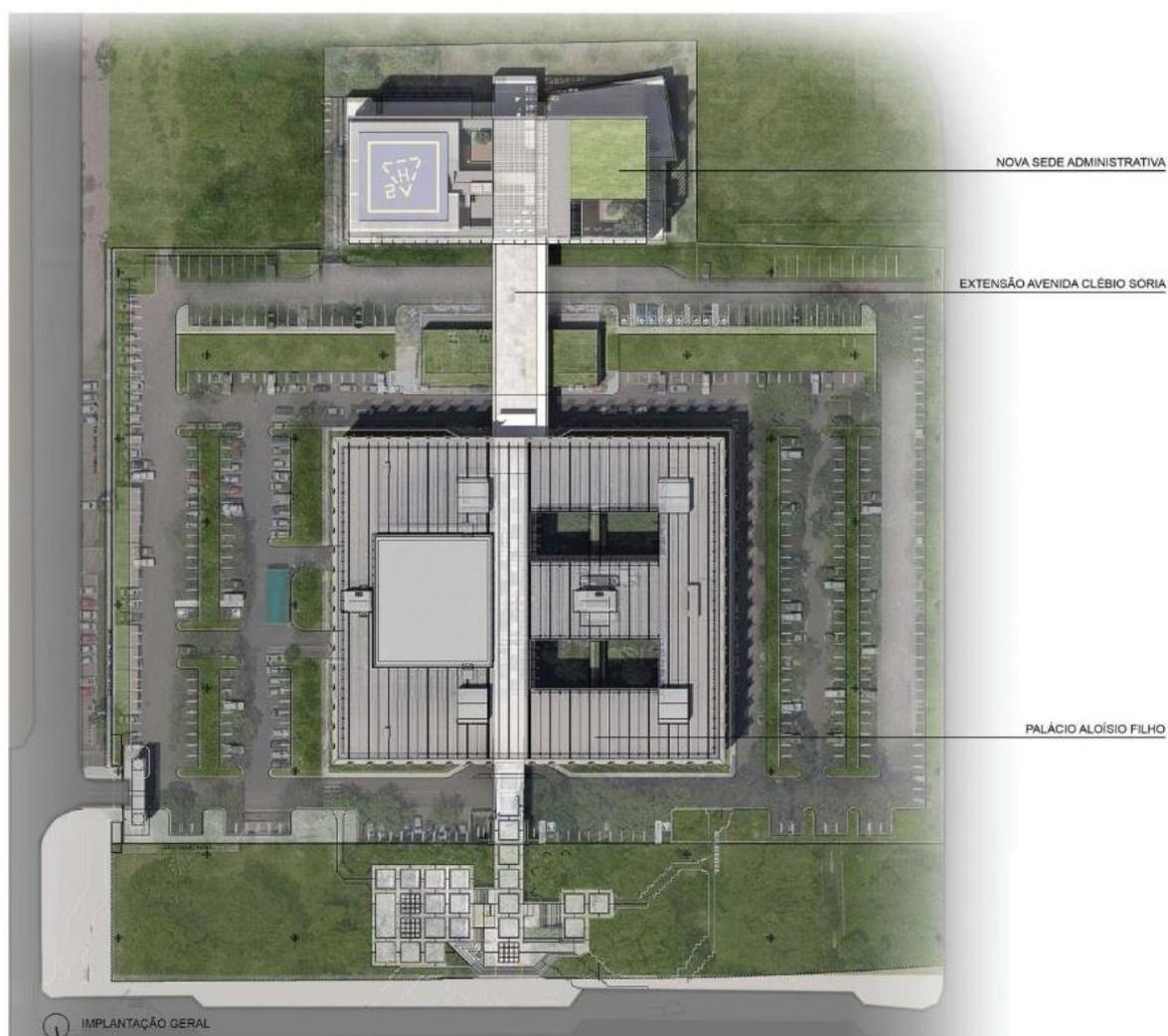
Como se observa na Figura 53. a equipe vencedora buscou transformar o prédio em uma unidade integradora dos principais elementos de seu contexto: a arquitetura do Palácio Aloísio Filho e a paisagem do Parque Mauricio Sirotsky Sobrinho e procurou buscar e ressaltar o significado da Câmara ali existente.

Figura 54 – Elevação do anexo



Fonte: CORSI HIRANO Arquitetos

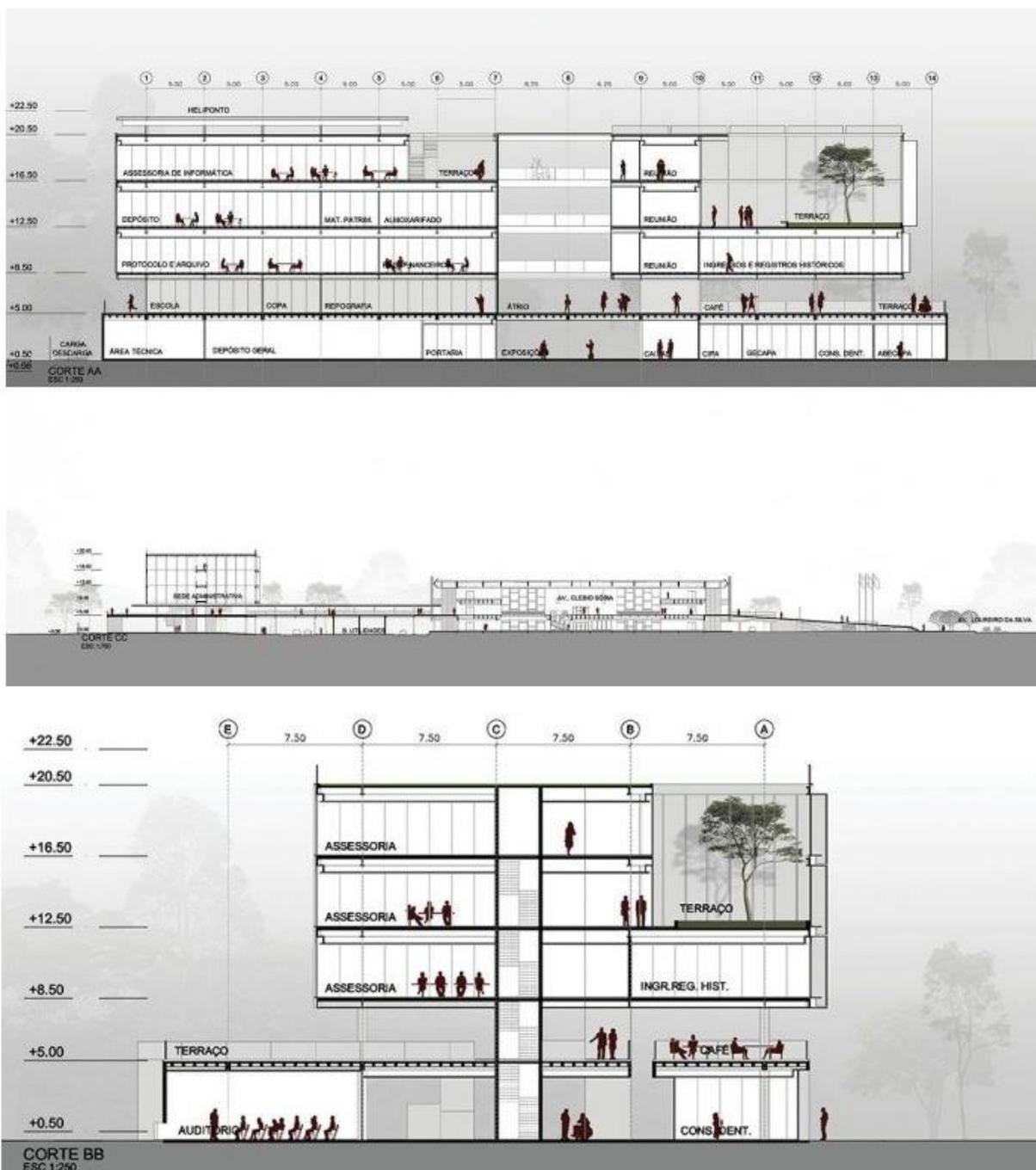
Figura 55 - Implantação



Fonte: CORSI HIRANO Arquitetos

A edificação foi concebida de maneira que se tornasse simples e confortável visando o bem-estar daqueles que a habitam, tornando-se uma expansão física e simbólica do Poder Legislativo do Município (VITRUVÍUS,2014).

Figura 56 - Cortes



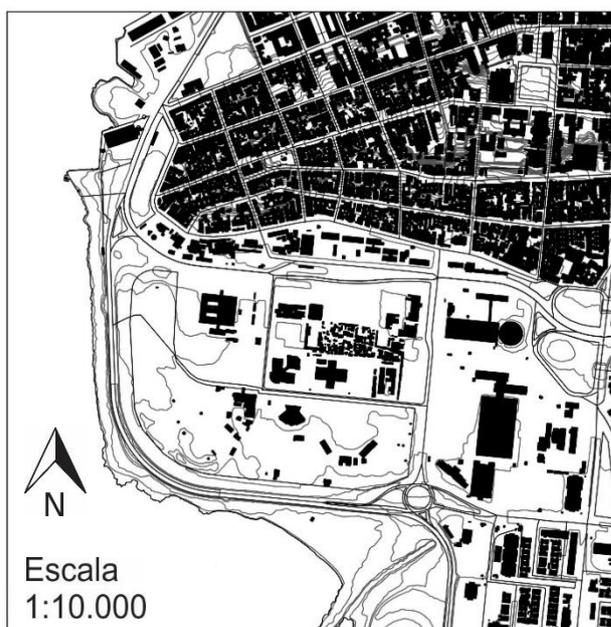
Fonte: Vitruvius

O projeto apresentado sofreu modificações, atualmente o projeto conta com uma altura de 28 m e 07 pavimentos, conforme vistas ao processo no Edificapoa.

7.6 O entorno

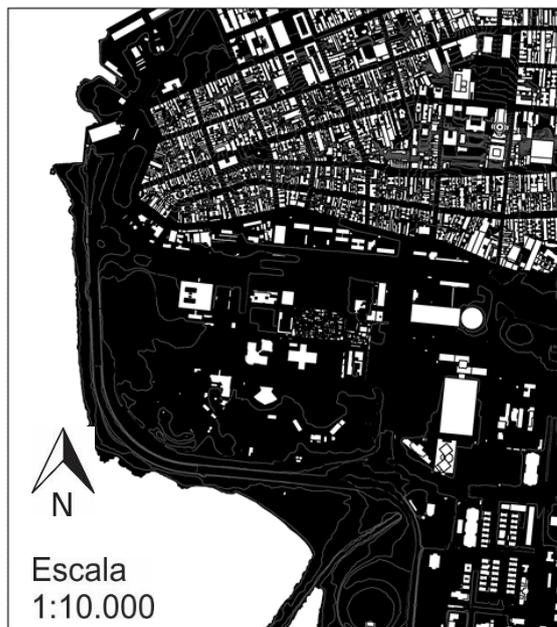
A análise do mapa de cheios e vazios possibilita a identificação do adensamento da área onde o terreno está situado.

Figura 57 - Figura fundo



Fonte: QGIS

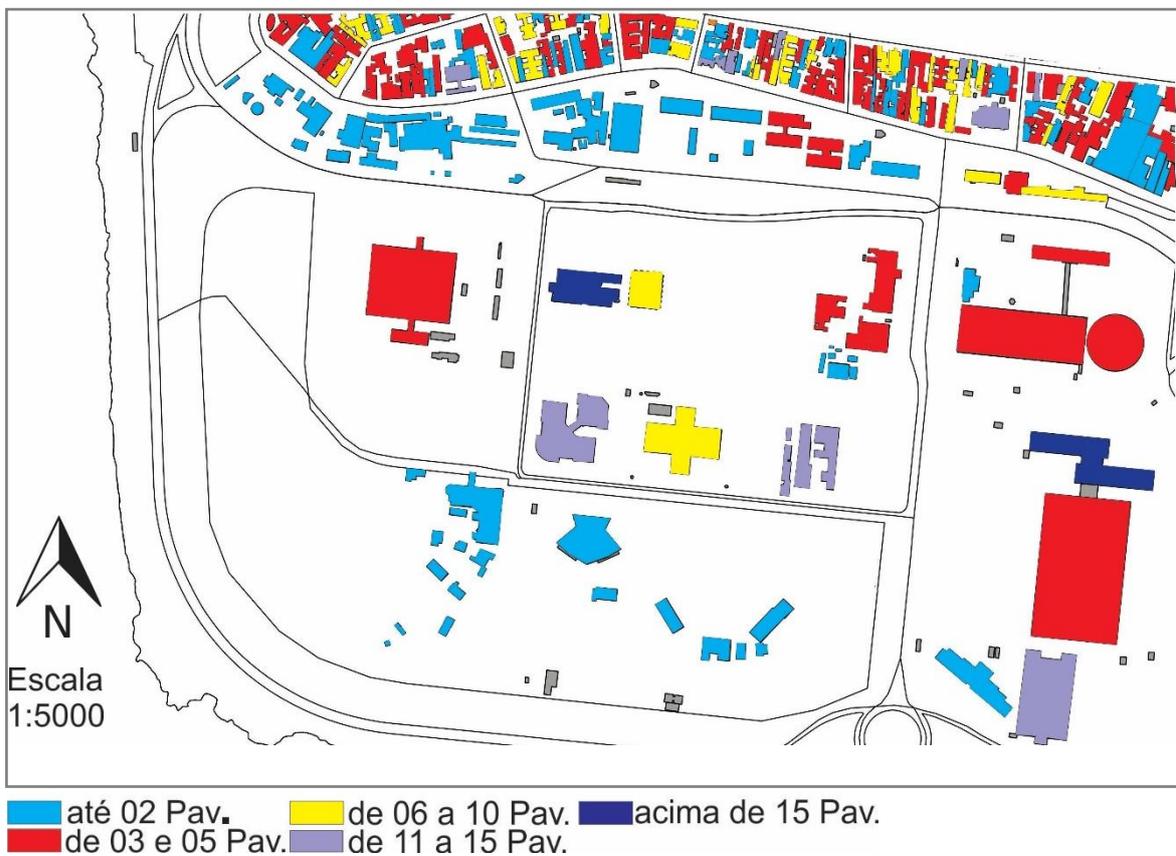
Figura 58 – Fundo figura



Fonte: QGIS

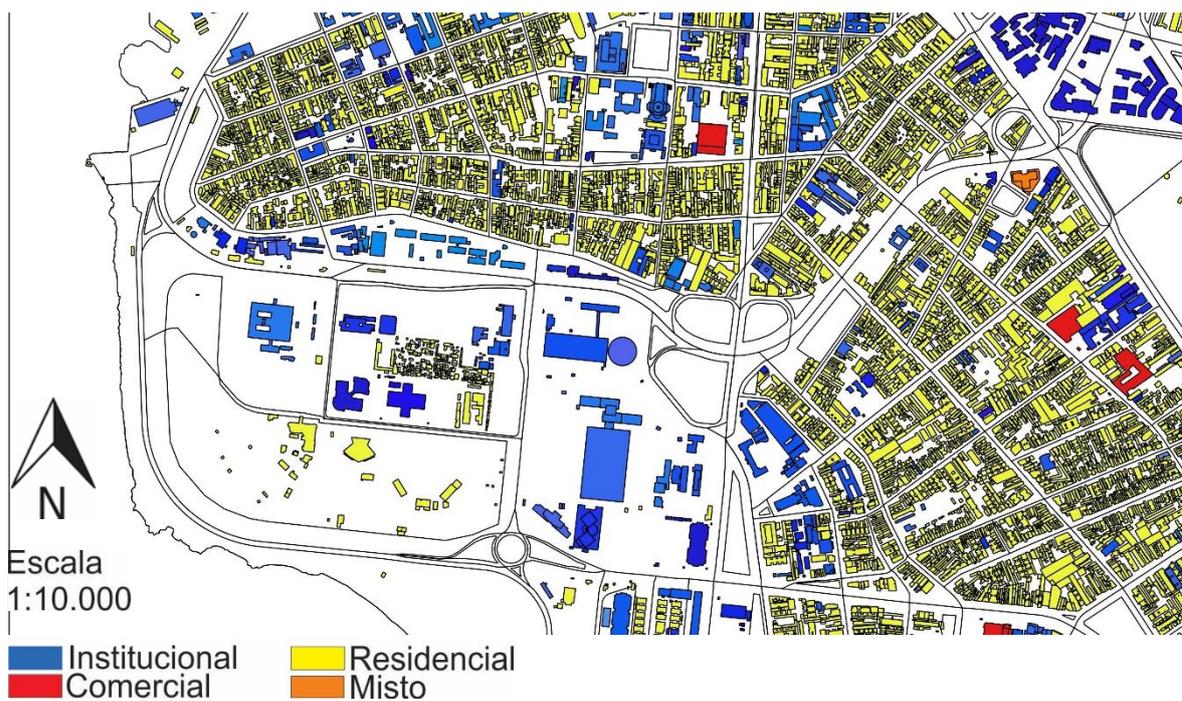
A figura 57 destaca em preto o espaço construído na região de implantação do projeto, identificando como se comporta a textura urbana do entorno. Ressalta-se que o espaço urbano ocupado é bem consolidado em quadras, contudo no entorno imediato existe um enorme vazio como demonstrado na figura em preto, mas esta situação só ocorre porque o terreno é localizado dentro de um parque urbano.

Figura 59 - Volumetria



Fonte QGIS

Figura 60 - Usos

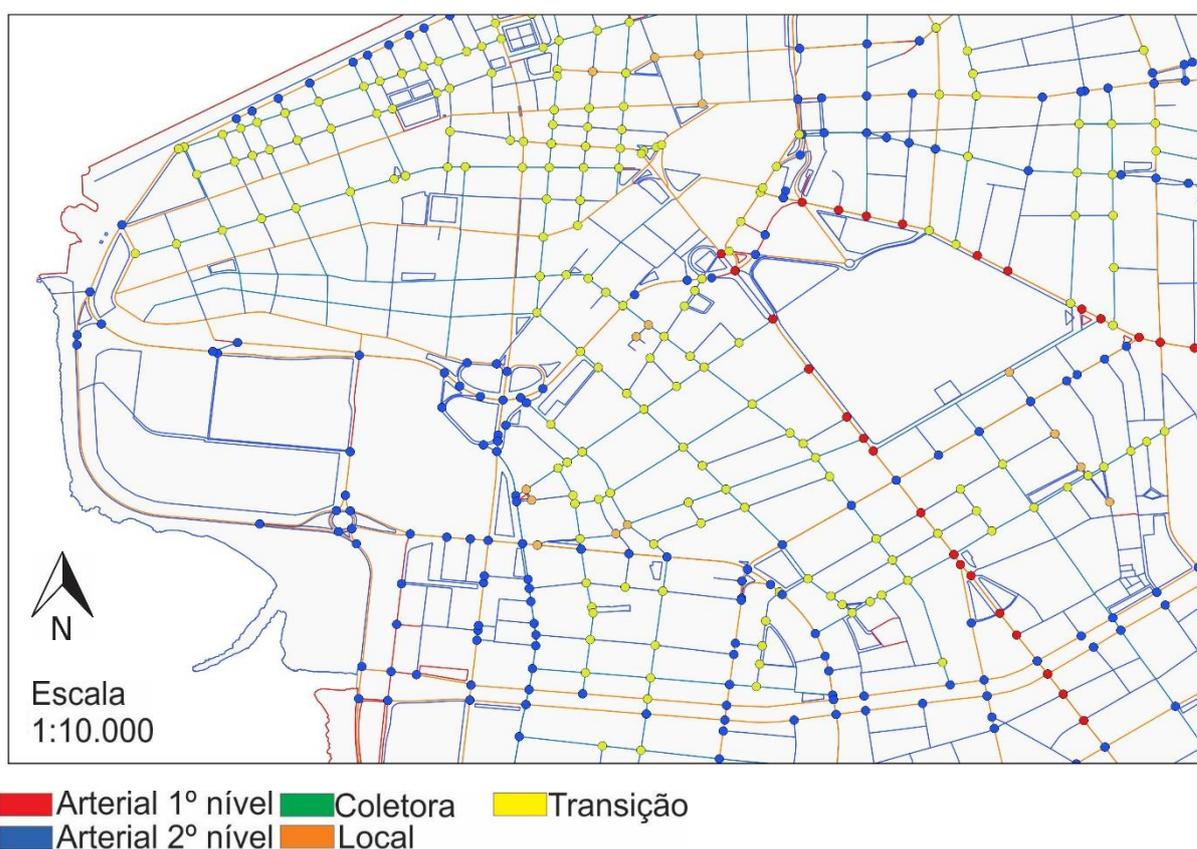


Fonte: QGIS

O gabarito de volumetria da área (Figura 59) revela edificações de distintos portes, não existe uma ordenação ou um padrão consolidado, mas prevalecem as edificações de médio porte, com alguns contrastes (existem edificações baixas, entre 1 e 2 pavimentos, e também pontos verticais como o prédio da Receita Federal e o prédio do Daer, que se distinguem dos demais) mas na média geral os prédios não ultrapassam os 15 m de altura.

Quanto aos usos, são predominantes os usos residencial e institucional, (Figura 60) identifica-se poucas áreas comerciais no entorno imediato. A região é carente de restaurantes, os existentes não são suficientes para o atender a população da PMPA.

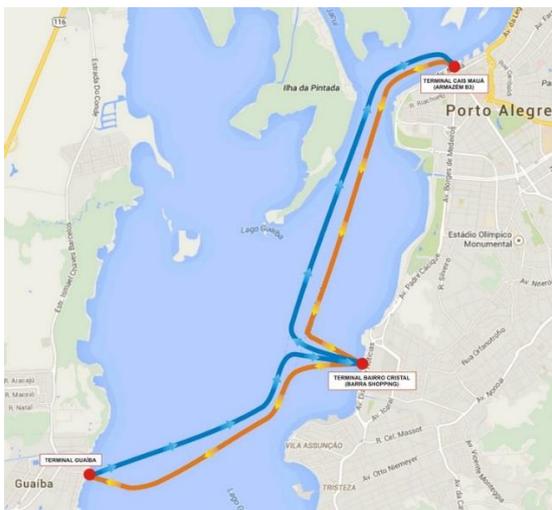
Figura 61 - Hierarquia Viária



Fonte :QGIS

O terreno possui uma gama diversa de vias, é circundado e cruzado por importantes avenidas da cidade, como a Av. Mauá, Av. Loureiro da Silva, Rua Augusto de Carvalho e a Av. Edvaldo Paiva, que ligam o bairro aos demais. As vias predominantes do entorno são vias arteriais de 2º nível, o que garante fluidez no trânsito mesmo com o deslocamento de um fluxo bem maior de pessoas. A proximidade ao centro histórico garante a região facilidade de acesso, vias em boas condições de trafegabilidade e

Figura 63 - Rota Catamarã



Fonte: CatSul

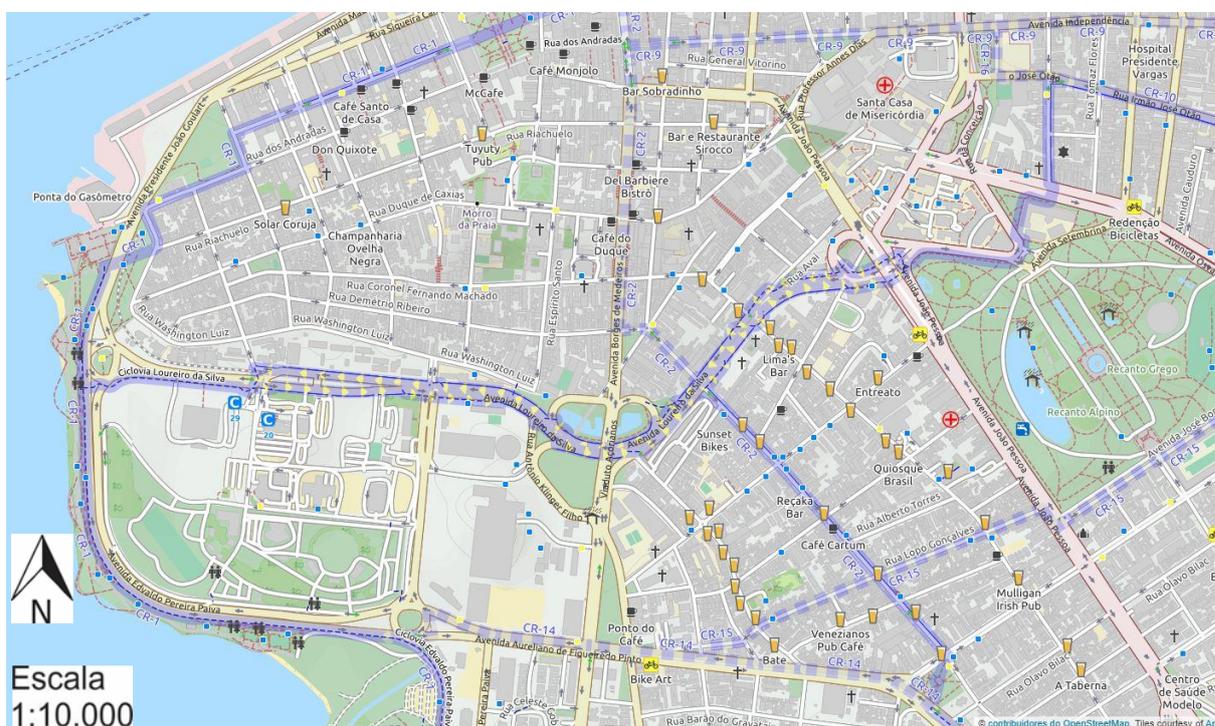
Figura 64 – Estações Trensurb



Fonte: Trensurb

Há presença de ciclovias (Figura 65) em grande parte da região, portanto deslocamento por esse modal também é garantido.

Figura 65 – Ciclovias



Fonte: Open Street Maps

7.7 Vegetação

No terreno existe uma intensa arborização, em forma de árvores isoladas ou de massas vegetais consolidadas. Grande parte dessa vegetação está sem tratamento paisagístico, sem uma organização ou poda.

A vegetação existente na área de vegetação mais densa é considerada um semi bosque, mas não há nenhuma árvore imune ao corte conforme consultado ao relatório fornecido pela SMAM (Árvores imunes ao corte em Porto Alegre - MP/RS).

Figura 66 - Vegetação no entorno



Fonte: QGIS

Segundo o Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre, Bosque é uma formação arbórea do tipo parque, caracterizada por um dossel contínuo com extratos inferiores descaracterizados ou ausentes. Esta classe é típica de áreas submetidas a pastejo ou utilizadas para lazer em parques e praças.

As espécies características da região foram identificadas pelo laudo vegetal solicitado pelos arquitetos que projetaram a sede da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) (não edificada) em parte do terreno adotado. Nesta época já era considerado o manejo desta vegetação.

A proposta é qualificar o Bosque existente transformando-o num parque urbano, com estrutura organizada para que possa ser usufruído pela população que costuma visitar o parque e a Orla.

A via projetada - mas não finalizada - tem como proposta um desvio pela parte inferior ao bosque, para poder comportar o estacionamento necessário para a edificação, sem prejuízo às árvores que formam um túnel verde que contorna a via, serão replantadas da mesma forma, na nova posição da via.

7.8 Condicionantes Físicos

O estudo adequado da insolação e da ventilação no terreno garante uma melhor adequação da edificação no terreno tendo em vista a utilização racional da iluminação natural e da ventilação da região.

Figura 67 - Insolação e Ventilação



Fonte: QGIS

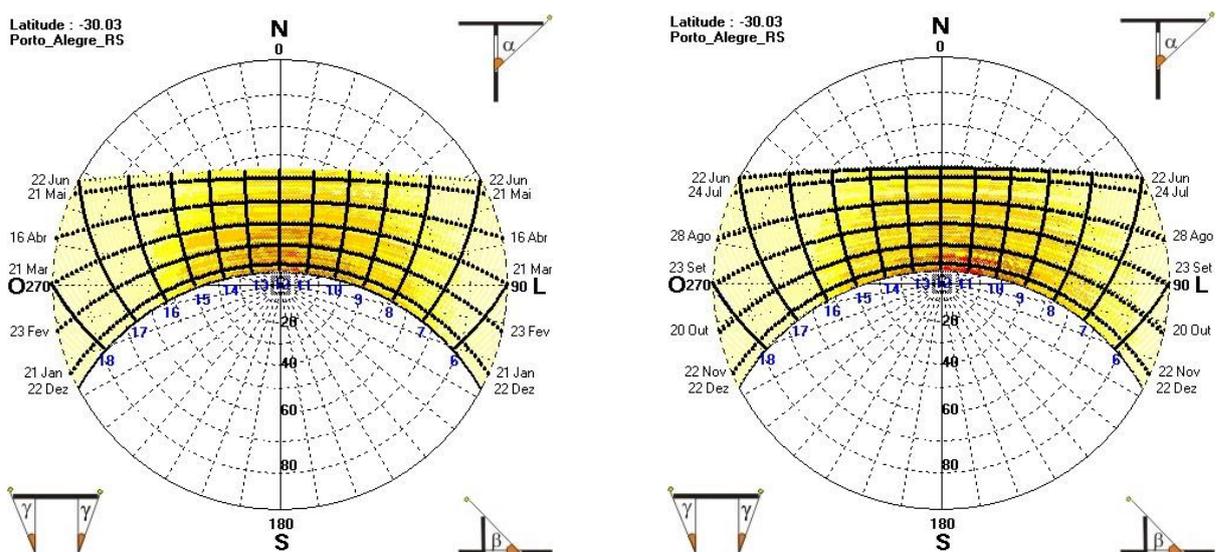
Porto Alegre é a capital mais meridional do Brasil e, portanto, a capital mais próxima da Antártica. Esta proximidade condiciona a cidade aos avanços constantes das massas de ar polares. Das Capitais Brasileiras, Porto Alegre é a capital que apresenta

a maior amplitude entre o verão e o inverno (cerca de 11°C de amplitude térmica anual). No verão, as horas de Sol são de grande abrangência e os dias chegam a durar 14 horas enquanto as noites duram apenas 10 horas (GEOSSISTEMA,2018).

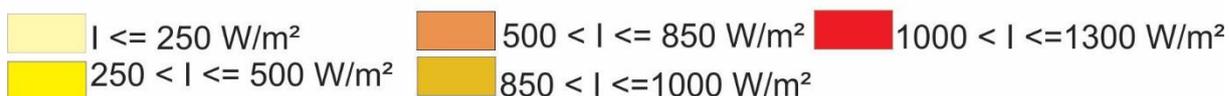
7.8.1 Temperaturas

As temperaturas variam bastante durante as quatro estações do ano em Porto Alegre. Em relação ao clima do Brasil, pode-se afirmar que há quatro estações bem definidas. O clima de Porto Alegre é classificado com subtropical úmido e possui temperatura média de 18,8°C. A média nos meses mais quentes é de 24,5 ° e nos meses mais frios de 13,2°C (GEOSSISTEMA, 2018).

Figura 68 – Carta Solar de Porto Alegre



Legenda:

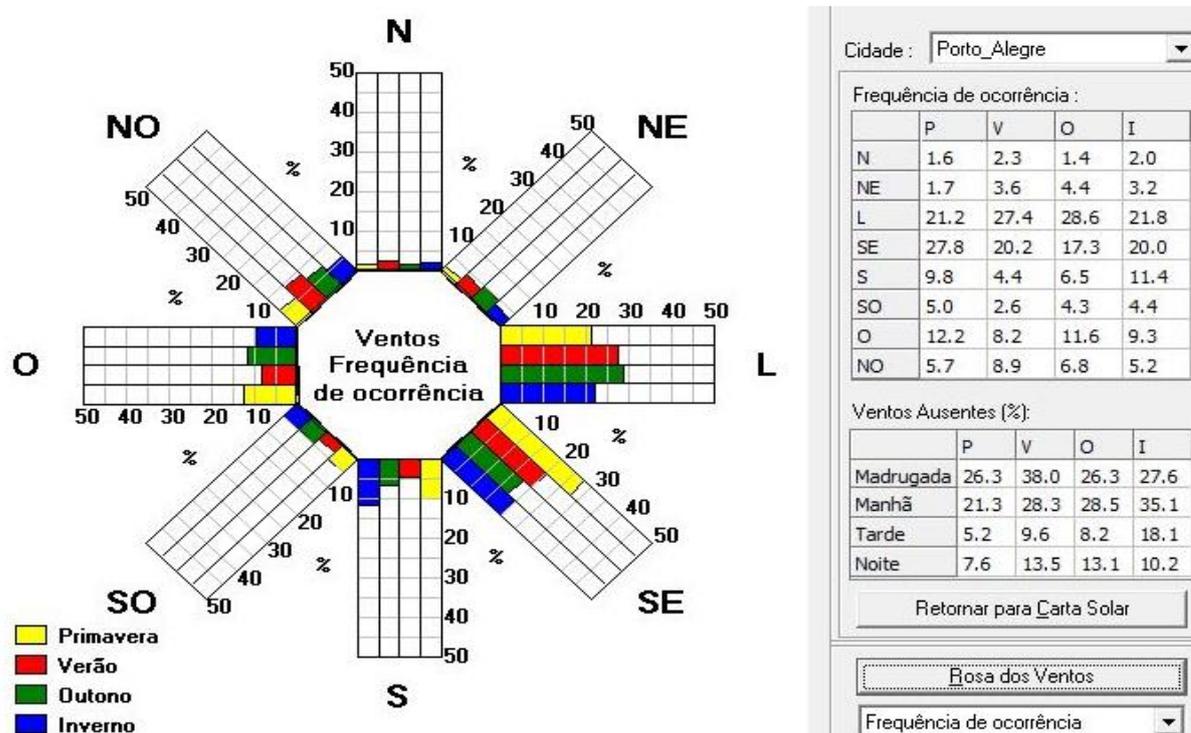


Fonte: (SOL- AR Analisis)

7.8.2 Ventilação

Em Porto Alegre, os ventos são constantes. Nos meses mais quentes, o vento sopra do quadrante Norte, ocasionando sensação de abafamento. Nos meses mais frios o vento conhecido como *Minuano*, que sopra do quadrante oeste e sudoeste fica bem mais intenso, agravando ainda mais a sensação térmica de frio.

Figura 70 – Rosa dos ventos



Fonte: (SOL-AR Analysis)

O terreno escolhido é situado às margens do Lago Guaíba. A localização é altamente beneficiada com a vista eterna para o rio e usufrui assim de toda ventilação que emana principalmente do lago.

É sempre necessário identificar o vento que predomina a região, se faz muito importante conhecer a frequência, a direção e a velocidade dos ventos dominantes, pois a ventilação natural pode causar desconforto e resfriamento indesejado, caso não analisada adequadamente (NUNES, 2014).

7.8.3 Percurso Solar

Uma análise adequada do percurso solar do terreno contribui para o melhor uso da insolação natural, tornando a edificação mais eficiente. Para uma melhor compreensão deste percurso, foi realizado uma simulação em 3D, nas datas dos Equinócios e Solstícios.

Figura 71 - Equinócio de Outono 21/03 10h



Fonte: Sketchup

Figura 72 - Equinócio de Primavera 21/09 10h



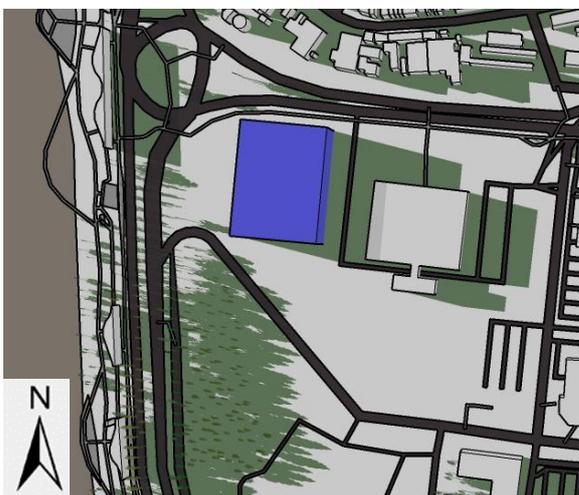
Fonte: Sketchup

Figura 73 - Solstício de inverno 21/06 10h



Fonte: Sketchup

Figura 74 - Solstício de verão 21/12 10h.



Fonte: Sketchup

Conforme se observa na simulação, a face norte recebe maior incidência solar durante todas as estações e no verão, recebe sombra em abundância. Já a face voltada para o Sul recebe menos sol durante todas as estações do ano. A face leste recebe sol pela manhã enquanto a face oeste recebe sol por toda a tarde.

8 CONDICIONANTES LEGAIS

O terreno do Centro Administrativo é considerado Área Especial de Interesse Institucional (AEIS) que, conforme o Artigo 74 do Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental (PDDUA), são aquelas áreas onde estão disponíveis os equipamentos de atendimento à população, urbanos ou ambientais como aeroportos, centro administrativo, universidades, entre outros.

Para essas áreas não são aplicáveis as regras de enquadramento urbanísticos vigentes, pois atendem interesses da População.

Portanto, para intervenções nestas áreas são criadas Leis Municipais que definem limites e regimes urbanísticos próprios, adequados a edificação proposta, mas compreendendo e respeitando o inventário físico, ambiental, os equipamentos urbanos existentes bem como o traçado viário do entorno.

Face a legislação atual a qual possui índices que viabilizaram a construção do anexo administrativo da Câmara de Vereadores, e levando em consideração a proximidade física das edificações projetadas, uma vez que ambas são projetos institucionais, serão utilizados neste Trabalho de Conclusão de Curso os mesmos índices vigentes da Lei Complementar criada para a Câmara.

8.1 Definições

A proposta visa utilizar o terreno definido como Subunidade 2, situado na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, com regime urbanístico definido pelo PDDUA.

Tabela 2 - Regime urbanístico aplicado a área

Declaração Municipal Informativa de Ocupação e uso do solo			
MZ	UEU	QTR	BAIRRO
1	46	1	Praia de Belas

Regime Urbanístico			
Subunidade 2			
DENSIDADE	ATIVIDADE	APROVEITAMENTO	VOLUMETRIA
25	15,9	25	25

Fonte: DMI

A Macrozona 01 está localizada na Cidade Radiocêntrica. Engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção do Patrimônio Histórico.

Quanto a atividade, o terreno é considerado Área de interesse cultural – Parque urbano, situado dentro do Parque Harmonia.

A volumetria da edificação e o índice de aproveitamento (IA) são definidos por Legislação própria, específica para este fim, mas para o IA existe a predefinição de que não ultrapasse os 2,5. A Altitude máxima permitida para o imóvel nesta região é de 154m (Face Portaria 260/ICA-DECEA).

O terreno utilizado para este Trabalho de Conclusão de Curso possui uma área total de 42.190 m². O Índice de Aproveitamento (IA) utilizado será de 2.4, portanto a capacidade construtiva da área é de 101.256 m².

A Altura da edificação é a medida da laje do último pavimento até o nível até o nível da soleira de entrada.

Tabela 3- Resumo dos Parâmetros legais

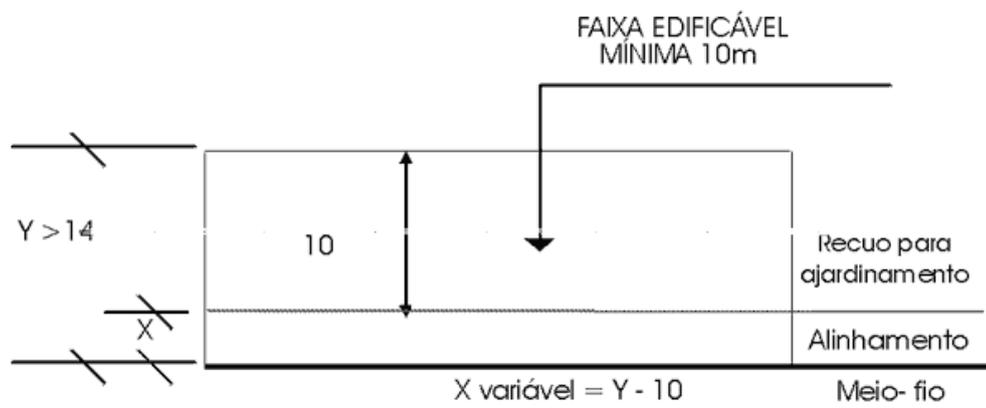
CONDICIONANTES LEGAIS DO TERRENO				
TERRENO	IA	TO	ALP	VOLUMETRIA
ÁREA TOTAL: 41.990 m²	2,4	80%	20%	Altura máxima : 28,25 m
Área Máxima:	CP:100.776 m ²	32.952 m ²	8.238 m ²	Altura da base: 09 m
	IA=30%:131.008 m ² (Cfe. Art.107 §3)	Base: 75 % Corpo: 90%		Altura da Divisa: 18 m
Atividade	Descrição	Recuo Jardim	Alinhamento	
15.9	Área de interesse cultural Parque urbano	4m	Av.Loureiro da Silva	22 m
			Rua Otavio Caruso Rocha	18 m

Fonte: PPDUA

8.2 Recuos

Conforme definido no art.116 do PDDUA, os recuos para Ajardinamento são exigidos para dar um ordenamento, valorizando a paisagem da cidade. Também podem ser utilizados nas zonas residenciais formando jardins e nas comerciais são muito utilizados para a ampliação de calçadas ou mesmo atividades diversas.

Figura 75 - Recuos

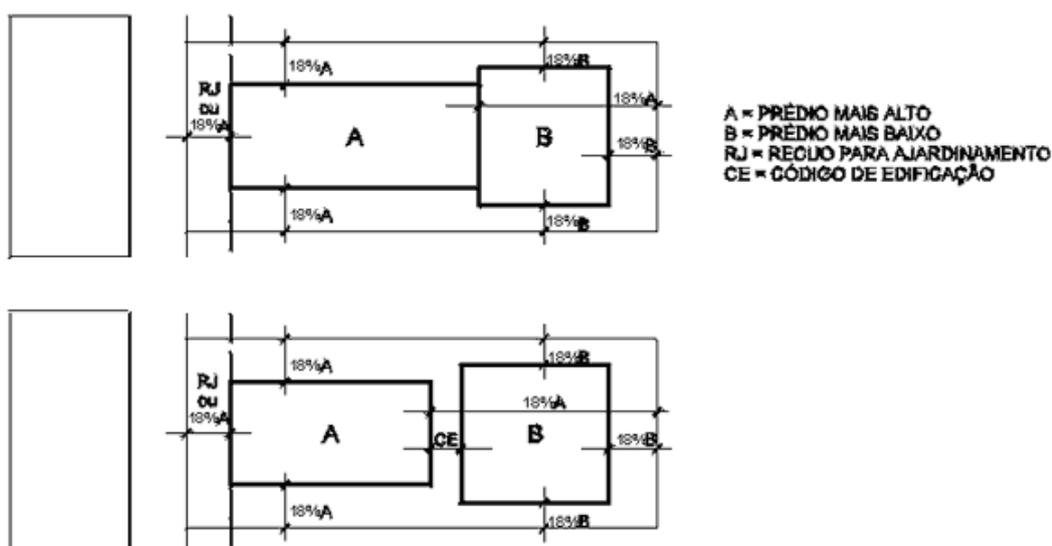


Fonte :PDDUA

Quanto aos recuos de altura, os prédios que ultrapassarem os limites máximos previstos para construção na divisa, necessitarão de áreas livres de construção não podendo ser inferiores a 18% (dezoito por cento) da altura da edificação, garantido um mínimo de 03m (três metros), aplicados a partir da base da edificação;

Quando a edificação for constituída de dois ou mais volumes diferentes, os afastamentos serão adequados em função da altura de cada volume, em relação ao trecho da divisa correspondente.

Figura 76 - Afastamentos



Fonte:LC PDDUA

8.3 Código de Obras de Porto Alegre - Lei Complementar (LC 284/92)

O Código de obras de Porto Alegre é o conjunto de normativas que regula as edificações, estabelecendo condições mínimas de segurança e de salubridade as obras do Município (LC 284/92).

O Objetivo do Código de obras é disciplinar as regras que devem ser observadas e obedecidas no projeto, execução, uso e manutenção das edificações. Aplica-se as edificações existentes e nos projetos de construção e reformas. A Prefeitura através deste código, fiscaliza e controla as edificações e o entorno, garantindo salubridade e segurança (LC 284/92).

8.3.1 Portas

Conforme o Artigo 70 Capítulo IX , as portas deverão ter a altura mínima de 2.00 m e largura de 1.10 m. para as portas de enfermarias e lojas; altura de 2.00 e largura de 0,90m para as portas de entrada principal de edifícios em geral; altura de 2.00 e largura de 0,80m para as portas principais de acesso às cozinhas, lavanderias e sanitários de uso público. Nenhuma porta poderá ter largura inferior a 0,60 m.

O Artigo 71 define que nos locais de reunião de público, as portas deverão a mesma largura dos corredores, com abertura no sentido do fluxo de saída e estar afastadas 2,00m de qualquer obstáculo.

Em salas com capacidade acima de duzentas pessoas e nas rotas de saída de locais de reunião com esta mesma capacidade, as portas de comunicação com os acessos, escadas e descarga devem possuir a ferragem do tipo ante pânico, conforme estabelecido nas normas brasileiras (Art. 141 LC 420/98) .

8.3.2 Rampas

As rampas que estiverem relacionadas às saídas de emergências deverão atender o disposto na LC 420/98 (Artigos 107 a 111)

Conforme o Artigo 82, serão obrigatórias a utilização de rampas como acesso ao saguão dos elevadores em todas edificações que necessitarem de uso obrigatório de elevadores. Nas edificações que não houver essa obrigatoriedade, as rampas deverão

ser utilizadas como acesso ao térreo, com exceção de pilotis ou estacionamento e para as atividades classificadas em a, c-1, d-1, d-3, e-3 e g da tabela do anexo 1.1; e também nas repartições públicas quando não houver previsão de elevador;

Não é permitida a colocação de soleira na finalização das rampas (Ata 13/93 CCCE).

O artigo 91 trata das rampas destinadas a veículos, determina que estas rampas devem ter declividade máxima de 20%, exceto as que possuem declive nos quatro primeiros metros, a contar do alinhamento. Essas rampas deverão ter 10% de declividade e revestimento antiderrapante, situadas no interior do lote.

8.3.3 Largura dos acessos

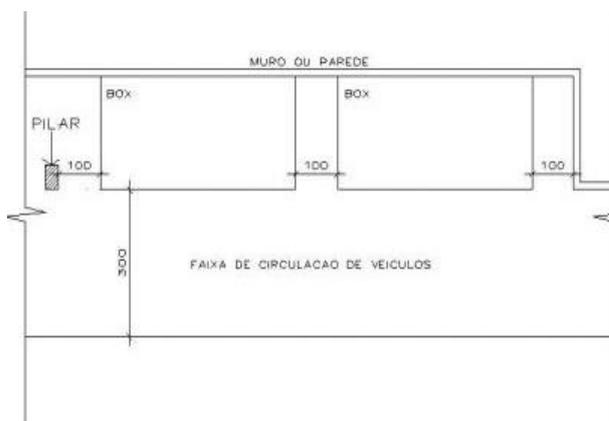
Acesso é definido como o percurso entre o alinhamento e a entrada da garagem. (Ata 326/2001 da CCCE). Sempre que esses acessos às Garagens e Estacionamentos se der em nível, deve possuir as seguintes larguras mínimas informadas na Ata 295/2000 e Artigo 28 da Resolução 02/2000 do PDDUA.

Quando o acesso for reto deverá ter a largura mínima de 2,75m para estacionamentos com até 50 vagas; para estacionamento com mais de 50 vagas a largura deverá ser de 5,50m, com exceção de edifícios residenciais e de escritórios.

Se o acesso foi curvo, em estacionamentos até 50 vagas o raio interno deverá ser de 3,10 m e o externo de 6,10m (conforme Anexo 2 da Ata 295/2000) e, em estacionamentos para mais de 50 vagas, com exceção de edifícios residenciais e de escritórios, o Raio interno deverá ter 3,10m e o Raio externo 9,10m.

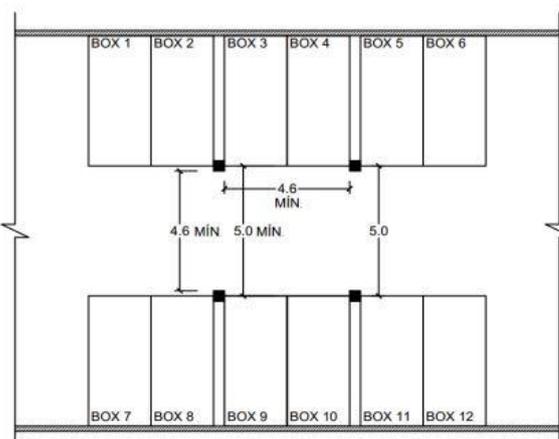
Quanto à largura dos corredores de circulação e manobra, deverão ser livres de pilares e ter largura mínima de 3,00 m. quando a vaga formar ângulo de 30°. Quando o for de 45°, a largura mínima deverá ser de 3,50 m. Nas vagas que formam ângulo de 60° a largura mínima dos corredores deverá ser de 4,00m. Quando o local de guarda do veículo formar ângulo de 90°, a largura do corredor deverá ser de 5,00m. Quando as vagas estiverem em posição paralela as mesmas conforme Figura .77, o corredor de circulação deverá ter a largura mínima de 3,00m.(Ata 152/1997 da CCCE).

Figura 77- Largura mínima corredores



Fonte: ATA 152/1997

Figura 78 - Largura corredores



Fonte: ATA 152/1997

Nas circulações de veículos que não possuem vagas de estacionamento em seu percurso, a largura mínima exigida é de 2,75m. Se houver pilares sobre a largura mínima de 5,00m da faixa de circulação e manobra, (Fig.78) esta largura poderá ser reduzida para até 4,60m desde que os pilares estejam situados no mínimo a cada 4,60m, correspondente a 02 boxes.

Na proposta de projeto, existe a fundamental necessidade de estacionamento, tendo em vista o fluxo de servidores e usuários e ausência de estacionamentos no entorno.

Figura 79 - Estacionamentos



Estacionamentos

Fonte: Google Maps

Para o projeto será adotada o cálculo de 01 Vaga pra cada 75m², padrão adotado em Prefeituras pesquisadas, conforme previsto no anexo 10 do PPDUA.

Tabela 4- Padrões para guarda de veículos

PDDUA		PADRÕES PARA GUARDA DE VEÍCULOS		ANEXO 10.1 folha 1
ATIVIDADES	NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS	CARGA E DESCARGA	CONDICIONANTES	
Residencial em terrenos com testada igual ou superior a 12,00m	1 vaga/75 m ² de área computável até o máximo de 3 vagas p/economia			
Serviços				(2)
a) em terrenos com testada entre 12,00 e 30,00m	1 vaga/75 m ² de área computável.			
b) terrenos com testada superior a 30,00m	1 vaga/50m ² de área computável			
Comercio, Indústria, Pavilhões e Depósito	1 vaga/200 m ² de área computável no mínimo 2 vagas	Art. 133		(5)
Comércio Varejista	1 vaga/200 m ² de área computável no mínimo 2 vagas			(1)
Galeria Comercial, Feiras e exposições	1 vaga/50 m ² de área computável	Art. 133		(1)
Centro Comercial ou Shopping Center	1 vaga/25m ² de ABL + circulação de público	Art. 133		(1)
Supermercados	1 vaga/25m ² de área computável	Art. 133		(1)
Hotel	1 vaga/5 unidades de alojamento			
Apart-Hotel	1 vaga/3 unidades de alojamento			
Motel	1 vaga/ unidade de alojamento			
Creches, Pré-escola e Maternais	---			(3)
Escola de 1º e 2º grau, Ensino Técnico e Profissionalizante	1 vaga/75 m ² de área computável ---			(3)
Escola de 3º grau, cursos preparatórios para 3º grau e Supletivos	2.000,00m ² < AC < 4.000 m ² = 1 vaga/20 m ² de área computável AC > 4.000,00 m ² = 1vaga/25 m ² de área computável			(1)
Hospitais, Pronto Socorro	1 vaga/50 m ² de área computável			(1)
Auditório, Cinemas, Teatros	1 vaga/4 lugares			
Centro de eventos	1 vaga/4 lugares			(1)
Estádios, Ginásio de esportes	1 vaga/10 lugares			(1)
Garagem comercial	---			(1) (4)
Posto de Abastecimento	---			(4)
Clubes, cemitérios, parques, circos, igrejas e templos - nº de vagas a ser definido pelo SMGP, considerando as características especiais do sítio				

Fonte: PDDUA

Portanto, como a edificação atenderá uma população em torno de 9000 pessoas, em um espaço aproximado de 72.000m², descontando a área não adensável, será necessário a guarda de 1.440 veículos para atender a demanda do Centro Administrativo.

8.3.4 Instalações de Elevadores

Conforme o Artigo 208, é obrigatória a instalação de no mínimo um elevador nas edificações com mais de dois pavimentos, que apresentarem distância vertical entre os pisos dos pavimentos de menor e maior cota superior a 11,50 m, caso essa distância seja superior a 19 m, será necessário no mínimo 2 elevadores, mas em qualquer caso o número de elevadores a ser instalado dependerá do cálculo de tráfego.

Tabela 5 - Cálculo tráfego dos elevadores (Conforme NBR 5665:1993)

Dados do empreendimento			
Local : Rua Loureiro da Silva 255			
Proprietário : Centro Administrativo Municipal			
Autor do projeto : Fabiana Nunes da Silva			
Destinação de uso : Serviços Públicos			
População		Observações	
Composição	72000 m ²	Ver descontos possíveis de área, de acordo com item 5.1 da NBR5665	
Relação	0,12 pessoas/m ²	Ver item 5.1 da NBR5665	
População total	7725 passageiros	Calcular de acordo com item 5.2 da NBR5665	
Porcentagem mínima a ser transportada em 5min	12%	927 passageiros	
Intervalo de tráfego máximo admissível		6 s	
Elevadores			
1. Unidades do grupo	18 elevador(es)		
2. Capacidade (passageiros)	20 passageiros		
3. Paradas	6 paradas		
4. Paradas prováveis	6 paradas		
5. Percurso (m)	26 m		
6. Velocidade (m/s)	2,50 m/s		
7. Tipo de portas	AC Abertura central		
8. Abertura livre (m)	1,10 m	Valor padrão: 0,80m	
Tempos adotados			
9. Aceleração e retardamento	5,50 s		
10. Abertura e fechamento de portas	3,90 s		
11. Entrada e saída de passageiros	2,00 s		
Tempos totais calculados			
12. Percurso total (T1)	20,80 s		
13. Aceleração e retardamento (T2)	16,50 s		
14. Abertura e fechamento de portas (T3)	23,40 s		
15. Entrada e saída de passageiros (T4)	40,00 s		
Soma parcial (T2+T3+T4)	100,70 s		
Adicional 10% (T3+T4)	6,34 s		
16. Tempo total de viagem (T)	107,04 s		
17. Intervalo de tráfego	5,95 s	ATENDE AO INTERVALO DE TRÁFEGO	
18. Ct - Capacidade de transporte (passageiros)	56,05 passageiros		
19. CT - Capacidade de tráfego (passageiros)	1008,97 passageiros	ATENDE À CAPACIDADE DE TRÁFEGO	

Fonte: Neomot Technologies

Serão necessários 20 elevadores com capacidade para 20 pessoas para atender a população da Edificação.

Serão instalados também 02 elevadores monta cargas para atender o arquivo e os restaurantes do último pavimento.

8.3.5 Hall dos elevadores

Os elevadores devem estar posicionados de forma que a distância entre eles seja mínima. Distâncias entre os carros de um grupo resulta em um maior tempo na parada do elevador, pois os passageiros demoram mais ao em alcançá-lo, reduzindo a eficiência da instalação (SCHINDLER, 2018).

8.3.6 Disposição dos elevadores

Grupo de quatro carros: A disposição de grupos de dois carros frente a frente é melhor do que quatro carros em linha. As larguras recomendadas para o Hall são para essa configuração é de 2 frente a 2 - largura do hall: 2,80m, mas as medidas mínimas de largura do hall sofrem variações conforme o código de obras de cada cidade (SCHINDLER, 2018).

8.3.7 Escadas

Nas edificações com pavimentos sem saída em nível para o exterior devem ser empregadas escadas, enclausuradas ou não, as quais devem ser concebidas em material incombustível, se não enclausuradas, além desse material os elementos estruturais devem oferecer resistência mínima ao fogo de 2h, além de ter pisos e patamares revestidos com materiais resistentes ao fogo e devem possuir guardas nos lados abertos e corrimãos e atender todos os pavimentos que ficam acima e abaixo da descarga, terminando neste nível e ter o piso antiderrapante.

A largura das saídas, isto é, dos acessos, escadas, descargas, e outros, é dada pela seguinte fórmula: $N = \frac{C}{P}$

P

Onde:

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro

P = população, conforme coeficiente da Tabela 5 do Anexo e critérios das seções 4.3 e 4.4.1.1

C = capacidade da unidade de passagem, conforme Tabela 5 do Anexo da NBR 9077/1993.

8.3.8 Larguras mínimas a serem adotadas

As larguras mínimas das saídas, em qualquer caso, devem ser 1,10m. o que corresponde a 02 unidades de passagem e 55 cm para as ocupações em geral, em exceção das edificações onde sejam necessárias a passagem de macas, camas e outros além das ocupações do grupo H, divisão H-3 (NBR 9077:1993).

8.3.9 Acessos

Os acessos devem permitir a saída fácil e rápida de todos ocupantes da edificação. Estes acessos devem permanecer desobstruídos de quaisquer obstáculos, em todos os pavimentos.

O pé direito mínimo exigido é de 2,50 m, exceto se existirem vigas ou vergas, mantendo a altura livre em 2m. Devem ser sinalizados e iluminados com indicação do sentido da saída (NBR 9077:1993).

8.4 Classificação das edificações quanto à ocupação

A edificação do Centro Administrativo além das secretarias e espaços destinados aos servidores, contará com estacionamento no subsolo, pois como visto anteriormente os estacionamentos no entorno são escassos, assim como os restaurantes, por isso é proposta também uma praça de alimentação. A implantação do arquivo público Municipal Moyses Vellinho e a Biblioteca Pública Municipal tem em suas ocupações o maior risco em virtude do material lá arquivado. Para tanto, foram levantadas todas exigências feitas pelo Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul (CBM/RS) e normatizados na NBR 9077:1993, conforme o quadro abaixo.

Tabela 6 - Classificação das áreas de risco

Classificação das áreas de risco quanto à ocupação					
Setor no projeto	Grupo	Ocupação/uso	Divisão	Descrição	Exemplos
Instalações da Prefeitura	D	Serviços profissionais, pessoais e técnicos	D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, instituições financeiras (que não estejam incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, centros profissionais e assemelhados
Auditórios	F	Locais de reunião de público	F5	Arte cênica e auditório	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados
Arquivo Público	F	Locais de reunião de público	F1	Local onde há objeto de valor inestimável	Museus, centro de documentos históricos, galerias de arte, bibliotecas e assemelhados
Biblioteca	F	Locais de reunião de público	F1	Local onde há objeto de valor inestimável	Museus, centro de documentos históricos, galerias de arte, bibliotecas e assemelhados
Praça de alimentação	F	Locais de reunião de público	F8	Local para refeição	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e assemelhados
Estacionamento	G	Serviços automotivos e assemelhados	G2	Garagem e estacionamento sem acesso de público e sem abastecimento	Garagens e estacionamentos coletivos sem automação e sem abastecimento (exceto veículos de carga e coletivos)

8.5 Cálculo da população e dimensionamento das saídas

As saídas de emergência são dimensionadas em função da população da Edificação. A população de cada pavimento da edificação é calculada pelos coeficientes apresentados na tabela 5 da NBR 9077:1993, que leva em consideração a ocupação. Conforme a ocupação de maior risco o dimensionamento das saídas é calculado, neste caso o maior risco está localizado no arquivo público (F1).

Tabela 7

Tabela 5 - Dados para o dimensionamento das saídas

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
F	F-1	Uma pessoa por 3,00 m ² de área	100	75	100
	F-2, F-5, F-8	Uma pessoa por m ² de área ^(E) ^(G)			
	F-3, F-6, F-7	Duas pessoas por m ² de área ^(G) (1:0,5 m ²)			
	F-4	† ^(I)			

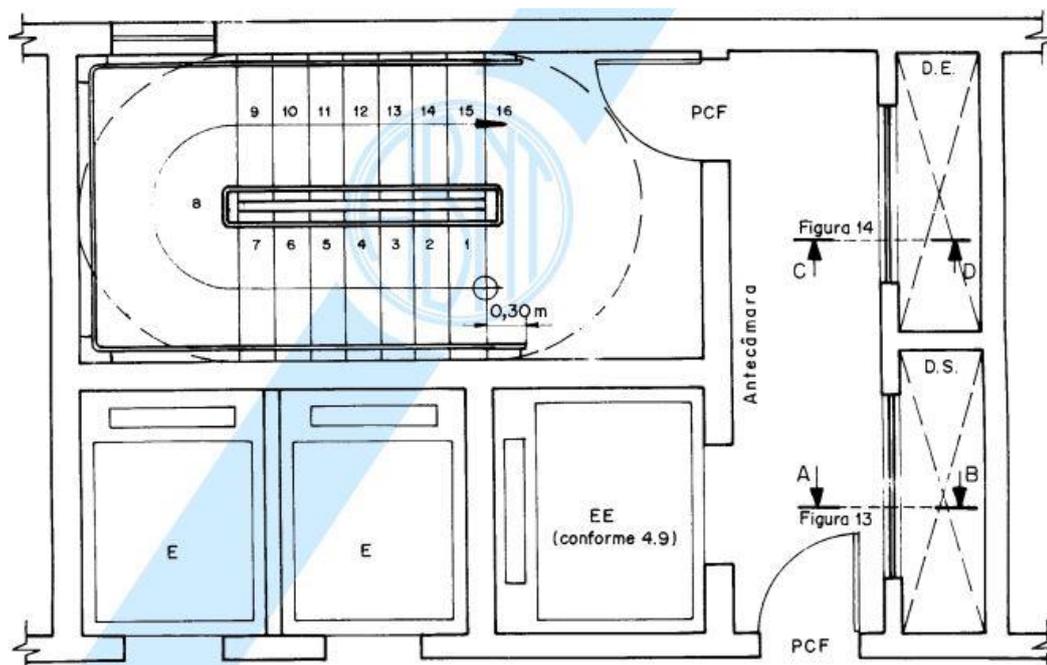
Dimensionamento das saídas

Fonte: NBR 9077:1993

8.6 Escadas enclausuradas à prova de fumaça (PF)

De acordo com a classificação acima, as escadas de emergência que deverão ser utilizadas na edificação deverão ser à Prova de Fumaça (PF) As escadas enclausuradas à prova de fumaça devem ter suas caixas enclausuradas por paredes resistentes ao fogo por 4h.e ter acesso por antecâmaras ventiladas,(Fig.80) terraços ou balcões e ser providas de portas corta fogo resistente a 30 min de fogo na comunicação com a antecâmara. ou local aberto, de modo a evitar fogo e fumaça em caso de incêndio.

Figura 80 - Escada Enclausurada



- E - elevadores comuns
- EE - elevador de emergência
- DE - duto de entrada de ar
- DS - Duto de saída de ar
- PCF - Porta corta-fogo

Fonte: NBR 9077:1993

9. ACESSIBILIDADE – NBR 9050:2004

É de extrema importância assegurar a acessibilidade ao centro Administrativo à toda população para tal, os dados informados na NBR 9050:2004 foram rigorosamente analisados para garantir este direito.

A NBR 9050:2004 tem como objetivo determinar critérios e parâmetros técnicos a serem observados no momento do projeto, da construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, levando em consideração as diversas circunstâncias de mobilidade e de percepção do ambiente, buscando atender a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitações, tanto de mobilidade ou percepção, a aplicação dessas normas de maneira autônoma e segura do ambiente.

9.1 Locais para fixação de sinalização

A sinalização deve ser afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis:

- a) entradas;
- b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
- c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
- d) sanitários;
- e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
- f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas;
- g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Os acessos que não apresentam condições de acessibilidade devem possuir informação visual indicando a localização do acesso mais próximo que atenda às condições estabelecidas nesta Norma (NBR 9050:2004).

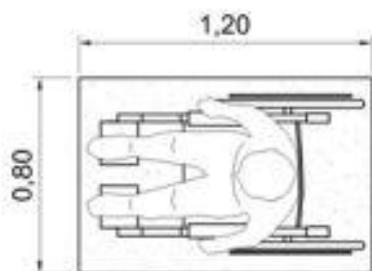
9.2 Parâmetros antropométricos

Para a definição das dimensões representativas, foram levadas em consideração as medidas entre 5% a 95% da população brasileira, quer dizer, os extremos equivalentes a mulheres de baixa estatura e homens de estatura elevada.

Módulo de referência

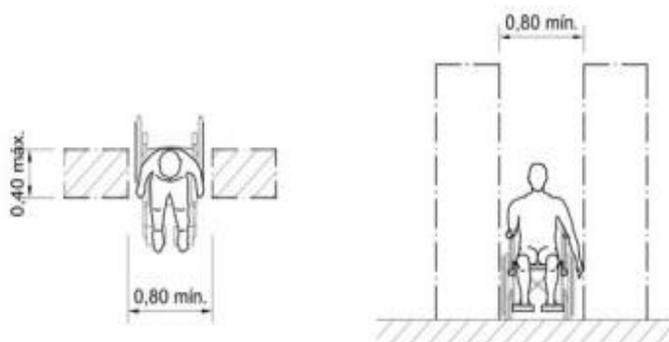
Considera-se o módulo de referência a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas.

Figura 81 - Vista superior
Dimensões do Módulo de referência



Fonte NBR 9050: 2004

Figura 82 - Vista frontal
Transposição de obstáculos isolados



Fonte: NBR 9050:2004

9.2.1 Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento

As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, são:

- para rotação de $90^\circ = 1,20 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$;
- para rotação de $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$;
- para rotação de $360^\circ = \text{diâmetro de } 1,50 \text{ m}$.

9.2.2 Área de aproximação

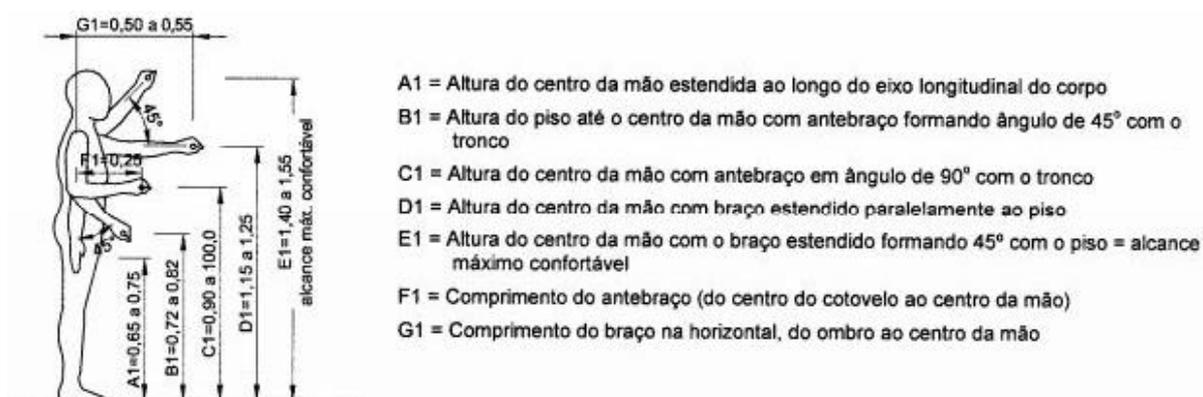
Deve ser garantido o posicionamento frontal ou lateral da área definida pelo M.R. em relação ao objeto, avançando sob este entre $0,25 \text{ m}$ e $0,55 \text{ m}$, em função da atividade a ser desenvolvida

9.2.3 Alcance manual

Dimensões referenciais para alcance manual

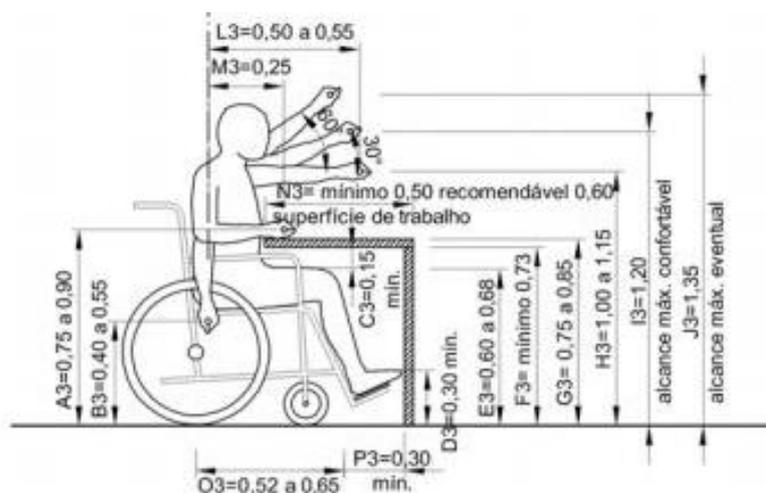
As figuras 83 e 84 exemplificam as dimensões máximas, mínimas e confortáveis para alcance manual frontal.

Figura 83 - Alcance manual pessoa em pé



Fonte: NBR 9050:2004

Figura 84 - Alcance manual frontal

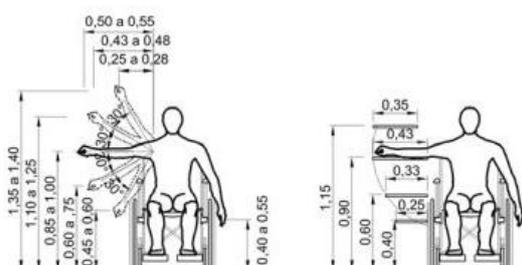


Fonte: NBR 9050:2004

9.2.4 Aplicação das dimensões referenciais para alcance lateral de pessoa em cadeira de rodas

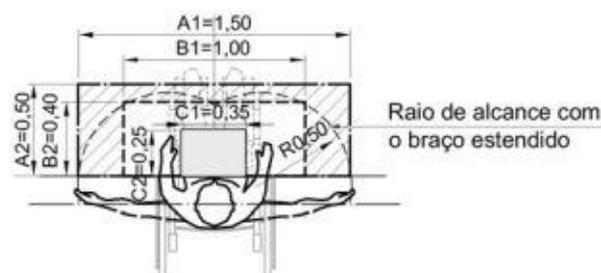
A figura 86 apresenta as aplicações das relações entre altura e profundidade para alcance manual lateral para pessoas em cadeiras de rodas. -

Figura 85 - Alcance lateral



Fonte: NBR 9050:2004

Figura 86 - Superfície de trabalho



Fonte: NBR 9050:2004

9.2.5 Superfície de trabalho

As superfícies de trabalho necessitam de altura livre de no mínimo 0,73 m entre o piso e a sua parte inferior, e altura de 0,75 m a 0,85 m entre o piso e a sua superfície das mesas. A figura 86 apresenta as áreas de alcance em superfícies de trabalho, conforme abaixo:

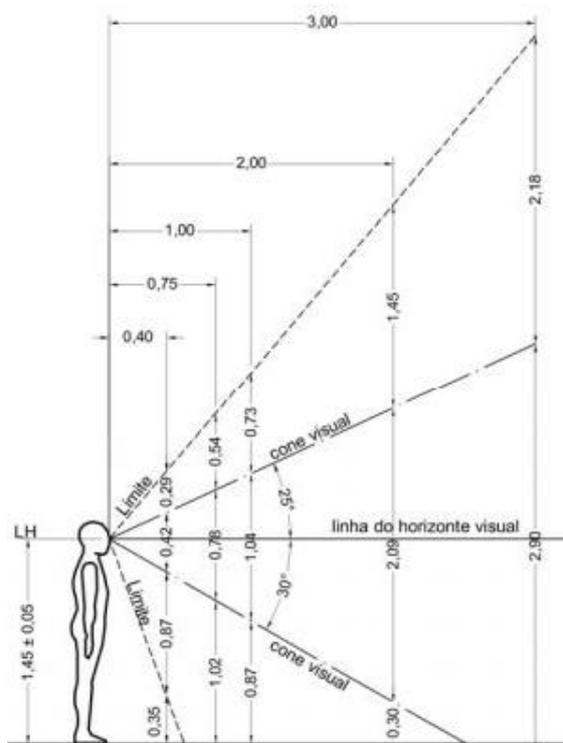
- a) $A1 \times A2 = 1,50 \text{ m} \times 0,50 \text{ m}$ = alcance máximo para atividades eventuais;
- b) $B1 \times B2 = 1,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}$ = alcance para atividades sem necessidade de precisão;
- c) $C1 \times C2 = 0,35 \text{ m} \times 0,25 \text{ m}$ = alcance para atividades por tempo prolongado

9.3 Parâmetros visuais

Ângulos de alcance visual

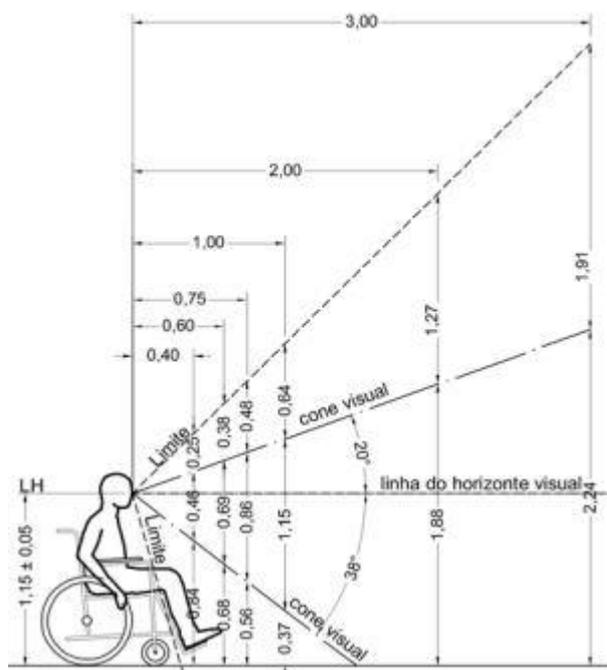
As figuras 88 e 89 apresentam os ângulos visuais nos planos vertical e na cadeira de rodas.

Figura 87 - Cone visual pessoa em pé



Fonte: NBR 9050:2004

Figura 88 - Cone visual pessoa cadeira de rodas



Fonte: NBR 9050:2004

9.4 Alcance auditivo

Os alarmes sonoros devem emitir sons com intensidade de no mínimo 15 dB acima do ruído de fundo.

9.5 Comunicação e sinalização

As formas de comunicação e sinalização adotadas são estabelecidas como:

a) Visual

Realizada através de textos ou figuras., as informações visuais devem seguir as orientações de textura, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para que sejam compreensíveis por pessoas com baixa visão. As informações visuais podem estar associadas aos caracteres em relevo (Braille).

b) Tátil

É realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo.

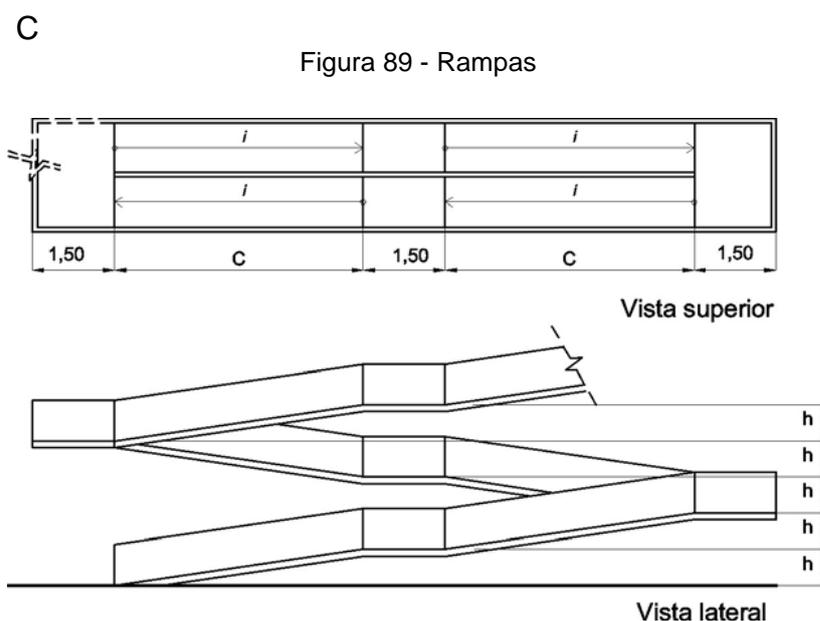
c) Sonora A sinalização sonora deve ser associada à sinalização visual para os casos indicados na tabela. Toda mensagem sonora deve ser precedida de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção do ouvinte.

9.6 Acessos e circulações acessíveis

Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício.

9.6.1 Rampas

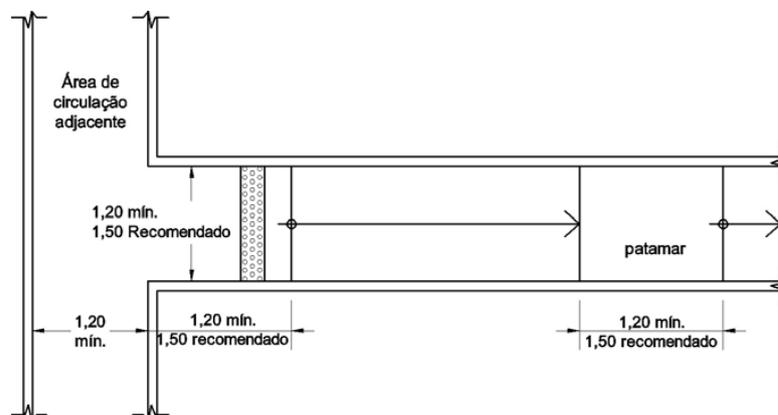
A inclinação das rampas, conforme figura 89, deve ser calculada segundo a seguinte equação: $i = \frac{h}{c} \times 100$



Fonte: NBR 9050:2004

As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso, conforme a Figura 90.

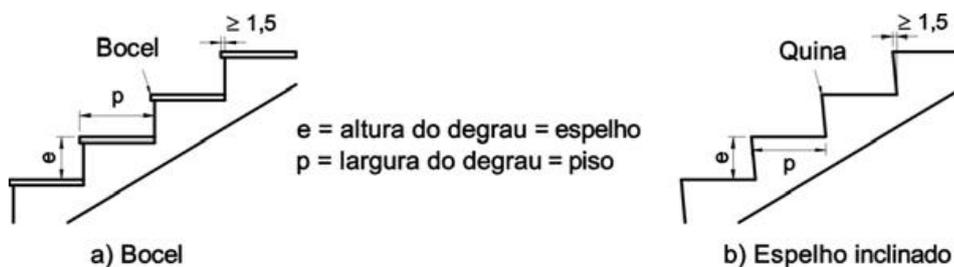
Figura 90 - Patamares de rampas



Fonte: NBR 9050:2004

Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar juntos à rampa ou aos elevadores.

Figura 91 - Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis



Fonte: NBR 9050:2004

9.6.2 Escadas

Dimensionamento de degraus isolados

A dimensão do espelho de degraus isolados deve ser inferior a 0,18 m e superior a 0,16 m. Devem ser evitados espelhos com dimensão entre 1,5 cm e 15 cm. Para degraus isolados recomenda-se que possuam espelho com altura entre 0,15 m e 0,18 m.

Escadas fixas

Escadas fixas com lances curvos ou mistos devem atender ao disposto na NBR 9077:1993. A inclinação transversal não deve exceder 1%.

Patamares das escadas

As escadas fixas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção

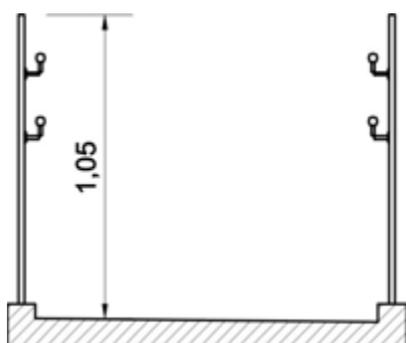
Corrimãos e guarda-corpos

Os corrimãos deverão ser colocados em todos lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Os corrimãos deverão ter a largura entre 3,0 cm e 4,5 cm, sem arestas vivas. Deverá ser deixado um espaço livre de no mínimo 4,0 cm entre a parede e o corrimão. E deverá permitir boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular, conforme figura 93.

Guarda-corpos

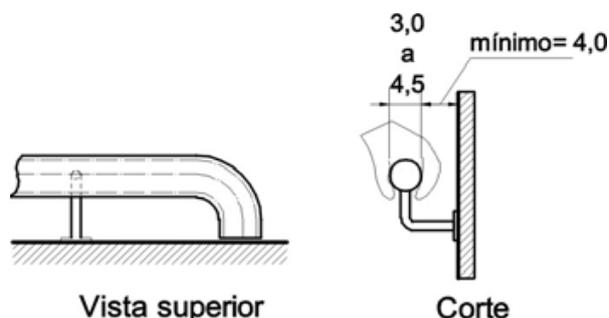
As escadas e rampas que não forem isoladas das áreas próximas ligadas por paredes devem possuir guarda-corpo integrado ao corrimão e atender ao disposto na NBR 9077:1993, conforme disposto na figura 92.

Figura 92 - Guarda corpo



Fonte: NBR 9050:2004

Figura 93 - Corrimão



Fonte: NBR 9050:2004

9.7 Escada rolante

As escadas rolantes devem possuir sinalização visual com instruções de uso, e nas escadas rolantes com plataforma para cadeira de rodas é obrigatória a sinalização visual e tátil com informações e instruções e também devem possuir sinalização visual informando a exigência de acompanhamento por pessoal capacitado durante o emprego por pessoa em cadeira de rodas.

9.8 Corredores

Os corredores devem ser calculados de acordo com o fluxo de pessoas, proporcionando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos

As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- c) 1,50 m para corredores de uso público;
- d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas.

9.9 Vagas para veículos

As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem ser sinalizadas horizontalmente, dispor de um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, se essa estiver afastada da faixa de travessia de pedestres. Esse recinto pode ser dividido por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, ou perpendicular ao meio fio, não sendo recomendável o compartilhamento em estacionamentos oblíquos; e deverá estar localizada de forma a evitar a circulação entre veículos, como segue nas figuras abaixo:

9.11 Sanitários acessíveis

Os sanitários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma 9050 com relação às instalações de bacias, mictórios, lavatórios, boxe de chuveiros, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance.

Localização e sinalização

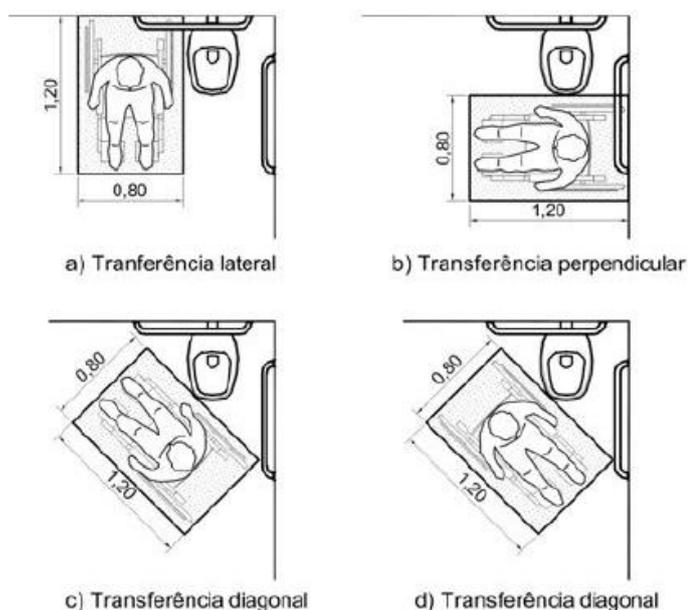
Os sanitários e vestiários acessíveis devem ficar em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, preferivelmente próximo ou anexados às demais instalações sanitárias, e ser sinalizados

Em sanitários acessíveis isolados é essencial a instalação de dispositivo de sinalização de emergência ao lado da bacia e do boxe do chuveiro, a uma altura de 400 mm do piso acabado, para acionamento em caso de queda.

Quantificação

Os sanitários de uso comum ou público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, devem ser consideradas isoladamente para efeito de cálculo. É aconselhada a instalação de uma bacia infantil para uso de crianças e de pessoas com baixa estatura.

Figura 95 - Transferências nos sanitários



Fonte: NBR 9050:2004

9.12 Atendimento ao público

Nos locais em que o atendimento ao público for realizado em balcões, estes devem ser acessíveis.

Nos locais em que o atendimento ao público for realizado em mesas, pelo menos 5% do total de mesas, com no mínimo uma, devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis (NBR 9050:2004).

10 ERGONOMIA NO TRABALHO

O Ministério do Trabalho e Emprego dispõe de várias normas regulamentadoras, entre elas, a NR 17, que trata especificamente do tema.

Esta Norma intenciona a determinação de parâmetros que permitam a adequação das condições de trabalho às características individuais dos trabalhadores, de forma a possibilitar segurança e desempenho eficiente.

As especificações necessárias para adequação do mobiliário para escritórios são normatizadas na NBR 13966.

11. REPERTÓRIO

O repertório visou a busca de precedentes de diversas tipologias arquitetônicas, mas com materiais e tecnologias que são a princípio, intenção de uso na edificação do Centro Administrativo. Esses estudos contribuem significativamente com a qualidade das tecnologias empregadas.

Repertório de forma arquitetônica e sustentabilidade

Faria Lima, 3500 , Kom Arquitetura São Paulo

Figura 96 - Faria Lima, 3500



Fonte: KOM Arquitetura

Concepção arquitetônica

Com estrutura em concreto e aço e fachadas prismáticas em vidro que possibilitam o controle de luminosidade e calor além da facilidade na manutenção e limpeza, a edificação de 46.000 m² tem a forma de um trapézio invertido, remetendo a um diamante lapidado. As vigas e lajes protendidas têm vãos livres de até 20 x 40 m em andares tipo tem em sua cobertura três treliças metálicas que fazem a ancoragem dos terraços e áreas do pavimento inferior, eliminando colunas que se projetaria, na praça do térreo. Possui 50% da área do terreno foi destinada a uma praça de uso público (GALERIA DA ARQUITETURA ,2013)

O edifício possui cinco pavimentos tipo com projeções que variam de 3.700m² a 5.000m² decorrentes das suas formas peculiares, com ângulos inclinações distintas.

Ecoeficiência

Mais de 90 % das lâmpadas usadas na iluminação do FL 3500 são lâmpadas Led. As grandes janelas e fachada em vidro, permitem ao edifício aproveitar a iluminação natural. Foi instalado um sistema de automação da iluminação e do ar condicionado, possibilitando acionamento e desligamento automático dos mesmos.

Essa preocupação com eficiência energética possibilitou que o edifício consuma 31% menos energia do que gastaria sem essas medidas (GALERIA DA ARQUITETURA, 2013).

A preocupação com o descarte consciente de resíduos se reflete em números: graças a um trabalho de coleta seletiva e triagem, 100% dos resíduos não orgânicos gerados pelo edifício são encaminhados para a reciclagem. Os resíduos orgânicos são encaminhados para aterros sanitários. Quanto ao sistema hídrico do edifício, foram instalados arejadores de torneiras de menor vazão, o projeto explica que foi feita e uso de água não potável para descargas, oriunda da condensação do ar condicionado e da captação pluvial, medidas que garantiram redução de quase 66% no uso de água potável pelo edifício que segue premissas do *Green Building Council*, certificações *Leadership in Energy and Environmental Design*, (LEED) dadas a empreendimentos sustentáveis e com alto grau de segurança. Um exemplo disso é a atenção com a acessibilidade ao possuir elevador de emergência, mesmo não sendo uma obrigatoriedade para um edifício desta altura (GALERIA DA ARQUITETURA, 2013).

Os vidros escolhidos para utilização nesta edificação possuem alto índice de refletância e absorção de calor. Além disso, o prédio realiza o reuso de água, que reduz o consumo e possui telhado verde (Figura 97) que é a configuração perfeita para a captação da água de chuva e seu reaproveitamento; melhorando também a sensação térmica no interior da edificação, preservando a umidade relativa do ar constante e agradável. Também está previsto um bicicletário e estacionamento para 600 vagas distribuídas em três subsolos (GALERIA DA ARQUITETURA, 2013).

Figura 97 - Telhado verde



Fonte: brookfieldproperties.com

Figura 98 - Acesso principal



Fonte: brookfieldproperties.com

Repertório projetual – Utilização de Cobogós

Complexo Multiuso SIA Brasília / FGMF

O complexo multiuso proposto para este lote de 32.000m², tem área construída de 85000 m², e agrega três diferentes usos: varejo, lajes corporativas e escritórios modulares, valoriza o entorno e estabelece um novo destino comercial. (Archdaily)

Figura 99 - Perspectiva



Fonte: Archdaily

Figura 100- Cobogós



Fonte: Archdaily

Repertório de usos: Escritórios

Espaço de coworking – Barcelona, Espanha - Mesura arquitectos

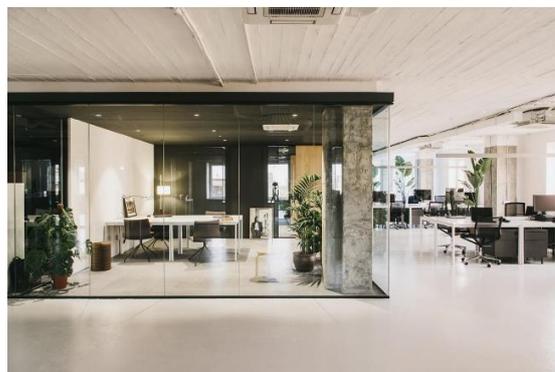
Divisórias leves e facilmente adaptáveis

Figura 10 - Divisórias leves



Fonte: Galeria da Arquitetura

Figura 102 - Divisórias adaptáveis



Fonte: Galeria da Arquitetura

Repertório de usos: Praça de alimentação

Boulevard Londrina Shopping – Sonae Sierra Arquitetura, Londrina - Paraná

A inspiração para o projeto veio dos ícones londrinos, em referência à origem do nome da cidade de Londrina, “Pequena Londres”. Concluído em 2013 em uma área construída total de 126.000 m², possui diferenças de sustentabilidade e inovações tecnológicas

Figura 103- Praça de alimentação



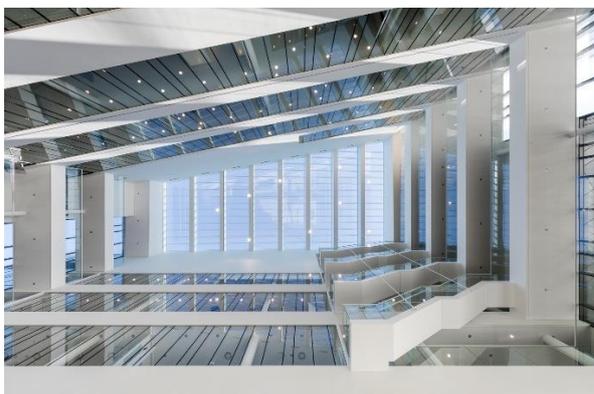
Fonte: Galeria da Arquitetura

Repertório Iluminação Zenital

Sede do Nordea na Dinamarca / Henning Larsen

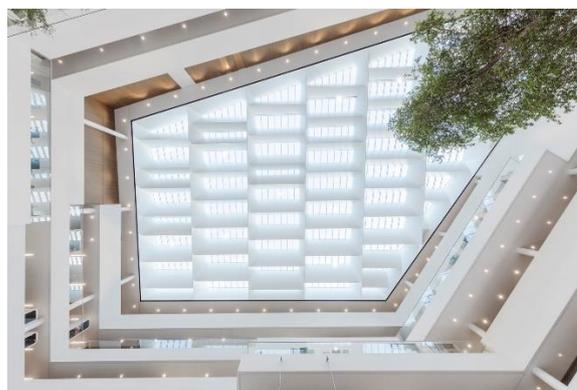
O complexo consiste em dois volumes com átrios um com capacidade para 600 investidores. O segundo volume é ativado a partir da dinâmica das atividades entre os funcionários e seus clientes.

Figura 104- Iluminação Zenital – Átrio 1



Fonte: Archdaily

Figura 105 - Iluminação Zenital – Átrio 2



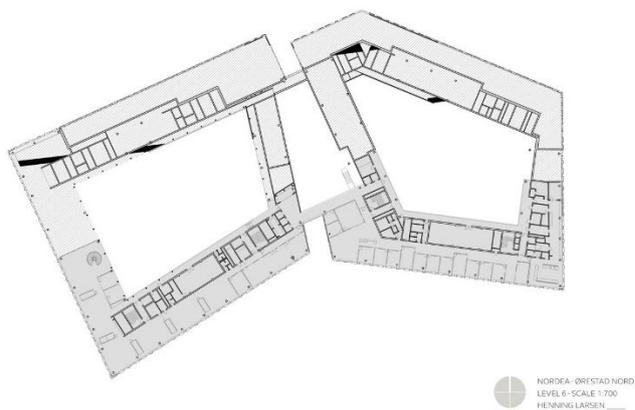
Fonte: Archdaily

Figura 106 - Escritório Sede do Nordea



Fonte: Archdaily

Figura 107 - Planta 6º Pavimento



Fonte: Archdaily

12. REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenia. **Serviços públicos urbanos**. São Paulo, EPUSP, 1995. (Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/10). Disponível em http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00016.pdf. Acesso em 06/10/2018

ABIKO, Alex Kenia. **Urbanismo História e desenvolvimento**. São Paulo: EPUSP, 2013. 38 p. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/20). Disponível em: http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00016.pdf. Acesso 06/10/2018

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5665: Cálculo Do Tráfego Nos Elevadores**. Rio de Janeiro, 1993

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13966: Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio**. Rio de Janeiro, 2001.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - **Concurso novo Centro Administrativo de Belo Horizonte**. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/projetos-urbanos/concurso-centro-administrativo>. Acesso em 19/10/2018

BIG. **Tallin Town Hall**. City Planning Office. City of Tallin, EE. 2010 Disponível em: <https://big.dk/#projects-tat>. Acesso 21/10/2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> - Acesso em 06/10/2018

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequencia=6>. Acesso em 06/10/2018

BRASIL. Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, **Lei das Concessões de Serviços Públicos**; Lei de Concessões; Lei Geral das Concessões. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-8987-13-fevereiro-1995-349810-norma-pl.html>. Acesso em 06/10/2018

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, Institui **normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm - Acesso em 18/10/2018

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora NR 17 Ergonomia**. Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15/11/2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora. NR 23: Proteção Contra Incêndios**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/nr23.htm>. Acesso em: 12/11/2018

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15/11/2018.

BRYLA. Konkurs Bryła Roku. **Tallin Town Hall EE**. 2010. Disponível em http://www.bryla.pl/bryla/1,85298,6792527,Bjarke_Ingels_Group_projektuja_ratusz_w_Tallinie.html nie.html. Acesso 21/10/2018

CARVALHO Filho, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. p.28, p.128 ed.4 rev., ampl. e atual. até 31-12-2014. – São Paulo: Atlas, 2015.

CAU/BR – **Concurso Sede Administrativa Câmara Municipal de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/concurso-para-a-sede-administrativa-da-camara-municipal-de-porto-alegre-2/>. Acesso em 10/10/2018

CASAS, Arthur. **Centro Administrativo do Maranhão** .2013. disponível em <http://www.arthurcasas.com/#/projects/concursos/cae-maranhao>. Acesso em 18/10/2018

COLE, Emily. **História Ilustrada da Arquitetura** - Emily Cole;(traduzido por Livia Chede Almendary). – São Paulo: Publifolha, 2013

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL - CBM RS
Resolução Técnica **RT 02 - Terminologia aplicada a segurança contra incêndio**.
2014 Disponível em: <http://www.cbm.rs.gov.br/resolucoes-tecnicas>. Acesso
12/11/2018

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL - CBM Resolução
Técnica **RT 11–Saídas de Emergência** Disponível em:
<http://www.cbm.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/01155612-rtcbmrs-n-11-parte-01-2016-saidas-de-emergencia-versao-corrigida.pdf>. Acesso 12/11/2018

CORSI HIRANO, Arquitetos. **Sede Administrativa de Porto Alegre**. Disponível em:
<http://www.corsihirano.com/projeto/sede-administrativa-da-camara-municipal-de-porto-alegre-> acesso 10/10/2018

CUNHA. Douglas. - **Administração Pública: uma visão ampla da administração pública direta e indireta**. 26/08/14 – disponível em:
<https://douglascr.jusbrasil.com.br/artigos/135764506/administracao-publica-uma-visao-ampla-da-administracao-publica-direta-e-indireta> Acesso 11/10/2018

EBRADI -Escola Brasileira de Direito - **Administração Pública indireta** 2016.
Disponível em <https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/385052227/os-entes-que-compoem-a-administracao-publica-indireta> - Acesso :11/10/2018

FERNANDES, Gica. **Complexo Multiuso SIA Brasília / FGMF**. 2011. Disponível em:
<https://www.archdaily.com.br/br/01-16416/complexo-multi-uso-sia-brasilia-fgmf>. Acesso 13/11/2018

GALERIA DA ARQUITETURA. **Boulevard Londrina Shopping**. Disponível em:
https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/sonae-sierra_/boulevard-londrina-shopping/3578. Acesso em 11/11/2018

GALERIA DA ARQUITETURA - **Faria Lima 3500**. Disponível em:
https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/kom-arquitetura_/faria-lima-3500/492
acesso 10/11/18

GEOSSITEMA. **Climatologia de Porto Alegre**. Disponível em
<http://geossistema.blogspot.com/2012/02/climatologia-de-porto-alegre.html> Acesso
05/11/18

GP&A - Gustavo Pena Arquitetos. **Centro Administrativo de Belo Horizonte**.
2014. Disponível em
<https://www.gustavopena.com.br/centroadministrativodebelohorizonte>. Acesso em
18/10/2018

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Porto Alegre**. 2018 Disponível
em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama> - Acesso 18/10/2018

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. IAB/BR. **Novo Centro Administrativo do Maranhão**. 2013. Disponível em: <http://www.iab.org.br/projetos/1o-lugar-complexo-administrativo-do-maranhao-concepcao-de-um-novo-modelo-de-ocupacao-do>. Acesso em 18/10/18

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Manual do prefeito /** Coordenação técnica Marcos Flávio R. Gonçalves. – 13.ed. revista, aum. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2009. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_prefeito.pdf - Acesso em 06/10/18

KOM Arquitetura. **Faria Lima,3500**.2012. Disponível em: <http://www.komarquitetura.com.br/site/portfolio-view/faria-lima-3500/>.Acesso em:10/11/2018

LABEEE – Laboratório de Eficiência Energética em Edificações Universidade Federal de Santa Catarina - USFC – **Arquivos Climáticos**. Disponível em <http://www.labee.ufsc.br/downloads/arquivos-climaticos/inmet2016> Acesso 05/11/2018

MARQUEZ, Ana. **Centro Administrativo de Belo Horizonte** .2014.- Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/gustavo-penna-arquiteto-e-associados_/novo-centro-administrativo-de-belo-horizonte/1376 - Acesso em 18/10/2018

NUNES. Cristiane. **Ventilação natural** - 2014. Disponível em <https://sustentarqui.com.br/importancia-da-ventilacao-natural-para-arquitetura-sustentavel/> acesso 03/11/2018

OMA OFFICE WORK. **Timmerhuis Rotterdam**, Netherlands.2015. Disponível em <http://oma.eu/projects/timmerhuis>. Acesso 20/10/2018

OLIVEIRA, Lucas Lopes. **Análise da posição do Prefeito e de suas competências políticas, administrativas e executivas**.2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/27838/analise-da-posicao-do-prefeito-e-de-suas-competencias-politicas-administrativas-e-executivas>. Acesso 08/10/2018

OLIVEIRA, Paulo. **Estudo de Casos**.2014 Disponível em: <https://designerpaulooliveira.com/2008/06/11/estudos-de-casos-observacao-analise-critica-e-contextualizacao/>. Acesso em 18/10/2018

PORTAL VITRUVIUS. **Centro Administrativo do Estado do Maranhão**. Projetos, São Paulo, ano 13, n. 151.01, Vitruvius, jul. 2013.Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.151/4805>. Acesso 21/10/2018

PORTAL VITRUVIUS – **Sede Administrativa da Câmara Municipal de Porto Alegre** Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.166/5347>. Acesso em 10/10/2018

PORTO ALEGRE. **Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre**

CAMARAPOA.2018. Disponível em:

http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=26610&p_secao=56&di=2016-05-04 – Acesso em 11/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **ATAS CCCE** (Comissão Consultiva do Código de Edificações) Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/edificapoa/default.php?p_secao=1245. Acesso em 13/10/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei Complementar 284/92 **Código de Edificações de Porto Alegre LC Nº 284** de 27 de outubro de 1992 Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/codigo.pdf. Acesso em 10/10/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei Complementar nº 420 /1998–**LC 420/98 Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre –CORAG** – Assessoria de Publicações Técnicas – 4a edição. Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/lc_420_-_incendio.pdf. Acesso em 12/11/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. DMWEB PROCEMPA.**DMI Declaração Municipal**. Disponível em:

<http://dmweb.procempa.com.br/dmweb/searchBox.seam>. Acesso em 16/10/2018

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre**. HASENACK et al,2008. Disponível em:

http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/arquivos/Publicacoes/Livros_ou_capitulos/2008/Hasenack_et_al_2008_Diagnostico_ambiental_de_Porto_Alegre.pdf. Acesso em: 03/11/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. - **Histórico da Cidade** -

Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257, Acesso em 29.09.18

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Lei Orgânica de Porto Alegre**.

1990. Pág. 23. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022938.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT#hb>. Acesso em 16/10/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **PDDUA-Lei Complementar nº 434**, de 1/12/1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. Disponível em

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf. Acesso em 16/10/2018

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Portal da Transparência** – Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php> Acesso em 30.09.2018

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. **Árvores imunes ao corte em Porto Alegre**.MP/RS Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/ambiente/paginas/arvores-imunes/>. Acesso em 06/11/2018

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 53.822 CBM/RS**, de 5 de dezembro de 2017. Estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=64248&hTexto=&Hid_IDNorma=64248 Acesso em 12/11/2018

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar nº 14.376. Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lec%20n%C2%BA%2014.376.pdf>. Acesso 12/11/2018

ROMULLO BARATTO. **Primeiro Lugar no Concurso para o Centro Administrativo de Belo Horizonte / GPA&A**. 01 Ago 2014. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/625034/primeiro-lugar-no-concurso-para-o-centro-administrativo-de-belo-horizonte-gpa-e-a> ISSN 0719-8906.Acesso 18/10/2018.

SCHINDLER, **Manual de Transporte Vertical em Edifícios**. Disponível em <https://www.schindler.com/content/dam/web/br/PDFs/NI/manual-transporte-vertical.pdf> Acesso 11/11/2018

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990** São Paulo: Edusp, 1998.

SOBREIRA, Fabiano J.A **Centro Administrativo de Belo Horizonte** .2014. disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2014/07/23/premiados-concurso-centro-administrativo-belo-horizonte/> acesso em 19/09/2018

SOBREIRA, Fabiano J.A. - **Centro Administrativo de Tallin** – Estonia – BIG. 2009 Disponível em <https://concursosdeprojeto.org/2009/07/03/tallin-estonia-big/>. Acesso em 11/10/2018

SOBREIRA, Fabiano J.A. **Sede Administrativa da Câmara Municipal de Porto Alegre** Disponível em <https://concursosdeprojeto.org/2014/11/19/premiados-concurso-sede-administrativa-camara-municipal-de-porto-alegre/#jp-carousel-26013> acesso em 10/10/2018

SOBREIRA, Fabiano J.A - **Timmerhuis – OMA** – Roterdã – Holanda. 2015. Disponível em <https://concursosdeprojeto.org/2015/12/28/timmerhuis-oma-rotterdam/>. Acesso em 18/10/2018.

TENORIO, Andre Luis Rebelo. **Lei 8.429/92 e sua aplicabilidade aos prefeitos**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9936 Acesso em 05/10/2018.

UCCLA. União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. **Porto Alegre**
Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/porto-alegre> – Acesso 18/10/2018

13 APÊNDICES

APÊNDICE A – Endereços das Secretarias, Empresas, Fundações e Autarquias

	SECRETARIA	ENDEREÇO
1	Secretaria Municipal da Cultura	Av. Independência, 453 Casa Torelly
2	Arquivo histórico Moysés Vellinho	Av. Bento Gonçalves, 1129
3	Coordenação de Artes Plásticas	Rua Duque de Caxias, 973
4	Centro Municipal de Eventos	Parque Maurício Sirotski Sobrinho
5	Centro Municipal de Cultura	Av. Érico Veríssimo, 307
6	Cinemateca Capitólio	Rua Demétrio Ribeiro, 1085
7	Pinacoteca Aldo Locatelli	Praça Montevidéu, n° 10 Paço Municipal
8	Usina do Gasômetro	Av. Pres. João Goulart, 551
9	Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo	Rua João Alfredo, 582 – Cidade Baixa
10	Solar Paraíso	Trav. Paraíso, 71 Bairro Santa Teresa
11	Assessoria de Comunicação Secretaria	Av. Princesa Isabel, 1115
12	Secretaria Municipal de Direitos Humanos	Rua dos Andradas, 1643
12	Secretaria Adjunta da Mulher	Rua dos Andradas, 1643
	Ginásio Tesourinha	Av. Érico Veríssimo, s/n° Menino Deus
14	Coordenadoria Municipal da Juventude	Rua João Alfredo, 607
12	Coordenadoria Municipal do Povo Negro	Rua dos Andradas, 1643, 5° andar
15	SMDE	Rua Uruguai, 155 - Sala 908
16	Diretoria de Turismo	Travessa do Camo, 84 - Cidade Baixa
17	Escritório de Licenciamento	Rua Siqueira Campos, 805
18	Procon Porto Alegre	R. dos Andradas, 686
19	Secretaria Municipal da Educação	Rua dos Andradas, 680 - Centro Histórico
20	Conselho Municipal de Educação	Rua Andrade Neves, 59 - 4° andar
21	Secretaria Municipal Fazenda	Rua Siqueira Campos, 1300, 4° andar.
22	Loja de Atendimento	Tv. Mário Cinco Paus, 856-930
17	Escritório de Licenciamento	Rua Siqueira Campos, 805
18	Procon Porto Alegre	R. dos Andradas, 686
22	SMIM	Avenida Borges de Medeiros, 2.244.
12	Dmae	Rua dos Andradas, 1643
23		Rua 24 de Outubro, 200
24		Rua José Montaury, n° 159, bairro Centro
25		Rua Fernando Gomes, n° 183
26		Rua Prof. Cristiano Fischer, n° 2402,
27		Rua Aliança, n° 70, bairro Cristo Redentor
28	Carris	Rua Albion, 385, Bairro Partenon
29		R. João Neves da Fontoura, 7 - Azenha,
30	EPTC	Av. Érico Veríssimo, 100
31		Rua Uruguai, 45
32		Av. A. J. Renner, n° 485 – bairro Humaitá.
33		R. Gênova, 170
34	SMAM	Avenida Carlos Gomes, 2.120.
22	SMAMS - Urbanismo	Avenida Borges de Medeiros, 2.244.
35	Secretaria Municipal de parcerias estratégicas	Rua Sete de Setembro, 730, 3° andar
36	Secretaria Municipal de Planej.Gestão	Rua Siqueira Campos, 1300, 6° andar
36	Procuradoria Municipal	Rua Siqueira Campos, 1300, 12 ° andar
37	Secret.Mun.Relações inst. E articulação	Praça Montevidéu, 10
15		Rua Uruguai, 155, 11° andar
38	Secretaria Municipal de Saúde	Av. João Pessoa, 325
39	Secretaria Municipal de Segurança	Av. Padre Cacique, 708
40	CEIC	Rua João Neves da Fontoura, 91
39	Defesa Civil	Avenida Padre Cacique, 708 Av. Copacabana, 1096
39	Guarda Municipal	Av. Padre Cacique, 708 Av. Érico Veríssimo, 1173
41	Secretaria Municipal de serviços urbanos	Rua General Lima e Silva, 972
42	DMLU	Avenida Azenha, 631
36	Secretaria Municipal de transp.controladoria	Rua Siqueira Campos, 1.300, 10° andar

APÊNDICE B - Carros Locados Administração Centralizada

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA (até 09/2018)												
Secretaria	Créditos (R\$)				Descontos (R\$)					Totais (R\$)		
	Normal	Outros	Multas	Total Bruto	INSS	ISSQN	Faltas	Multas	Devolução	Total Desc	Total Bruto	Liquido Banc
GCS	41.345,70	0,00	0,00	41.345,70	0,00	826,94	0,00	0,00	0,00	826,94	41.345,70	R\$ 40.518,76
GP	85.887,75	0,00	0,00	85.887,75	102,27	2.251,11	0,00	0,00	0,00	2.353,38	85.887,75	R\$ 83.534,37
PGM	211.980,89	0,00	0,00	211.980,89	236,58	5.765,12	0,00	0,00	0,00	6.001,70	211.980,89	R\$ 205.979,19
SMAMS	995.466,71	456,16	0,00	995.922,87	0,00	26.966,29	849,67	0,00	0,00	27.815,96	995.922,87	R\$ 968.106,91
SMC	106.440,57	7.825,50	0,00	114.266,07	0,00	3.617,96	0,00	0,00	0,00	3.617,96	114.266,07	R\$ 110.648,11
SMDE	290.554,77	6.330,92	0,00	296.885,69	0,00	9.009,27	487,11	0,00	0,00	9.496,38	296.885,69	R\$ 287.389,31
SMDSE	688.205,42	4.801,46	0,00	693.006,88	419,22	18.932,62	0,00	0,00	0,00	19.351,84	693.006,88	R\$ 673.655,04
SMED	856.632,95	5.870,54	0,00	862.503,49	503,91	22.530,55	4.838,30	0,00	0,00	27.872,76	862.503,49	R\$ 834.630,73
SMF	142.957,33	4.904,59	0,00	147.861,92	0,00	3.471,26	0,00	0,00	0,00	3.471,26	147.861,92	R\$ 144.390,66
SMIM	2.523.339,56	4.001,15	0,00	2.527.340,71	145,40	76.606,41	2.878,48	0,00	0,00	79.630,29	2.527.340,71	R\$ 2.447.710,42
SMPE	36.386,01	0,00	0,00	36.386,01	0,00	727,74	0,00	0,00	0,00	727,74	36.386,01	R\$ 35.658,27
SMPG	31.578,30	5.262,00	0,00	36.840,30	144,73	1.618,07	0,00	0,00	0,00	1.762,80	36.840,30	R\$ 35.077,50
SMRI	394.903,53	6.580,12	0,00	401.483,65	38,32	10.387,76	1.388,72	0,00	0,00	11.814,80	401.483,65	R\$ 389.668,85
SMS	1.413.468,13	0,00	0,00	1.413.468,13	99,17	34.706,52	4.096,82	0,00	0,00	38.902,51	1.413.468,13	R\$ 1.374.565,62
SMSEG	72.099,76	0,00	0,00	72.099,76	0,00	2.551,32	0,00	0,00	0,00	2.551,32	72.099,76	R\$ 69.548,44
SMSURB	1.279.339,54	5.872,70	0,00	1.285.212,24	0,00	38.375,97	93,18	0,00	0,00	38.469,15	1.285.212,24	R\$ 1.246.743,09
												R\$ 8.947.825,27

APÊNDICE C – Levantamento dos Imóveis locados, valor gasto com aluguéis.

LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS LOCADOS			ÁREA LOCADA
ÓRGÃO	VALOR/ MÊS	ENDEREÇO DO IMÓVEL	M2
FASC	R\$ 4.733,42	Rua Sebastião Leão, 273 - CRAS Centro	em verificação
FASC	R\$ 4.201,18	Rua Petronilla Cogo, 34 - CREAS Eixo Baltazar Nordeste	312,00
FASC	R\$ 1.807,17	Rua Niterói, 38 - CRAS Cruzeiro	em verificação
FASC	R\$ 14.495,80	Rua Jerusalém, 615 - CRAS Leste I	em verificação
FASC	R\$ 5.720,13	Rua Gen. Gomes Carneiro, 481 - CREAS Glória/Cruzeiro e Cristal	em verificação
FASC	R\$ 3.808,80	Rua Eng Tito Marques Fernandes, 409 - CRAS SUL e Centro Sul	385,00
FASC	R\$ 7.574,78	Rua Augusto Pestana, 200 - Abrigo para Famílias	295,00
FASC	R\$ 14.518,20	Rua Voluntários da Pátria, 1613 - Centro Pop II - Paula Participações	885,00
FASC	R\$ 3.218,37	Rua Everaldo Marques da Silva, 12 - CREAS Partenon	em verificação
FASC	R\$ 2.194,27	Rua Gervásio Braga, 642, CREAS Lomba do Pinheiro	em verificação
FASC	R\$ 6.599,09	Travessa do Carmo, 50 - CREAS Centro	220,00
FASC	R\$ 39.000,00	Rua Comendador Azevedo, 264 e 270 - Albergue Municipal	2.310,00
FASC	R\$ 1.649,86	Rua 17 de junho, 489 - Patrimônio	130,00
FASC	R\$ 7.532,03	Rua Coronel Jaime da Costa Pereira, 376 - AR Sabiá 04	130,00
FASC	R\$ 2.115,23	Rua Emilio Keidan, 48 e 50 - CRAS Leste II -	em verificação
FASC	R\$ 3.332,91	Estrada da Serrana, 1145 - CRAS SUL	300,00
FASC	R\$ 2.937,44	Rua Barão do Amazonas, 1959 - - Cras Partenon	em verificação
FASC	R\$ 177.100,00	Rua Baronesa Gravataí, 700 - CMAS/Sede Administrativa	550,00
GP	R\$ 8.000,00	Rua Luis Manoel, 100 Barro Santana	303,80
PGM	R\$ 3.500,00	SHN, Quadra 1, Conjunto A, Bloco F, Ed.Vision, sala 1702 - Brasília - DF	30,00
PGM	R\$ 13.411,32	Rua Siqueira Campos, 1171 - 2º e 3º andares - Centro - Porto Alegre/RS	469,88
PREVIMPA	R\$ 20.747,04	Rua Uruguai, 277 - 5º Andar	1.021,07
PREVIMPA	R\$ 20.036,28	Rua Uruguai, 277 - 6º Andar	1.021,07
PREVIMPA	R\$ 21.500,00	Rua Uruguai, 277 - 14º Andar	711,88
SMDE	R\$ 3.591,31	Rua Uruguai, 155 - 909	153,17
SMDE	R\$ 5.621,41	Rua Uruguai, 155 - 908	174,00
SMDE	R\$ 28.676,43	Rua Sete de Setembro, 722 - Térreo (Siqueira Campos - Térreo)	875,22
SMDE	R\$ 14.797,04	Rua Sete de Setembro, 722 - 3º andar (Siqueira Campos) 805 - 3º andar	412,80
SMDE	R\$ 66.300,00	Avenida Júlio de Castilhos, 505 - Centro	2.117,13
SMDSE	R\$ 20.500,00	Rua dos Andradas, 1643	736,96
SMDSE	R\$ 13.230,00	Rua Santo Antônio, 84	750,00
SMDSE	R\$ 3.021,29	Rua Eugênio Rodrigues, 2249 - Restinga	232,37
SMDSE	R\$ 5.100,00	Av. Oscar Pereira, 2603 - Glória	200,00
SMDSE	R\$ 2.428,03	Rua Dr. João Inácio, 549 - Navegantes	182,00
SMDSE	R\$ 3.615,16	Estr. João de O. Remião, 5036 - Pinheiro	170,81
SMDSE	R\$ 5.563,93	Rua Giordano Bruno, 335 - Rio Branco	400,00
SMDSE	R\$ 5.178,71	Av. Jerônimo de Ornelas, 161 -Santana	258,60
SMDSE	R\$ 4.111,67	Eng. Coelho Pameira, 585 - Ipanema	358,00
SMED	R\$ 20.367,02	Voluntários da Pátria 3927	2.200,00
SMED	R\$ 5.624,19	Rua Andrade Neves, 59/401 E 402	208,00
SMF	R\$ 105.688,01	Rua Sete de setembro, 1177 - 7º ao 12º Andares	4.805,42
SMF	R\$ 16.376,52	Rua Sete de setembro, 1177 - 7º ao 12º Andares	em verificação
SMPE	R\$ 8.680,00	RUA Sete de Setembro, 730 - 3º Andar	300,00
SMPG	R\$ 51.774,73	Sete de Setembro, 1123, Centro	3.737,39
SMRI	R\$ 7.737,47	Trav. Francisco L. Truda, 40 - Salas 223 a 225	268,00
SMRI	R\$ 2.800,00	Av. Eduardo Prado, 1921, Lj 05 Cavalhada	120,00
SMRI	R\$ 2.931,86	R. Cristóvão Colombo, 167	265,00
SMRI	R\$ 5.181,85	Rua Uruguai, 155/Salas 1101 a 1107	260,00
SMRI	R\$ 2.354,37	Av. Desembargador Melo Guimarães, 12	177,00
SMRI	R\$ 12.550,41	Rua Uruguai, 155 - Salas 1109 e 1110	500,00
SMRI	R\$ 2.207,43	Rua Uruguai, 155/1108	88,00
SMRI	R\$ 4.224,31	Rua Uruguai 155, salas 1111 a 1117.	159,11
SMS	R\$ 6.135,12	Rua Dr. Raul Moreira, 253	363,16
SMS	R\$ 6.279,34	Rua Jaguarí, 918	345,47
SMS	R\$ 7.300,00	Av. Prof. Oscar Pereira, 3391	350,00
SMS	R\$ 23.500,00	Av. Ipiranga, nº 3485	1.250,00
SMS	R\$ 6.955,00	Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 744, loja	438,44
SMS	R\$ 10.420,00	Av. Assis Brasil, 6807/6815 (3)	744,00
SMS	R\$ 6.000,00	Rua Comendador Coruja, nº 131, Dep. 104	501,73
SMS	R\$ 16.381,72	Rua Frederico Mentz, 1824 e 1836 (6)	1.970,00
SMS	R\$ 964,93	Rua Prof. Cristiano Fischer, 2294 casa 106	60,00
SMS	R\$ 27.754,26	Rua Frederico Mentz, 1315 (1)	2.145,00
SMS	R\$ 484,83	Av. João de Oliveira Remião, 4444	22,00
SMS	R\$ 3.637,08	Rua Tobias Barreto, 145 (12)	208,00
SMS	R\$ 3.735,58	Rua Erechim, nº 985 (11)	351,46
SMS	R\$ 8.500,00	Av. José Bonifácio, 71 (7)	456,10
SMSEG	R\$ 53.071,60	Av. Padre Cacique, 708 Praia de Belas	2.387,79
TOTAL:	R\$ 1.001.065,93		40776,63

APÊNDICE D – Imóveis Próprios

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
1	CARRIS	PORTICO DE ENTRADA	RUA ALBION	385	SAO JOSE
18	CARRIS	ALMOXARIFADO ADMINISTRATIVO	RUA ALBION	465	SAO JOSE
19	USECARRIS	SEDE SOCIAL (USECARRIS)	RUA FREI ANTONIO DE CAXIAS	300	SAO JOSE
20	CTG HERANÇA PAMPEANA	GALPAO CRIOULO	RUA FREI ANTONIO DE CAXIAS	300	SAO JOSE
21	DEMHAB E SMDSE	DEMHAB SEDE	AVENIDA PRINCESA ISABEL	1115	SANTANA
22	DEMHAB	DEMHAB ESTACIONAMENTO	RUA CONDE D'EU	67	SANTANA
25	DEMHAB	DEMHAB ESTACIONAMENTO - MOTORISTAS CONTRATADOS	RUA DOMINGOS CRESCENCIO	836	SANTANA
26	DEMHAB	DEMHAB ESTACIONAMENTO	RUA CONDE D'EU	91	SANTANA
27	DEMHAB	DEMHAB - GINASIO E ASED	RUA CONDE D'EU	66	SANTANA
28	DEMHAB	DEMHAB UOP	RUA DOMINGOS CRESCENCIO	852	SANTANA
33	DEMHAB	ARROIO CAVALHADA	RUA MONSEHOR RUBEN NEIS		CAVALHADA
34	PMPA	RUA COMANDAI, 226, 238 E 250.	RUA COMANDAI, 226, 238 E 250.	226	CRISTAL
35	PMPA	RUA COMANDAI, 423, 435.	RUA COMANDAI, 423, 435.	428	CRISTAL
36	PMPA	RUA COMANDAI, 485 E 501.	RUA COMANDAI, 485 E 501.	485	CRISTAL
37	PMPA	RUA COMANDAI, 585	RUA COMANDAI	585	CRISTAL
38	PMPA	RUA CORONEL CLAUDINO, 124.	RUA CORONEL CLAUDINO	124	CRISTAL
39	PMPA	RUA JACUI, 778, 898 E 910.	RUA JACUI, 778, 898 E 910.	778	CRISTAL
40	PMPA	RUA JAGUARI, 516, 526 E 538, ESQUINA ARAPEI	RUA JAGUARI, 516, 526 E 538, ESQUINA ARAPEI	516	CRISTAL
41	PMPA	RUA SANTA CRUZ, 222, 230, 242, 262, 272, E RUA CLEVELAND, 201, (226, 242, 262, 272, 282, 340)	RUA SANTA CRUZ, 222, 230, 242, 262, 272, E RUA CLEVELAND, 201, (226, 242, 262, 272, 282, 340)	222	CRISTAL
42	PMPA	RUA TAMANDARE I, Nº 840	RUA TAMANDARE I	840	CRISTAL
43	PMPA	RUA TAMANDARE II, Nº 840	RUA TAMANDARE II	840	CRISTAL
44	PMPA	RUA UPAMAROTI, 620, 626, 632 E RUA JAGUARI, 553, 663 E 673.	RUA UPAMAROTI, 620, 626, 632 E RUA JAGUARI, 553, 663 E 673.	620	CRISTAL
45	DEMHAB	AJ RENNER - FABRICA DE GELO	RUA DONA TEODORA	746	FARRAPOS
46	PMPA	AV. FREDERICO MENTZ, 857	AV. FREDERICO MENTZ	857	FARRAPOS
47	PMPA	FREDERICO MENTZ, Nº 303	RUA FREDERICO MENTZ	303	FARRAPOS
48	PMPA	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 1077; RUA SAO MIGUEL, 498, 504, 510, 522, 536 E 542; RUA JONATHAS B. FORTES, 710 E 720.	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 1077; RUA SAO MIGUEL, 498, 504, 510, 522, 536 E 542; RUA JONATHAS B. FORTES, 710 E 720.	1077	GLORIA
49	DEMHAB	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 750, 752, 740, 744	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 750, 752, 740, 744	750	GLORIA
50	DEMHAB	BARCELONA I	AV. JOSE ALOISIO FILHO	55	HUMAITA
51	DEMHAB	BARCELONA II	AV. ERNESTO NEUGEBAUER	720	HUMAITA
52	PMPA	AV. IPIRANGA, 3780 - INTEGRAÇÃO DOS ANJOS	AV. IPIRANGA	3780	JARDIM BOTANICO
53	PMPA	RECREIO DA DIVISA - AREA DESTINADA PARA REASSENTAMENTO	RUA DA COMUNIDADE		L. PINHEIRO
54	PMPA	LAMI MANECAO	ESTR OTAVIANO JOSE PINTO	1100	LAMI
55	PMPA	ESTRADA ANTONIO SEVERINO, 1541.	ESTRADA ANTONIO SEVERINO	1541	MARIO QUINTANA

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
1	CARRIS	PORTICO DE ENTRADA	RUA ALBION	385	SAO JOSE
18	CARRIS	ALMOXARIFADO ADMINISTRATIVO	RUA ALBION	465	SAO JOSE
19	USECARRIS	SEDE SOCIAL (USECARRIS)	RUA FREI ANTONIO DE CAXIAS	300	SAO JOSE
20	CTG HERANÇA PAMPEANA	GALPAO CRIOULO	RUA FREI ANTONIO DE CAXIAS	300	SAO JOSE
21	DEMHAB E SMDSE	DEMHAB SEDE	AVENIDA PRINCESA ISABEL	1115	SANTANA
22	DEMHAB	DEMHAB ESTACIONAMENTO	RUA CONDE D'EU	67	SANTANA
25	DEMHAB	DEMHAB ESTACIONAMENTO - MOTORISTAS CONTRATADOS	RUA DOMINGOS CRESCENCIO	836	SANTANA
26	DEMHAB	DEMHAB ESTACIONAMENTO	RUA CONDE D'EU	91	SANTANA
27	DEMHAB	DEMHAB - GINASIO E ASED	RUA CONDE D'EU	66	SANTANA
28	DEMHAB	DEMHAB UOP	RUA DOMINGOS CRESCENCIO	852	SANTANA
33	DEMHAB	ARROIO CAVALHADA	RUA MONSEHOR RUBEN NEIS		CAVALHADA
34	PMPA	RUA COMANDAI, 226, 238 E 250.	RUA COMANDAI, 226, 238 E 250.	226	CRISTAL
35	PMPA	RUA COMANDAI, 423, 435.	RUA COMANDAI, 423, 435.	428	CRISTAL
36	PMPA	RUA COMANDAI, 485 E 501.	RUA COMANDAI, 485 E 501.	485	CRISTAL
37	PMPA	RUA COMANDAI, 585	RUA COMANDAI	585	CRISTAL
38	PMPA	RUA CORONEL CLAUDINO, 124.	RUA CORONEL CLAUDINO	124	CRISTAL
39	PMPA	RUA JACUI, 778, 898 E 910.	RUA JACUI, 778, 898 E 910.	778	CRISTAL
40	PMPA	RUA JAGUARI, 516, 526 E 538, ESQUINA ARAPEI	RUA JAGUARI, 516, 526 E 538, ESQUINA ARAPEI	516	CRISTAL
41	PMPA	RUA SANTA CRUZ, 222, 230, 242, 262, 272, E RUA CLEVELAND, 201, (226, 242, 262, 272, 282, 340)	RUA SANTA CRUZ, 222, 230, 242, 262, 272, E RUA CLEVELAND, 201, (226, 242, 262, 272, 282, 340)	222	CRISTAL
42	PMPA	RUA TAMANDARE I, Nº 840	RUA TAMANDARE I	840	CRISTAL
43	PMPA	RUA TAMANDARE II, Nº 840	RUA TAMANDARE II	840	CRISTAL
44	PMPA	RUA UPAMAROTI, 620, 626, 632 E RUA JAGUARI, 553, 663 E 673.	RUA UPAMAROTI, 620, 626, 632 E RUA JAGUARI, 553, 663 E 673.	620	CRISTAL
45	DEMHAB	AJ RENNER - FABRICA DE GELO	RUA DONA TEODORA	746	FARRAPOS
46	PMPA	AV. FREDERICO MENTZ, 857	AV. FREDERICO MENTZ	857	FARRAPOS
47	PMPA	FREDERICO MENTZ, Nº 303	RUA FREDERICO MENTZ	303	FARRAPOS
48	PMPA	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 1077; RUA SAO MIGUEL, 498, 504, 510, 522, 536 E 542; RUA JONATHAS B. FORTES, 710 E 720.	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 1077; RUA SAO MIGUEL, 498, 504, 510, 522, 536 E 542; RUA JONATHAS B. FORTES, 710 E 720.	1077	GLORIA
49	DEMHAB	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 750, 752, 740, 744	RUA INTENDENTE ALFREDO AZEVEDO, 750, 752, 740, 744	750	GLORIA
50	DEMHAB	BARCELONA I	AV. JOSE ALOISIO FILHO	55	HUMAITA
51	DEMHAB	BARCELONA II	AV. ERNESTO NEUGEBAUER	720	HUMAITA
52	PMPA	AV. IPIRANGA, 3780 - INTEGRAÇÃO DOS ANJOS	AV. IPIRANGA	3780	JARDIM BOTANICO
53	PMPA	RECREIO DA DIVISA - AREA DESTINADA PARA REASSENTAMENTO	RUA DA COMUNIDADE		L. PINHEIRO
54	PMPA	LAMI MANECAO	ESTR OTAVIANO JOSE PINTO	1100	LAMI
55	PMPA	ESTRADA ANTONIO SEVERINO, 1541.	ESTRADA ANTONIO SEVERINO	1541	MARIO QUINTANA

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
111	DMAE	EQUIPE DE TRANSPORTE - EQ-TRANSP	GASTAO RHODES RUA DR., 139	139	SANTANA CEP: 90820-040
112	DMAE	GERENCIA DISTRITAL CENTRO - GDCE	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 1004	1004	SANTANA
113	DMAE	GERENCIA DE DISTRITAL CENTRO - GDCE	GASTAO RHODES RUA DR., 219	219	SANTANA CEP: 90820-040
114	DMAE	COORDENAÇÃO DE GESTAO DE ESTOQUES - C-ESTOQUES	SAO FRANCISCO RUA S/Nº		SANTANA CEP: 90820-040
115	DMAE	EQUIPE DE TRANSPORTE - GSER	GASTAO RHODES RUA DR., 133	133	SANTANA
116	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP E COORDENAÇÃO DE ARMAZENAMENTO - C-ARMAZENA	SAO FRANCISCO RUA, 208	208	SANTANA
117	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP E COORDENAÇÃO DE ARMAZENAMENTO - C-ARMAZENA	SAO FRANCISCO RUA, 236	236	SANTANA
118	DMAE	GERENCIA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL E GERENCIA DE DISTRIBUIÇÃO E COLETA	GASTAO RHODES RUA, 185	185	SANTANA
119	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP E ALMOXARIFADO SAO FRANCISCO - C-ARMAZENA	SAO FRANCISCO RUA, - LOTE A (TERRENO INTERNO)		SANTANA
120	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP E COORDENAÇÃO DE ARMAZENAMENTO - C-ARMAZENA	SAO FRANCISCO RUA, - (TERRENO INTERNO - FUNDOS DO ALMOXARIFADO, EQTRANSP, GDCC)		SANTANA
121	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP E COORDENAÇÃO DE ARMAZENAMENTO - C-ARMAZENA	SAO FRANCISCO RUA, 238	238	SANTANA CEP: 90820-070
122	DMAE	EQUIPE DE CAMINHÕES TANQUE - EQ-CAMTQ	SAO FRANCISCO RUA, 252	252	SANTANA CEP: 90820-070
123	DMAE	GDCE - GERENCIA DISTRITAL CENTRO	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 990	990	SANTANA CEP: 90850-090
124	DMAE	COORDENAÇÃO DE ESGOTO	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 940	940	SANTANA CEP: 90850-090
125	DMAE	GERENCIA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL - GMAN	LIVRAMENTO RUA, 185	185	SANTANA CEP: 90840-130
126	DMAE	COORDENAÇÃO DE OBRAS - C-OBRAS E EQUIPE DE SEGURANÇA DO TRABALHADOR - EQ-SEGTRAB	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 1044 E 1054		SANTANA CEP: 90850-090
127	DMAE	EBE 903 - EBE GASTAR MARTINS	GASPAR MARTINS RUA, 387	387	FLORESTA CEP: 90220-190
128	DMAE	CANALIZAÇÃO DE ESGOTO	VERISSIMO ROSA RUA, 425	425	PARTENON CEP: 90610-280
129	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP	SAO FRANCISCO RUA, 202	202	SANTANA CEP: 90820-070
130	DMAE	CANALIZAÇÃO DE ESGOTO	MARCILIO DIAS RUA, 368	368	MENINO DEUS CEP: 90130-000
131	DMAE	EBAT DESATIVADA (CEDIDO AO DEMHAB P/ CASA DE PASSAGEM)	CAMPOS VELHO AV. DR., 1877	1877	CAVALHADA CEP: 90820-001
132	DMAE	EBAT 705 E RES 704 E RES 700 - BALNEARIOS	CHARRUAS DOS, RUA Nº 288	288	ESPIRITO SANTO
133	DMAE	TERRENO	RAFAEL CLARK RUA, 377	377	JARDIM B GONCALVES
134	DMAE	DIRETORIA DE GESTAO E DESENVOLVIMENTO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 1030	1030	SANTANA CEP: 90850-090

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
135	DMAE	GERENCIA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	LIVRAMENTO RUA, 187	187	SANTANA CEP: 90840-130
136	DMAE	GERENCIA DISTRITAL CENTRO - GDCE	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 980	980	SANTANA
137	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP	SAO FRANCISCO RUA, 194	194	SANTANA CEP: 90820-070
138	DMAE	COORDENAÇÃO DE LEITURA - C-LEITURA	GASTAO RHODES RUA DR., 151	151	SANTANA CEP: 90820-040
139	DMAE	COORDENAÇÃO DE LEITURA - C-LEITURA	GASTAO RHODES RUA DR. 169	169	SANTANA CEP: 90820-040
140	DMAE	GERENCIA DISTRITAL CENTRO - GDCE	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 962	962	SANTANA CEP: 90850-090
141	DMAE	GERENCIA DISTRITAL CENTRO - GDCE	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 946	946	SANTANA CEP: 90850-090
149	DMAE	CANALIZAÇÃO DE ESGOTO	CEL. BORDINI RUA, 336	336	AUXILIADORA
150	DMAE	GERENCIA DE DISTRIBUIÇÃO E COLETA - GDCC / COORDENAÇÃO DE ÁGUA	SAO FRANCISCO RUA, 248	248	SANTANA CEP: 90820-070
151	DMAE	EBAB 101 E EBAB 201 - SAO JOAO	VOLUNTARIOS DA PATRIA RUA, 2100	2100	FLORESTA CEP: 90230-010
152	DMAE	EBE 913 4S	GUAIBA AV. ESQ. RUA DOS TABAJARAS		VILA ASSUNÇÃO
153	DMAE	GERENCIA DE GESTAO DE PESSOAS - GPES / EQUIPE DE SAUDE - EQ-SAUDE	GASTAO RHODES RUA DR., 206	206	SANTANA CEP: 90820-040
154	DMAE	RES 208 - COQUEIROS (RES 209 COTA 70 ARY TARRAGO)	COQUEIROS BECO DOS, RUA, Nº 199 - AV. ARY TARRAGÓ	199	JARDIM SABARA
155	DMAE	AREA DE ESTACIONAMENTO: C-PROJETOS E EQ-SAUDE	LIVRAMENTO RUA, 197	197	SANTANA CEP: 90840-130
157	DMAE	EQ-AVERDES /COORD. DE PATRIMONIO	MARTINS DE LIMA RUA, 130	130	PARTENON CEP: 91520-000
158	DMAE	GERENCIA DISTRITAL CENTRO - GDCE	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 962 FUNDOS	962	SANTANA CEP: 90850-090
159	DMAE	EBE 904 - BARROS CASSAL	BARROS CASSAL RUA DR. 38 (PARTE INTERNA DO IMÓVEL DE UM TODO MAIOR DA VOLUNTARIOS DA PATRIA Nº 905 - FUNDOS)	38	FLORESTA CEP: 90035-030
160	DMAE	ESTACIONAMENTO C-PROJETOS E C-OBRAS	LIVRAMENTO RUA, 231 E 239		SANTANA CEP: 90840-130
163	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO / C-ARMAZENA	SAO FRANCISCO RUA, 266	266	SANTANA CEP: 90820-070
164	DMAE	GERENCIA DE ATENDIMENTO AO CLIENTE - GCLI / GERENCIA DE PLANEJAMENTO - GPLA / GERENCIA DE SUPRIMENTOS - GSUP	GASTAO RHODES RUA DR., 212 (222)	212	SANTANA CEP: 90820-040
165	DMAE	AREA DO DMAE	FRANCISCO PINTO AV, 869 (RUA DA HIDRAULICA)	869	AGRONOMIA CEP: 94400-000
166	DMAE	GERENCIA DE GESTAO DE PESSOAS - GPES / EQUIPE DE SAUDE - EQ-SAUDE	GASTAO RHODES RUA DR., 198	198	SANTANA CEP: 90820-040
167	DMAE	RESERVATORIO - SAO JOSE III	VIDAL DE NEGREIROS RUA, 1061 - CLEMENTE PEREIRA, 450 (PORTÃO)	1061	PARTENON CEP: 91520-430

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
168	DMAE	RESERVATORIO - SAO JOSE III	VIDAL DE NEGREIROS RUA, 1067 - CLEMENTE PEREIRA, 450 (PORTÃO)	1067	PARTENON CEP: 91520-430
169	DMAE	RESERVATORIO 329 - SAO JOSE III	VIDAL DE NEGREIROS, RUA, 1073 ESQ. CLEMENTE PEREIRA, 450 (PORTÃO)	1073	PARTENON CEP: 91520-430
172	DMAE	GERENCIA DE DISTRIBUIÇÃO E COLETA - GDCC	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 932	932	SANTANA CEP: 90650-090
173	DMAE	EBE 904 - BARROS CASSAL	BARROS CASSAL RUA DR., 38 (PARTE INTERNA DO IMÓVEL PROVENIENTE DO IMÓVEL VOLUNTARIOS DA PATRIA Nº 889)	38	FLORESTA CEP: 90035-030
174	DMAE	EBAT 307 E RES 305 SANTA TEREZA II	DONA GABRIELA RUA, 350 ESQ MIGUEL COUTO, A 16,50M IN	350	MENINO DEUS CEP: 90850-010
175	DMAE	DIRETORIA DE OPERAÇÕES - DO	DOMINGOS CRESCENCIO RUA, 952	952	SANTANA CEP: 90650-090
176	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP	SAO FRANCISCO RUA, 214	214	SANTANA CEP: 90620-070
177	DMAE	CANALIZAÇÃO DE ESGOTO	JOAO INACIO RUA DR., 1050	1050	NAVEGANTES CEP: 90230-181
178	DMAE	EBAT DESATIVADA E SEMI-DEMOLIDA	CARNEIRO DA FONTOURA AV, 459	459	PASSO DA AREIA CEP: 91040-170
179	DMAE	EBAT 303(DESATIVADA) E RES 301 E 302 (ATIVOS) MAL HERMES	MAL HERMES RUA, A 54,85M DA RUA OTTO NIEMEYER		CAMAQUA CEP: 91910-290
180	DMAE	EBAT 311 (DESATIVADO) RES 308 E RES 310	NATAL AV, Nº 160, ESQ MACEIO	160	MEDIANEIRA CEP: 90880-110
181	DMAE	TERRENO	CINCO DE NOVEMBRO AV, 366 - FUNDIOS	366	TERESOPOLIS
185	DMAE	TERRENO	DESIDERIO SEVERINO RUA, 31	31	VILA INGA
191	DMAE	RES METALICO DE 250M² DESATIVADO	DOLORES DURAN RUA, A 397M DA EST. JOÃO DE OLIVEIRA REMÍAO (LINDEIRO COM OS IMÓVEIS SOB NºS 2330 E 2402)		AGRONOMIA
193	DMAE	GERENCIA DE SUPRIMENTO - GSUP	DOM PEDRO I RUA, 45 (RUA SAO FRANCISCO, 194)	45	SANTANA
194	DMAE	EBAT 507 - SAO PEDRO (DESATIVADA)	SAO PEDRO, Nº 36 - ESQ/ ESTRADA JOAO DE OLIVEIRA REMIAO	36	LOMBA DO PINHEIRO CEP: 91420-000
195	DMAE	RES 213 - MANOEL ELIAS II RES 212- MANOEL ELIAS II SEMI ENTERRADO	MANOEL ELIAS AV, Nº 2070	2070	CHACARA DA FUMAÇA CEP: 91240-281
196	DMAE	TERRENO	JOSÉ CARLOS BATISTA DOS SANTOS RUA, Nº 60	60	PETROPOLIS
199	DMAE	LOGRADOURO PUBLICO - RUA JUSCELINO KUBITCHECK - IMÓVEL A SER TRANSMITIDO A PMPA EM PERMUTA COM IMÓVEL - EBAT MANOEL ELIAS	MANOEL ELIAS AV, 508	508	VILA INGA
200	DMAE	EBAT 504 - DOLORES DURAN I E EBAT 362 CEITEC IN LINE	DOLORES DURAN RUA, 54	54	AGRONOMIA CEP: 91540-220
201	DMAE	EBAT 327 RES 323 - CIDADE JARDIM	FABIO ARAUJO SANTOS AV, 1.600. 332,16M DA ALC. A. SANT.	1600	NONOAI
202	DMAE	EBAT 348 E RES 347 - VILA BRASILIA	JARBAS SIQUEIRA PEREIRA RUA, 15, (58) ESQ RUA JOSE MADRID	15	VILA BRASILIA
205	DMAE	TERRENO - RESERVATÓRIO (ENTERRADO)	RUA AGUAS MORTAS, 172	172	MEDIANEIRA

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
206	DMAE	EBAT 209 - SARANDI	BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA AV, 534	534	SARANDI CEP: 91130-000
207	DMAE	EBAT 215 RES 215 E RES 213 - MANOEL ELIAS III	LUIZ ANTONIO LOPES RUA PROF., 495	495	VILA PROTASIO ALVES CEP: 91450-360
219	DMAE	EBAT 323 (DESATIVADA) E RES 319(ATIVO NO SISTEMA) - SAO CAETANO III	FERNANDO OSORIO RUA, S/N (EM FRENTE AO Nº 525)		LOT SAO CAETANO CEP: 91720-330
221	DMAE	TERRENO	ABAETE RUA, 380	380	SARANDI
224	DMAE	GERENCIA DE ATENDIMENTO AO CLIENTE	JOSE MONTAURI RUA, 159/161		CENTRO CEP: 90010-090
253	DMAE	GDSP - GERENCIA DISTRITAL SUL	GENERAL RONDON RUA, 649	649	TRISTEZA
254	DMAE	COMUNICAÇÃO SOCIAL - UCS E GERENCIA DISTRITAL NORTE E NORDESTE	VOLUNTARIOS DA PATRIA AV. DISTANTE 34,76M DA CÂNCIO GOMES		FLORESTA
255	DMAE	ANEXO ETA 100 MOINHOS DE VENTO (PD 426)- POSTO DE GASOLINA - PERMISSÃO DE USO	FERNANDO GOMES RUA, ESQ. 24 DE OUTUBRO		MOINHOS DE VENTO CEP: 90510-000
256	DMAE	GERENCIA DE GESTAO AMBIENTAL E TRATAMENTO DE ESGOTO	BARAO DO CERRO LARGO, RUA N.580	580	MENINO DEUS
269	DMAE	TERRENO - DESOCUPADO E ENTREGUE AS CHAVES NA CPATRI	FLORENCIO FARIAS, RUA, Nº 280	280	BELEM NOVO
270	DMAE	TERRENO	A2 RUA, Nº500 (VILA BECO DO ADELAR)	500	
272	DMAE	TERRENO - FUTURA EBE 917 AA2 - EM PROJETO	SERTORIO AVENIDA, 3907	3907	SERTORIO CEP: 91040-620
276	DMAE	TERRENO	FELIPE DE OLIVEIRA RUA, 721	721	PETROPOLIS CEP: 90630-000
279	DMAE	INTERCEPTOR DO ARROIO DO SALSO - PISA	SCHNEIDER, 797 - PARTE DE IMÓVEL (SERVIDAO ADMINISTRATIVA)	797	ABERTA DOS MORROS
280	DMAE	RES 304 - MORRO DO OSSO III	PADRE WERNER RUA PROF, MORRO DO OSSO		TRISTEZA
282	DMAE	CANALIZAÇÃO DE ESGOTO	SCHNEIDER R. DO, 585	585	HIPICA
284	DMAE	RES 384 - CANUDOS	CANUDOS RUA DOS, ESQ. DANIEL JOB		CASCATA
289	DMAE	EBAT 333 SAO MANOEL	SAO MANOEL RUA, 1130	1130	SANTANA CEP: 90620-110
290	DMAE	COMUNICAÇÃO SOCIAL - UCS E GERENCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - GSER E COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS - C-BENSIMOV E GERENCIA DISTRITAL NORTE - GDNO	VOLUNTARIOS DA PATRIA RUA, ANTIGO Nº 2131 ESQ. CÂNCIO GOMES ENTRADA PELA R. CÂNCIO GOMES	2131	FLORESTA CEP: 90220-080
293	DMAE	RES 310 - ELEVADO - CALDRE FIAO	DELFINO RIET RUA,Nº821, ESQUINA CALDRE FIAO	821	SANTO ANTONIO CEP: 90860-120
294	DMAE	GERENCIA DE ARRECADAÇÃO - GARE	JOAO ALFREDO RUA, 187	187	CIDADE BAIXA CEP: 90050-230
297	DMAE	COMUNICAÇÃO SOCIAL - UCS (GRÁFICA)	VOLUNTARIOS DA PATRIA RUA, 2107	2107	FLORESTA
298	DMAE	GERENCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - GSER E COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS - C-BENSIMOV E GERENCIA DISTRITAL NORTE - GDNO E COMUNICAÇÃO SOCIAL - UCS (GRÁFICA)	VOLUNTARIOS DA PATRIA RUA, CTO RUA CÂNCIO GOMES (CBENSIMOV/GDNO E UCS) ENTRADA PELA R. CÂNCIO GOMES, 39	39	FLORESTA

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
534	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – BOCHA	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
535	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – GALPAO 1	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
536	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – GALPAO 2	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
537	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – GALPAO 3	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
538	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – GALPAO 4	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
539	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – GALPAO 5	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
540	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – GALPAO 6	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
541	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – ANFITEATRO (CAMARINS)	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
542	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – ANFITEATRO (PALCO)	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
543	SMAMS	PARQUE MAURICIO SIROTSKI SOBRINHO – ANFITEATRO (ESCADAS/RAMPAS)	AV. LOUREIRO DA SILVA	255	PRAIA DE BELAS
558	SMAMS	PARQUE MOINHOS DE VENTO - SEDE	AV. GOETHE	s/n	MOINHOS DE VENTO
565	SMAMS	PARQUE FARROUPILHA – SEDE GARAGEM	AV. JOAO PESSOA	s/n	CIDADE BAIXA
582	SMAMS	PARQUE FARROUPILHA – ARAUJO VIANA	AV. JOAO PESSOA	s/n	CIDADE BAIXA
586	SMAMS	SEDE SMAMS	AV. CARLOS GOMES	2120	AUXILIADORA
587	SMAMS	DMC PAVILHAO	R. ANTONIO CARLOS TIBIRICA	175	PETROPOLIS
606	SMAMS	ZONAL LESTE	R. FRANCISCO BRAGA	300	INTERCAP
607	SMAMS	ZONAL CENTRO	R. MUCIO TEIXEIRA	33	MENINO DEUS
608	SMAMS	ZONAL NORTE	AV. CEARA	1700	SAO GERALDO
609	SMAMS	SEDE DO REFUGIO DA FAUNA SILVESTRE DO MORRO SAO PEDRO	ESTR. DAS QUIRINAS	6301	LAGEADO
610	SMAMS	PORTICO DO PARQUE SAINT HILAIRE	AV. SENADOR SALGADO FILHO	2785	LOMBA DO PINHEIRO
628	SMAMS	SEDE DO PARQUE NATURAL MORRO DO OSSO	R. IRMA JACOBINA VERONESE	35	IPANEMA
630	SMAMS	RESERVA DO BIOLÓGICA LAMI JOSÉ LUTZEMBERGER - CASA VERDE	BECO DO PONTAL	51	LAMI
631	SMAMS	UMV	ESTRADA BERICO JOSE BERNARDES	3489	PLANALTO
632	SMAMS	USAV	ESTRADA BERICO JOSE BERNARDES	3489	PLANALTO
633	SEDE ADMINISTRATIVA DA SMC	CASA FIRMINO TORELLY	AV. INDEPENDENCIA	453	INDEPENDENCIA
634	COORDENAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL E CPH - CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA	CASA GODOY	AV. INDEPENDENCIA	466	INDEPENDENCIA
635	ADMINISTRAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO.	CENTRO CULTURAL USINA DO GASOMETRO	AV. JOAO GOULART	551	CENTRO HISTÓRICO
636	TEATRO RENASCENÇA, AUDITORIO ALVARO MOREYRA, BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSUE GUIMARAES, ATELIER LIVRE, COORDENAÇÃO DE ARTES CÊNICAS, COORDENAÇÃO DO LIVRO E LITERATURA, CENTRO DE CANTO E DANÇA, EQUIPE DE APOIO OPERACIONAL, EQUIPE DE APOIO TÉCNICO E OBSERVATÓRIO DA CULTURA.	CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA	AV. ERICO VERISSIMO	307	MENINO DEUS

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
637	ACERVO ARTISTICO. RESERVA TECNICA (AREA DE ARMAZENAMENTO DE OBRAS DE ARTE) DA PINACOTECA ALDO LOCATELLI; EQUIPE DO ACERVO ARTISTICO/COORDENAÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS	ACERVO ARTISTICO - PINACOTECA ALDO LOCATELLI/CAP	PRAÇA MONTEVIDEU	10	CENTRO HISTÓRICO
638	BIBLIOTECARIOS E ESTAGIARIOS PARA ORIENTAR O PUBLICO NA CONSULTA DE LIVROS E OFICINAS.	BIBLIOTECA RAMAL, CAR RESTINGA	RUA ANTONIO ROCHA MEIRELES LEITE	50	RESTINGA
639	PAC CIDADES HISTORICAS	PAC CIDADES HISTORICAS/MERCADO PUBLICO	MERCADO PUBLICO – LARGO GLENIO PERES, S/N, AGUARDANDO MUDANÇA		CENTRO HISTORICO
640	MEMORIAL DO MERCADO	MEMORIAL DO MERCADO/MERCADO PUBLICO	MERCADO PUBLICO – LARGO GLENIO PERES, S/N, AGUARDANDO MUDANÇA		CENTRO HISTORICO
641	ABRIGA O MUSEU DE PORTO ALEGRE E AREAS DE PESQUISA E ACERVO HISTÓRICO ARQUEOLÓGICO DA CIDADE	MUSEU JOAQUIM JOSE FELIZARDO	RUA JOAO ALFREDO	582	CIDADE BAIXA
642	ABRIGA O TEATRO DE CAMARA, O ESTÚDIO GERALDO FLACH E O ALMOXARIFADO	TEATRO DE CAMARA TULIO PIVA	RUA REPUBLICA	575	CIDADE BAIXA
643	EQUIPE TÉCNICA DE PESQUISA E APOIO ÀS ATIVIDADES RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL	EQUIPE DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, HISTÓRICO E CULTURAL – EPAHC	AV. BENTO GONÇALVES	1129	SANTO ANTONIO
644	ARQUIVO DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA VIDA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE.	ARQUIVO HISTÓRICO MOYSES VELLINHO	AV. BENTO GONÇALVES	1129	SANTO ANTONIO
645	EQUIPE RESPONSÁVEL PELOS PROJETOS VIABILIZADOS PELO FUNDO DE APOIO À ARTE	FUMPROARTE	AV. VENANCIO AIRES	67	CIDADE BAIXA
646	SHOWS/EVENTOS. TERMO DE PERMISSÃO A OPUS PRODUÇÕES, QUE TEM DIREITO A USO DO LOCAL.	AUDITORIO ARAUJO VIANA	PARQUE FARROUPILHA		BOMFIM
647	CARNAVAL DE PORTO ALEGRE.	COMPLEXO CULTURAL DO PORTO SECO	AV. PLINIO KROEFF		RUBEM BERTA
648	COORDENAÇÃO DO CINEMA VIDEO E FOTO. ARMAZENAR A MEMÓRIA AUDIOVISUAL DO RS.	CINEMATECA CAPITOLIO	RUA DEMETRIO RIBEIRO	1085	CIDADE BAIXA
649	IMÓVEL DE USO PERMITIDO A CAMARA RIO GRANDENSE DO LIVRO CONFORME DECRETO 10.793 DE 2010	CASA DA ESTRELA	RUA CAMERINO	34	PETROPOLIS
650	IMÓVEL UTILIZADO PELA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL COMPANHIA DE ARTE	CENTRO CULTURAL CIA DE ARTE 7	RUA DOS ANDRADAS	1780	CENTRO HISTÓRICO
651	ATIVIDADES CULTURAIS PROMOVIDAS PELA SMC ATRAVÉS DE SUAS COORDENAÇÕES.	CENTRO CULTURAL MULTI MEIOS	RUA RICARDO LEONIDAS RIBAS	75	RESTINGA
652	PROJETO USINA DAS ARTES, OFICINAS CULTURAIS, ENTRE OUTROS.	CASA DAS ARTES	RUA SANTA TEREZINHA	711	SANTANA
653	COORDENAÇÃO DAS ARTES PLÁSTICAS, ÁREA DE ARMAZENAMENTO DAS OBRAS DE ARTE DA PINACOTECA RUBEM BERTA; ESPAÇOS EXPOSITIVOS DESTINADOS À PROJETOS CURATORIAIS, DA EQUIPE DO ACERVO ARTISTICO/COORDENAÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS; SALA ADMINISTRATIVA DA PINACOTECA RUBEM BERTA E DA COORDENAÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS.	PINACOTECA RUBEM BERTA	RUA DUQUE DE CAXIAS	973	CENTRO HISTÓRICO
654	ESCRITORIO ADMINISTRATIVO DO POA EM CENA.	SOLAR PARAISO	TRAVESSA PARAISO	71	SANTA TERESA
655	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA A	s/nº	RESTINGA
656	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA A	s/nº	RESTINGA

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
657	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA A	s/nº	RESTINGA
658	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA B	s/nº	RESTINGA
659	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA C	s/nº	RESTINGA
660	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA D	s/nº	RESTINGA
661	DMLU	SAUT/DMLU	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA D, ESTRADA DO RINÇAO	6781	RESTINGA
662	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA D	s/nº	RESTINGA
663	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA E	s/nº	RESTINGA
664	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA E	s/nº	RESTINGA
665	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA G	s/nº	RESTINGA
666	INVASAO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA G	s/nº	RESTINGA
667	ASSOCIAÇÃO ORMETRO	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA L, AVENIDA RICARDO LEONIDAS RIBAS	35	RESTINGA
668	SMDS: FASC - CRAS RESTINGA 6ª UNIDADE	SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA L, AVENIDA RICARDO LEONIDAS RIBAS	35	RESTINGA
669	SMDS	SMDS	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA L, AVENIDA RICARDO LEONIDAS RIBAS	75	RESTINGA
670	DMLU	DMLU	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA L, ESTRADA JOÃO ANTONIO DA SILVEIRA	3240	RESTINGA
671	STIL PLACAS	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA L, AVENIDA RICARDO LEONIDAS RIBAS	s/nº	RESTINGA
672	FLAKESUL	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA O, RUA IMPERADOR HIROITO	385	RESTINGA
673	NAQ GLOBAL QUIM. FERTILIZANTES	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA O, RUA IMPERADOR HIROITO	975	RESTINGA
674	DEP	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL DA RESTINGA, QUADRA O, RUA IMPERADOR HIROITO	s/nº	RESTINGA
675	ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETARIOS E USUARIOS DO PORTO SECO (APS)	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	AVENIDA PLINIO KROEFF	1000	RUBEM BERTA
676	APS	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	AVENIDA PLINIO KROEFF	1610	RUBEM BERTA
677	APS / FETRANSUL / SETCERGS	ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS/SMDE	AVENIDA PLINIO KROEFF	s/nº	RUBEM BERTA

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
787	NUDELMANN KOLODNY CIA. LTDA.	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R. ANDRADE NEVES, 584º ANDAR - CENTRO HISTÓRICO		
1041	SMED	TERRENO	RUA ARAMY BORGES ORTIZ- MARIO QUINTANA		
1042	SMED	TERRENO	RUA MAURILIO FERREIRA- VILA NOVA		
1043	SMED	TERRENO	RUA FRANCISCO VALDOMIRO LORENZ- JARDIM CARVALHO		
1044	SMED	TERRENO	PROLONGAMENTO DA RUA ESPIR RIVALDO- MORRO SANTANA		
1045	SMED	TERRENO	RUA ARY BURGER- JARDIM DO SALSO		
1046	SMED	TERRENO	BECO DOS COQUEIROS- PASSO DAS PEDRAS		
1047	SMED	TERRENO	RUA MIL NOVECIENTOS E SETENTA E UM- SARANDI		
1048	SMED	TERRENO	RUA DAS ESPATOTEIAS ESQ RUA REINALDO MULLER- PONTA GROSSA		
1049	SMED	TERRENO	RUA JOSE GRINBERG ESQ RUA MADRE TERESA DE JESUS GERHARDINGER- RUBEM BERTA		
1050	SMED	TERRENO	RUA TRES MIL E TRINTA E NOVE- SARANDI		
1051	SMED	TERRENO	RUA COSTA LIMA- NONOAI		
1052	SMED	TERRENO	RUA DOIS MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA ESQ RUA DOIS MIL NOVECIENTOS E QUARENTA E QUATRO		
1053	SMED	TERRENO	RUA CINCO MIL - ABERTA DOS MORROS		
1054	SMED	TERRENO	RUA SETE MIL E NOVECIENTOS E DOIS- ABERTA DOS MORROS		
1055	SMED	TERRENO	RUA DARCY FAGUNDES- ESPIRITO SANTO		
1056	SMED	TERRENO	AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA A 80M DA ESQ AV HERVAL- CASCATÁ		
1057	SMED	TERRENO	RUA JOSE GRISOLIA ESQ AV IRMAO FAUSTINO JOÃO- RUBEM BERTA		
1058	SMED	TERRENO	RUA JOAO C. H. SOBRINHO- RUBEN BERTA		
1059	SMED	TERRENO	RUA BALDOINO BOTTINI- ABERTA DOS MORROS		
1060	SMED	TERRENO	RUA IRMAO FAUSTINO JOAO- MARIO QUINTANA		
1061	SMED	TERRENO	RUA CANDIDO PORTINARI ESQ RUA M. MONTESSORI- SÃO SEBASTIÃO		
1062	SMED	TERRENO	RUA GRALHA AZUL- JARDIM CARVALHO		
1063	SMED	TERRENO	BECO DO DAVI QUASE ESQ RUA GAVIOVEIRA- LOMBA DO PINHEIRO		
1064	SMED	TERRENO	RUA VER OLAVO NUNES ESQ RUA DINARTE DE ALBUQUERQUE- RUBEM BERTA		

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
767	NUDELMANN KOLODNY CIA. LTDA.	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R. ANDRADE NEVES, 594º ANDAR – CENTRO HISTÓRICO		
1041	SMED	TERRENO	RUA ARAMY BORGES ORTIZ- MARIO QUINTANA		
1042	SMED	TERRENO	RUA MAURILIO FERREIRA- VILA NOVA		
1043	SMED	TERRENO	RUA FRANCISCO VALDOMIRO LORENZ- JARDIM CARVALHO		
1044	SMED	TERRENO	PROLONGAMENTO DA RUA ESPIR RIVALDO- MORRO SANTANA		
1045	SMED	TERRENO	RUA ARY BURGER- JARDIM DO SALSO		
1046	SMED	TERRENO	BECO DOS COQUEIROS- PASSO DAS PEDRAS		
1047	SMED	TERRENO	RUA MIL NOVECIENTOS E SETENTA E UM- SARANDI		
1048	SMED	TERRENO	RUA DAS ESPATOTEIAS ESQ RUA REINALDO MULLER- PONTA GROSSA		
1049	SMED	TERRENO	RUA JOSE GRINBERG ESQ RUA MADRE TERESA DE JESUS GERHARDINGER- RUBEM BERTA		
1050	SMED	TERRENO	RUA TRES MIL E TRINTA E NOVE- SARANDI		
1051	SMED	TERRENO	RUA COSTA LIMA- NONOAI		
1052	SMED	TERRENO	RUA DOIS MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA ESQ RUA DOIS MIL NOVECIENTOS E QUARENTA E QUATRO		
1053	SMED	TERRENO	RUA CINCO MIL - ABERTA DOS MORROS		
1054	SMED	TERRENO	RUA SETE MIL E NOVECIENTOS E DOIS- ABERTA DOS MORROS		
1055	SMED	TERRENO	RUA DARCY FAGUNDES- ESPIRITO SANTO		
1056	SMED	TERRENO	AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA A 60M DA ESQ AV HERVAL- CASCATA		
1057	SMED	TERRENO	RUA JOSE GRISOLIA ESQ AV IRMAO FAUSTINO JOÃO- RUBEM BERTA		
1058	SMED	TERRENO	RUA JOAO C. H. SOBRINHO- RUBEM BERTA		
1059	SMED	TERRENO	RUA BALDOINO BOTTINI- ABERTA DOS MORROS		
1060	SMED	TERRENO	RUA IRMÃO FAUSTINO JOÃO- MARIO QUINTANA		
1061	SMED	TERRENO	RUA CANDIDO PORTINARI ESQ RUA M. MONTESSORI- SÃO SEBASTIÃO		
1062	SMED	TERRENO	RUA GRALHA AZUL- JARDIM CARVALHO		
1063	SMED	TERRENO	BECO DO DAVI QUASE ESQ RUA GAVIOEIRA- LOMBA DO PINHEIRO		
1064	SMED	TERRENO	RUA VER OLAVO NUNES ESQ RUA DINARTE DE ALBUQUERQUE- RUBEM BERTA		

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
1065	SMED	TERRENO	RUA SETE MIL CENTO E SESSENTA E OITO- RESTINGA		
1066	SMED	TERRENO	RUA IRACEMA- TRES FIGUEIRAS		
1067	SMED	TERRENO	RUA JOAO DA SILVA BUENO ESQ RUA RAQUEL WOLFRID- VILA PETRÓPOLIS		
1068	SMED	TERRENO	RUA SAO JOAQUIM- TERESÓPOLIS		
1069	SMED	TERRENO	AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA A 43,75M DA AV HERVAL- CASCATA		
1070	SMED	TERRENO	AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA A 58,32M DA ESQ AV HERVAL- CASCATA		
1071	SMED	TERRENO	AV ALTOS DE SANTA RITA- ABERTA DOS MORROS		
1072	SMED	TERRENO	RUA SETE MIL E NOVENTA E UM- ABERTA DOS MORROS		
1073	SMED	TERRENO	RUA PROVINCIA AUTONOMA DE TRENTO- ABERTA DOS MORROS		
1074	SMED	TERRENO	RUA JOAO DE OLIVEIRA REMIAO- LOMBA DO PINHEIRO		
1075	SMED	TERRENO	RUA DAS LARANJEIRAS- RESTINGA		
1076	SMED	TERRENO	RUA DR DIAS DE CARVALHO- TRISTEZA		
1077	SMED	TERRENO	RUA AMERICO VESPUCCIO- SAO JOAO		
1078	SMED	TERRENO	RUA SEIS MIL TREZENTOS E DEZESSEIS- HIPICA		
1079	SMED	TERRENO	AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA A 53,26M DA ESQ AV HERVAL- CASCATA		
1080	SMED	TERRENO	RUA CORTICEIRA- HIPICA		
1081	SMED	TERRENO	RUA JEAN VARDARAMATOS- HIPICA		
1193	SMF	SEDE DA SMF	RUA SIQUEIRA CAMPOS	1300	CENTRO
1194	PMPA	SMIM - SEDE	AV BORGES DE MEDEIROS	2244	PRAIA DE BELAS
1195	PMPA	SMIM - DCMP	RUA EDUARDO CHARTIER	642	HIGIENOPOLIS
1196	PMPA	SMIM - ESTACION.LOCADOS	TRAVESSA PESQUEIRO Nº 39, ESQUINA COM AV. AURELIANO DE FIGUEIREDO PINTO	39	CIDADE BAIXA
1197	PMPA	SMIM - DCVU	RUA ENGº ANTONIO CARLOS TIBIRIÇA	319	JARDIM BOTANICO
1198	PMPA	SMIM- USINA RESTINGA	RUA GOVERNADOR PERACCHI BARCELLOS	33	RESTINGA
1199	PMPA	SMIM - USINA SARANDI	AV JOAO ELUSTONDO FILHO	700	SARANDI
1200	PMPA	DCVU - LOMBA DO PINHEIRO	AV JOAO DE OLIVEIRA REMIAO	5450	LOMBA DO PINHEIRO
1201	PMPA	ASSOCIAÇÃO FUNCIONARIOS SMIM	AV GUAIBA	1000	VILA ASSUNÇÃO
1212	SMRI	CAR NORDESTE	ESTRADA MARTIM FELIX BERTA	2355	MARIO QUINTANA
1213	SMOV/SMRI	CAR RESTINGA	RUA ANTONIO ROCHA MEIRELLES LEITE,	50	RESTINGA
1300	INVASAO DE TERCEIROS	US BOSQUE BARCELONA - PLANEJADA	BECO DO PAULINO		RUBEM BERTA
1301	INVASAO DE TERCEIROS	US SANTA RITA E CAPS AD RES - PLANEJADA	RUA ANTONIETA ABAD		RESTINGA
1302	ASSOCIAÇÃO GUARANI	US SANTO ALFREDO - PLANEJADA	RUA SANTO ALFREDO		SÃO JOSÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
Contato: (51) 3289-1069

ITEM	UTILIZADO POR	NOME DA UNIDADE	LOGRADOURO	Nº	BAIRRO
1314	EQUIPE GM CFT – CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO	CFT – CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO	RUA DONA LEONOR	340	RIO BRANCO
1315	EQUIPE GM COGM E CEIC	CEIC – CENTRO INTEGRADO DE COMANDO	RUA JOAO NEVES DA FONTOURA	91	AZENHA
1337	DEP	SEDE DEPARTAMENTO DE ESGOTOS PLUVIAIS	RUA GENERAL LIMA E SILVA	972	CIDADE BAIXA
1338	DEP	SEÇÃO LESTE DE CONSERVAÇÃO	RUA EUCLIDES DA CUNHA	585	PARTENON
1339	DCM	DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	RUA ANTONIO CARLOS TIBIRIÇA	175	PETROPOLIS
1340	PODAS	PODAS	AV. WENCESLAU ESCOBAR	1980	VILA CONCEIÇÃO
1341	DIP	DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	RUA ANTONIO CARLOS TIBIRIÇA	175	PETROPOLIS
1342	DEP	SEÇÃO CENTRO DE CONSERVAÇÃO	RUA JOSE DO PATROCÍNIO	522	CIDADE BAIXA
1343	DEP	SEÇÃO SUL DE CONSERVAÇÃO	AV. COPACABANA	1134	TRISTEZA
1344	DEP	SEÇÃO NORTE DE CONSERVAÇÃO	AV. SERTORIO	3424	SANTA MARIA GORETTI

OBSERVAÇÕES:

* Planilha modificada pela autora

* Foram excluídos prédios de Escolas, Saúde, Dmae, Praças, FASC e Demhab que não poderão sofrer interferências.

APÊNDICE E - Estagiários e Cargos em Comissão

ESTAGIÁRIOS	
SECRETARIAS	QUANTIDADES
SMA	32
SMS	654
SMTUR	25
SMRI	33
SEDA	3
SMIC	59
SMDSE	124
SMGES	2
SMSURB	1
SMF	142
SMPEO	3
SME	13
SMED	709
SMAM	36
SMC	70
SMDE	12
PGM	105
SMOV	39
SMAMS	91
GP	27
SMURB	19
DEP	16
SMGL	7

ESTAGIÁRIOS	
AUTARQUIAS	QUANTIDADES
DMAE	187
DMLU	57
DEMHAB	75
FASC	90
PREVIMPA	35

CARGOS EM COMISSÃO	
SECRETARIAS	QUANTIDADES
SMA	19
SMS	32
SMRI	58
SMDSE	121
SMGES	18
SMSURB	37
SMF	17
SMPEO	17
SMED	25
SMC	21
SMIM	20
PGM	18
GP	67

APÊNDICE F – Linhas de ônibus

ÔNIBUS	
AV LOUREIRO DA SILVA	
BACIA PÚBLICA	
343	CAMPUS / IPIRANGA - CENTRO/BAIRRO
C1	CIRCULAR CENTRO - CENT/BAIR/CENT
C2	CIRCULAR PRACA XV - CENT/BAIR/CENT
C3	CIRCULAR URCA - CENT/BAIR/CENT
E17	ANFITEATRO PÔR DO SOL - BAIRRO/CENTRO
T1	TRANSVERSAL 1 - NORTE/SUL
T1D	T1 DIRETA - NORTE/SUL
T7	NILO/PRAIA DE BELAS - NORTE/SUL
BACIA NORTE/NORDESTE	
4924	PETROPOLIS/SESC (MOB) - BAIRRO/CENTRO
4925	PETROPOLIS/VILA MARGARITA (MOB) - BAIRRO/CENTRO
E16	AGOSTINHO/MAIAS/RADIO FARROUPILHA - BAIRRO/TERMINAL
E631	PARQUE DOS MAIAS/ACAMPAMENTO FARROUPILHA - BAIRRO/CENTRO
BACIA SUL	
110	RESTINGA NOVA VIA TRISTEZA - BAIRRO/CENTRO
111	RESTINGA VELHA (TRISTEZA) - BAIRRO/CENTRO
1112	HIPICA/TRISTEZA - BAIRRO/CENTRO
165	COHAB - CENTRO/BAIRRO
168	BELEM NOVO(VIA TRISTEZA) - CENTRO/BAIRRO
171	PONTA GROSSA - CENTRO/BAIRRO
173	CAMAQUA - CENTRO/BAIRRO
176	SERRARIA (RODOVIARIA) - BAIRRO/CENTRO
178	PRAIA DE BELAS - BAIRRO/CENTRO
179	SERRARIA - CENTRO/BAIRRO
1795	SERRARIA/GUAIBA/DIARIO - CENTRO/BAIRRO
184	JUCA BATISTA - CENTRO/BAIRRO
1841	JUCA BATISTA VIA OSWALDO CRUZ - CENTRO/BAIRRO
186	LIBERAL - CENTRO/BAIRRO
187	PADRE REUS - CENTRO/BAIRRO
188	ASSUNCAO - BAIRRO/CENTRO
195	T V - CENTRO/BAIRRO
209	RESTINGA - CENTRO/BAIRRO
210	RESTINGA NOVA - CENTRO/BAIRRO
211	RESTINGA VELHA - CENTRO/BAIRRO
244	SANTA TERESA - CENTRO/BAIRRO
250	1 DE MAIO - CENTRO/BAIRRO
251	ALPES - CENTRO/BAIRRO
256	INTENDENTE AZEVEDO - CENTRO/BAIRRO
2561	NAZARETH - CENTRO/BAIRRO
260	BELEM VELHO/OSCAR PEREIRA - CENTRO/BAIRRO
2632	ORFANOTRÓFIO/AZENHA - CENTRO/BAIRRO
266	VILA NOVA - CENTRO/BAIRRO
267	LAMI(VIA BELEM NOVO) - CENTRO/BAIRRO
2671	LAMI/VAREJAO(VIA EDGAR PIRES DE CASTRO) - CENTRO/BAIRRO

14 ANEXOS

ANEXO A - Artigo Publicado no Jornal Zero Hora de 19/06/2018

Prefeitura de Porto Alegre vai pagar R\$ 97 mil mensais por aluguel de imóveis para Escritório de Licenciamento

O contrato de três anos custará R\$ 3,5 milhões aos cofres do município

19/06/2018 - 17h45min Atualizada em 19/06/2018 - 18h33min



Prédio fica na Avenida Júlio de Castilhos, nas proximidades da rodoviária
Ronaldó Bernardi / Agência RBS

A transferência de setores da **prefeitura de Porto Alegre** para um prédio no **Centro Histórico** vai custar R\$ 3.516.622,2 durante um período de três anos, o que representa cerca de R\$ 97 mil mensais. O extrato do contrato firmado entre a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE)** e os locatários, representados pela Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) e Ibiza - Sociedade de Hotéis, Incorporações e Construções LTDA, foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre de 15 de junho.

Os imóveis vão abrigar o futuro Escritório de Licenciamento, responsável pela análise, aprovação e licenciamento de empreendimentos na Capital.

LEIA MAIS

Revisão do IPTU: simulador deve ser lançado até sexta-feira em Porto Alegre



TCE determina que Marchezan regularize situação de CC contratado para escritório extinto



Prefeitura fecha acordo para 150 moradores de rua deixarem Porto Alegre até o fim do ano



Conforme o documento, serão locados "imóveis não residenciais, localizados na Avenida Júlio de Castilhos, nº 505, no 15º, 16º e 17º andares do Edifício Cosmopolitan Center". O valor anual do aluguel é de R\$ 629.850,00.



ANEXO B – Quadro Síntese dos Servidores Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

		MÊS	ANO				
		SETEMBRO	2018				
QUADRO SÍNTESE - SERVIDORES MUNICIPAIS							
ORGÃOS*		SERVIDORES					
		CPE	EXT	CLT	AT	IN	AT + IN
ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA	GP	57	0	2	59		59
	PGM	170	0	1	171		171
	SMAMS	508	0	57	565		565
	SMC	153	0	6	159		159
	SMDE	143	0	23	166		166
	SMDSE	112	0	12	124		124
	SMED	4.495	0	52	4.547		4.547
	SMF	435	0	1	436		436
	SMIM	344	0	44	388		388
	SMPE	0	0	0	0		0
	SMPG	276	0	23	299		299
	SMRI	134	0	2	136		136
	SMS	3.861	147	30	4.038		4.038
	SMSEG	447	0	0	447		447
	SMSURB	132	0	15	147		147
SMTC	0	0	0	0		0	
SUB -TOTAL		11.267	147	268	11.682	8.411	20.093
ENTIDADES AUTARQUICAS	DMAE	1.548	2	21	1.571	1.191	2.762
	DMLU	699	0	79	778	809	1.587
	DEMHAB	139	1	45	185	237	422
	PREVIMPA	79	0	0	79	17	96
	FASC	341	0	76	417	53	470
SUB -TOTAL		2.806	3	221	3.030	2.307	5.337
TOTAL PMPA		14.073	150	489	14.712	10.718	25.430

Fonte: SMPG/SRH/CSI/ECCMP

CPE - Cargos de Provimento Efetivo
EXT - Cargos em Extinção
CLT - Celetistas
AT - Ativos
IN - Inativos
AT+IN - Total de Servidores Municipais

*Unificação de Secretarias: (quantitativo sujeito à alterações posteriores).
SMAMS: SEDA, SMAM, SMURB
SMDE: SMIC, SMTUR
SMDSE: SMACIS, SMDH, SME, SMJ, SMTE
SMIM: SMOV, SMT
SMPG: SMA, SMGES, SMPEO
SMRI: SMGL
SMSURB: DEP

ANEXO C - Cargos em comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS NAS ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA (AC) DA PMPA

REFERÊNCIA: 31 de março de 2018

BASE: Mês de Março de 2018 - Até Decreto 19896/17

Órgão	CARGOS EM COMISSÃO - CC							Soma	%
	N3	N4	N5	N6	N7	N8			
DEP	0	1	4	2	2	1	10	1,5%	
GP	0	18	22	46	18	12	116	17,0%	
PGM	0	2	5	1	11	1	20	2,9%	
SEDA	0	1	3	1	1	1	7	1,0%	
SMA	0	3	12	1	5	1	22	3,2%	
SMACIS	0	8	4	3	3	1	19	2,8%	
SMAM	0	3	6	11	4	3	27	3,9%	
SMC	0	1	6	4	9	1	21	3,1%	
SMDH	0	1	2	8		5	16	2,3%	
SME	0	13	2	1	1	1	18	2,6%	
SMED	0	2	7	9	6	2	26	3,8%	
SMF	0	2	5	4	7	1	19	2,8%	
SMGES	0	6	1	10	8	7	32	4,7%	
SMGL	0	34	96	21	5	2	158	23,1%	
SMIC	0	4	1	5	6	2	18	2,6%	
SMJ	0	1	7	2	3	1	14	2,0%	
SMOV	0	5	10		4	3	22	3,2%	
SMPEO	0	1	4	6	6	2	19	2,8%	
SMS	0	2	7	6	10	7	32	4,7%	
SMSEG	0	2	4	4	2	1	13	1,9%	
SMSUrb	0	4	4	5	5	2	20	2,9%	
SMT	0		1		1		2	0,3%	
SMTE	0	2	1	3	3	1	10	1,5%	
SMTUR	0			7		1	8	1,2%	
SMURB	0	2	2	9	1	1	15	2,2%	
Subtotal AC	0	118	216	169	121	60	684	100,0%	

Fonte: SMA/CGMA

ANEXO D : Cargos por Secretaria

SMA - SRH - CSI

EQUIPE DE CONTROLE DE CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - ECCMP

RELATÓRIO MENSAL - CARGOS POR SECRETARIA

ORGÃO	MÊS	ANO
CSI - 6	JANEIRO	2018

PADRÃO	CLASSE DE CARGOS	CRIAÇÃO	PROVIDOS																	TOTAL									
			DEP	GP	PGM	SEDA	SMA	SMAC/S	SMAM	SMC	SMDH	SME	SMED	SMF	SMGES	SMGL	SMC	SMJ	SMOV	SMPEO	SMS	SMSEG	SMT	SMTE	SMTUR	SMURB	PROVIDOS	VAGOS	
6	MONITOR	877																		18								537	340
4	MOTORISTA	251	1	1		2	20		4										14	119		1					163	88	
5	MÚSICO INSTRUMENTISTA DE 1ª CLASSE	15								11																	11	4	
4	MÚSICO INSTRUMENTISTA DE 2ª CLASSE	30								22																	22	8	
NS	NUTRICIONISTA	52																		38							46	8	
5	OPERADOR DE ARTES GRÁFICAS	10					1																				1	9	
4	OPERADOR DE MÁQUINAS	81	5						7											16			1				20	52	
5	OPERADOR DE MICROFILMAGEM	5																									0	6	
4	OPERADOR DE MOTORES	20																									0	20	
5	OPERADOR DE RÁDIO TRANSCREPTOR	7		1																							5	2	
5	OPERADOR DE REDE	18	4																	3		3					4	14	
2	OPERÁRIO	1952	36	3			4		51	3		5	11	4		3	3		62	23		3	3		2	213	1736		
2	OPERÁRIO ESPECIALIZADO	250	9				4		46	1		5	2	4		2	2		16	14		4			3	112	138		
4	PEDEIREIRO	179	18				1		8			1	1						23	2						23	53	128	
4	PINTOR	53					2		2			1	1						4	4		2				16	37		
3	PORTEIRO	6	1						1											3							6	0	
PR	PROCURADOR MUNICIPAL	151			116																						116	35	
Mias	PROFESSOR	4516										64	3944														4008	508	
NS	PSICÓLOGO	88					6			1		6								66			1				81	7	
4	RECEPCIONISTA	56		1			6			2		21	3		1					10		2					46	10	
NS	RECREACIONISTA	4																									0	4	
NS	SOCIÓLOGO	6													1	1											3	3	
4	SOLDADOR	24							2				1							3		1					6	15	
7	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO	57												42													42	15	
7	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	11																		5							5	6	
7	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	17							2																		3	14	
7	TÉCNICO EM ARQUIVO	25																									0	25	
NS	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	81		23	2		1													2		1					29	52	
NS	TÉCNICO EM CULTURA	20								13																	13	7	
7	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	881																		745							745	136	
7	TÉCNICO EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES	16								13																	13	3	
7	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	4																		4							4	0	
7	TÉCNICO EM LABORATORIO E ANÁLISES CLÍNICAS	49																		35							35	14	
7	TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	79												53						14							67	12	
	SUB - TOTAL	9891	75	29	118	2	46	0	120	66	1	73	4572	51	2	8	6	0	142	1	1102	2	15	1	0	5	6437	3454	

Página 3 de 5

SMA - SRH - CSI

EQUIPE DE CONTROLE DE CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - ECCMP

RELATÓRIO MENSAL - CARGOS POR SECRETARIA

ORGÃO	MÊS	ANO
CSI - 6	JANEIRO	2018

PADRÃO	CLASSE DE CARGOS	CRIAÇÃO	PROVIDOS																	TOTAL									
			DEP	GP	PGM	SEDA	SMA	SMAC/S	SMAM	SMC	SMDH	SME	SMED	SMF	SMGES	SMGL	SMC	SMJ	SMOV	SMPEO	SMS	SMSEG	SMT	SMTE	SMTUR	SMURB	PROVIDOS	VAGOS	
6	DESENHISTA	40					1			2				1						1							2	7	33
NS	ECONOMISTA	32																		2							5	27	
4	ELETRICISTA	109	2				2		2	2		1	3						15	14		6					49	60	
7	ELETROTÉCNICO	26					1			1									4	7		2					15	11	
NS	ENFERMEIRO	468																		425							425	43	
NS	ENGENHEIRO	186	25		2		3		17	2			4	13	10				46	2	12	4			25	169	17		
NS	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	26							21																		25	1	
NS	ENGENHEIRO FLORESTAL	2							2																		2	0	
M4	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	150											4														4	146	
NS	ESTATÍSTICO	10						2																			2	8	
4	ESTOFADOR	6																									1	5	
ER	EXATOR DA RECEITA MUNICIPAL	15												8													8	7	
NS	FARMACÊUTICO	86																		84							84	2	
4	FERRIEIRO	13							1											2							3	10	
NS	FÍSICO	3																									2	1	
NS	FISIOTERAPEUTA	33											1														33	0	
NS	FONOAUDIÓLOGO	23																		22							22	1	
4	GARÇOM	3																									0	3	
NS	GEOGRAFO	1																									0	1	
NS	GEOLOGO	3							1																		1	2	
6	GUARDA MUNICIPAL	532																			467						467	165	
6	GUARDA - PARQUE	35							14																		14	21	
4	INSPECTOR DE ALUNOS	55											1														1	54	
4	INSTALADOR	52	9						1	2		1	4							1							5	23	29
7	INSTRUTOR DE ARTES PLÁSTICAS	25								9																	9	16	
4	JARDINEIRO	200							60																		61	139	
6	LABORATORISTA DE SOLOS E ASFALTO	9																									3	6	
4	MAQUINISTA	10																									4	6	
4	MARCELEIRO</																												

SMA - SRH - CSI

EQUIPE DE CONTROLE DE CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - ECCMP

ORGÃO	MÊS	ANO
CSI - 6	JANEIRO	2018

RELATÓRIO MENSAL - CARGOS POR SECRETARIA

PADRÃO	CLASSE DE CARGOS	CARGOS	PROVIDOS																	TOTAL								
			DEP	GP	PGM	SEDA	SMA	SMACIS	SMAM	SMC	SMDH	SME	SMED	SMF	SMGES	SMGL	SMC	SMJ	SMOV	SMPEO	SMS	SMSEG	SMT	SMTL	SMTUR	SMURB	PROVIDOS	VAGOS
6	MONITOR	877										510							14	119	18						537	340
4	MOTORISTA	251	1	1		2	20		4																		163	88
5	MÚSICO INSTRUMENTISTA DE 1ª CLASSE	15									11																11	4
4	MÚSICO INSTRUMENTISTA DE 2ª CLASSE	30									22																22	8
NS	NUTRICIONISTA	52																			36						48	8
5	OPERADOR DE ARTES GRÁFICAS	10					1																				1	0
4	OPERADOR DE MÁQUINAS	61	5						7																		28	52
5	OPERADOR DE MICROFILMAGEM	5																									0	5
4	OPERADOR DE MOTORES	20																									0	20
5	OPERADOR DE RÁDIO TRANSCREPTOR	7		1																							5	2
5	OPERADOR DE REDE	18	4																		2		2				4	14
2	OPERÁRIO	1552	38	3			4		51	3		5	11	4		3	3		62	23		3			2	213	1739	
2	OPERÁRIO ESPECIALIZADO	250	9				4		46	1		2	5	2		2	2		16	14		4			3	112	138	
4	PEDEIREIRO	179	19				1		6			1	1						23	2							53	128
4	PINTOR	53					2		2			1	1						4	4		2					16	37
3	PORTEIRO	6	1				1				1								3								6	0
PR	PROCURADOR MUNICIPAL	151			116																						116	35
MiAs	PROFESSOR	4516										64	3944														4008	508
NS	PSICÓLOGO	88					6			1		6							66				1				81	7
4	RECEPCIONISTA	56	1				6			2		21	3		1					10	2						48	10
NS	RECREACIONISTA	4																									0	4
NS	SOCIÓLOGO	6																									3	3
4	SOLDADOR	24							2				1														9	15
7	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO	57												42													42	15
7	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	11																									5	6
7	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	17									20																3	14
7	TÉCNICO EM ARQUIVO	25																									0	25
NS	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	81		23	2		1														2		1				29	52
NS	TÉCNICO EM CULTURA	20																									13	7
7	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	881																			745						745	136
7	TÉCNICO EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES	16										13															13	3
7	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	4																									4	0
7	TÉCNICO EM LABORATÓRIO E ANÁLISES CLÍNICAS	49																									35	14
7	TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	79											53														14	67
	SUB - TOTAL	9891	75	29	118	2	48	0	120	66	1	73	4572	51	2	8	6	0	142	1	1102	2	15	1	0	5	6437	3454

Página 3 de 5

SMA - SRH - CSI

EQUIPE DE CONTROLE DE CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - ECCMP

ORGÃO	MÊS	ANO
CSI - 6	JANEIRO	2018

RELATÓRIO MENSAL - CARGOS POR SECRETARIA

PADRÃO	CLASSE DE CARGOS	CARGOS	PROVIDOS																	TOTAL								
			DEP	GP	PGM	SEDA	SMA	SMACIS	SMAM	SMC	SMDH	SME	SMED	SMF	SMGES	SMGL	SMC	SMJ	SMOV	SMPEO	SMS	SMSEG	SMT	SMTL	SMTUR	SMURB	PROVIDOS	VAGOS
7	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	109																		91							91	18
NS	TÉCNICO EM TREINAMENTO E SELEÇÃO	5					4																1				5	0
NS	TÉCNICO EM TURISMO	10																						9			9	1
4	TELEFONISTA	71	4	1			2		2	4			1							9							28	45
NS	TERAPEUTA OCUPACIONAL	26																			21						21	7
4	TORNEIRO	8																		1							1	7
3	ZELADOR	22											3														7	15
	SUB - TOTAL	253	4	1	0	0	6	0	3	4	0	0	4	0	0	1	0	2	0	121	0	0	1	9	0	160	93	
	TOTAL (1)	18788	148	70	177	36	245	5	345	172	8	95	4841	426	36	139	142	0	344	33	4043	481	63	12	10	164	12033	8753

RELATÓRIO MENSAL - CARGOS EM EXTINÇÃO

PADRÃO	CARGOS EM EXTINÇÃO	CARGOS	PROVIDOS																	TOTAL								
			DEP	GP	PGM	SEDA	SMA	SMACIS	SMAM	SMC	SMDH	SME	SMED	SMF	SMGES	SMGL	SMC	SMJ	SMOV	SMPEO	SMS	SMSEG	SMT	SMTL	SMTUR	SMURB	PROVIDOS	VAGOS
D6	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO HOSPITALAR	-																			7						7	-
D4	ATENDENTE	-																			7						7	-
ExMed	MÉDICO CLÍNICO GERAL	-																			177						177	-
	TOTAL (2)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	191	0	0	0	0	0	191	-	
	TOTAL (1) + (2)		148	70	177	36	245	5	345	172	8	95	4841	426	36	139	142	0	344	33	4234	481	63	12	10	164	12224	-

Página 4 de 5

